

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - IERI-UFU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FERNANDA CASTRO GASTALDI

ESTADOS UNIDOS E ARÁBIA SAUDITA NO MUNDO PÓS-REVOLUÇÃO
IRANIANA: uma perspectiva neogramsciana

UBERLÂNDIA
JANEIRO DE 2020

FERNANDA CASTRO GASTALDI

**ESTADOS UNIDOS E ARÁBIA SAUDITA NO MUNDO PÓS-REVOLUÇÃO
IRANIANA: uma perspectiva neogramsciana**

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Área de concentração: Economia Política Internacional

Orientador: Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

G255 2020	<p>Gastaldi, Fernanda Castro, 1994- Estados Unidos e Arábia Saudita no mundo pós-Revolução Iraniana [recurso eletrônico] : uma perspectiva neogramsciana / Fernanda Castro Gastaldi. - 2020.</p> <p>Orientador: Filipe Almeida do Prado Mendonça. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Relações Internacionais. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.64 Inclui bibliografia. Inclui ilustrações.</p> <p>1. Relações Internacionais. I. Mendonça, Filipe Almeida do Prado, 1985-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 327</p>
--------------	---

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 35, PPGRI				
Data:	31 de janeiro de 2020	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	[16:20]
Matrícula do Discente:	11812RIT005				
Nome do Discente:	Fernanda Castro Gastaldi				
Título do Trabalho:	Estados Unidos e Arábia Saudita no mundo pós-Revolução Iraniana: uma perspectiva neogramsciana				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Economia Política Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	INCT-INEU				

Reuniu-se no Anfiteatro/Sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Fernando Luz Brancoli - UFRJ; Haroldo Ramanzini Júnior - UFU; Filipe Almeida do Prado Mendonça - UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Filipe Almeida do Prado Mendonça - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Filipe Almeida do Prado Mendonça, Professor(a) do Magistério Superior**, em 31/01/2020, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Haroldo Ramanzini Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 31/01/2020, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Luz Brancoli, Usuário Externo**, em 03/02/2020, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1834345** e o código CRC **C3B4534C**.

Meu pai, Kleber Augusto Gastaldi,
minha mãe, Enêida Cristina Castro Gastaldi,
meu irmão, João Vítor Castro Gastaldi,
dedico a vocês este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me conduzir até aqui. Agradeço pelos inúmeros aparentes acasos que tantas vezes proporcionaram soluções a mim invisíveis. Agradeço pela luz nos momentos sombrios, pelo renovo a cada manhã e por cada experiência vivida até aqui.

Agradeço aos meus pais, Enêida Cristina Gastaldi e Kleber Augusto Gastaldi, que investiram na minha formação acadêmica e nunca mediram esforços para que meus objetivos fossem alcançados. Obrigada pela compreensão nos momentos em que estive ausente e por todo apoio me concedido até aqui. E não poderia deixar de agradecer ao meu irmão, João Vítor Gastaldi, pelas minhas melhores risadas.

Aos demais familiares, agradeço pelo privilégio de poder me inspirar em pessoas tão incríveis. Em especial gostaria de agradecer aos meus avós, Maria Helena Gastaldi e Valdomiro Gastaldi, por desempenharem papel essencial na minha formação pessoal e profissional.

Meus agradecimentos aos amigos e irmãos em Cristo - Maria José Ramos da Cruz, Alex Arruda Júnior, Jordana Silva Paulino, Hermes Xavier e outros – que estiveram comigo nesta trajetória, compartilhando momentos de alegria e aflição. E um agradecimento ao meu noivo, Lucas de Almeida, por ser meu melhor ouvinte.

À CAPES, agradeço pelo auxílio financeiro que viabilizou este trabalho. Agradeço aos técnicos da UFU e, particularmente, ao secretário do PPGRI-UFU, Vinícius Rezende, por toda assistência e serviços prestados.

Aos colegas de profissão, que não poderia citar nomes sem deixar algum para trás, agradeço pelo companheirismo e pela troca de experiências sempre muito proveitosa. Agradeço aos docentes do PPGRI-UFU, por todo o conhecimento transmitido com responsabilidade, integridade, dedicação e amor. Muito obrigada por cada aula ofertada, cada artigo corrigido, cada orientação dada. Meu agradecimento aos professores Haroldo Ramanzini Júnior e Fernando Brancoli pelas significativas contribuições dadas a esta dissertação.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, um agradecimento especial ao meu orientador, professor Filipe Mendonça, que empreendeu esforços além de suas obrigações formais para que este trabalho fosse concluído. Obrigada por cada correção, sugestão e minuto dedicado a este texto, mas, principalmente, obrigada pela sua amizade e pela compreensão nos momentos em que não pude fazer o meu melhor.

As dificuldades foram abrandadas pela presença e contribuições supracitadas. Sou grata a cada um de vocês. Muito obrigada!

“A ciência nunca resolve um problema sem
criar pelo menos outros dez”.

George Bernard Shaw

RESUMO

A pesquisa objetiva elaborar uma análise da política externa dos Estados Unidos para a Arábia Saudita no período entre a Revolução Iraniana (1979) e o final do governo Barack Obama (2016). Visa-se compreender a natureza e as especificidades das relações bilaterais a partir de uma perspectiva crítica – neogramsciana. Pretende-se examinar a relevância dessas relações para a formação e a preservação do poder estrutural dos Estados Unidos, que sustenta sua hegemonia global. Primeiro, são apresentados conceitos teóricos e aspectos metodológicos essenciais à análise, e discutidas suas principais limitações. Então, realiza-se abordagem histórica centrada nos movimentos estruturais no âmbito do bloco histórico. Discorre-se sobre a ascensão do denominado *Dollar Wall Street Regime*, que assegura aos Estados Unidos centralidade nos sistemas globais monetário e financeiro. Verifica-se que a Arábia Saudita desempenhou papel relevante nesse processo. Posteriormente, delimita-se duas esferas centrais para a análise das relações bilaterais em questão: mercado petrolífero e indústria bélica. Conclui-se que esses setores são essenciais para a manutenção do poderio global estadunidense, e que em ambos há uma relação de interdependência entre Arábia Saudita e Estados Unidos. Portanto, a Arábia Saudita ocupa um papel estratégico central na política externa estadunidense e é um importante pilar de sustentação do sistema hegemônico atual.

Palavras-chave: Teoria crítica; petróleo; indústria bélica; hegemonia.

ABSTRACT

This research aims to elaborate an analysis of the USA foreign policy towards Saudi Arabia in the period between the Iranian Revolution (1979) and the end of Barack Obama administration (2016). It seeks to understand the nature and peculiarities of the bilateral relations from a critical - neogramscian - perspective. It intends to examine the relevance of these relations to the formation and preservation of the structural power of the United States, which sustains the global hegemony. First, the essential theoretical concepts and methodological aspects are presented, and their main limitations are discussed. Then, it is carried out a historical approach focused on structural movements within the historical bloc. It describes the rise of the so-called *Dollar Wall Street Regime*, which ensures to the United States the centrality of the global monetary and financial systems. Saudi Arabia has played a significant role in this process. Subsequently, two central spheres are delimited for the analysis of the bilateral relations in question: the oil market and the war industry. It is concluded that these sectors are substantial for the maintenance of American global power, and that in both there is a relationship of interdependence between Saudi Arabia and the United States. Therefore, Saudi Arabia occupies a central strategic role in USA foreign policy and is an important pillar of support for the current hegemonic system.

Keywords: Critical theory; oil; war industry; hegemony.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Os preços e as receitas de petróleo em países selecionados, 2008.....	65
Figura 2. Importações dos EUA de petróleo saudita.....	66
Figura 3. Arábia Saudita e EUA: produção de petróleo e outros líquidos (1980-2018)....	67
Figura 4. Arábia Saudita e EUA: exportações de petróleo (1980-2016).....	68
Figura 5. Arábia Saudita e EUA: importações de petróleo (1980-2016).....	68
Figura 6. Arábia Saudita e EUA: consumo de petróleo e outros líquidos (1979-2018)....	69
Figura 7. Arábia Saudita e EUA: reservas de petróleo provadas (1980-2019).....	69
Figura 8. Gastos militares Arábia Saudita, Irã e Iraque (1969-1979).....	71
Figura 9. Arábia Saudita: porcentagem de armas importadas dos EUA, Europa Ocidental e USSR (1970-1980).....	76
Figura 10. Os maiores exportadores e importadores de armas (2014-2018).....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro comparativo Arábia Saudita e Estados Unidos – petróleo.....	66
Tabela 2. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (1980-1989).....	74
Tabela 3. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (1990-1999).....	74
Tabela 4. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (2000-2016).....	74
Tabela 5. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (1979-1988).....	75
Tabela 6. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (1990-1998).....	75
Tabela 7. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (2000-2016).....	75
Tabela 8. Exportações de armas estadunidenses para a Arábia Saudita (2001-2018).....	76
Tabela 9. Exportações de armas para os 5 maiores exportadores (1979-2018).....	77
Tabela 10. Importações de armas para os 5 maiores importadores (1979-2018).....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Agência Internacional de Energia
AIOC	Anglo-Iranian Oil Company
AIPAC	Comitê Israelense-Americano de Assuntos Públicos
ARAMCO	Arabian-American Oil Company
AWACS	<i>Airbone Warning and Control System</i>
BP	British Petroleum
CIA	Agência Central de Inteligência
DWSR	<i>Dollar Wall Street Regime</i>
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
INOC	Iraq National Oil Company
IPC	Iraq Petroleum Company
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PD-18	<i>Presidential Directive 18</i>
PIB	Produto interno bruto
RDF	Força de Deslocamento Rápido
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SOCAL	Standard Oil of California
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A ARÁBIA SAUDITA E O PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS: UMA PERSPECTIVA NEOGRAMSCIANA.....	5
1.1 Observações a respeito da fundamentação teórica.....	5
1.2 Os conceitos básicos de Gramsci: bloco histórico, hegemonia e Estado ampliado.....	7
1.3 Hegemonia e ordem global: a perspectiva neogramsciana.....	11
1.4 Limites e questionamentos referentes à fundamentação teórica.....	14
1.5 O debate agente-estrutura.....	17
1.6 Teoria Crítica e “Oriente Médio”.....	18
2 ORIENTE MÉDIO E O PODER ESTRUTURAL DOS ESTADOS UNIDOS: HISTÓRICO DO <i>DOLLAR WALL STREET REGIME</i>.....	21
2.1 A globalização liberal: do Fordismo a Bretton Woods.....	21
2.2 A globalização transnacional: o DWSR.....	23
2.3 O poder estrutural dos Estados Unidos da América.....	28
2.4 O Oriente Médio entre a Segunda Guerra Mundial e a Revolução Iraniana.....	31
2.5 O Oriente Médio a partir de 1979.....	37
3 ESTADOS UNIDOS E ARÁBIA SAUDITA ENTRE PETRÓLEO E ARMAS....	49
3.1 Relações EUA-Arábia Saudita: do Estado Moderno Saudita à Revolução Iraniana.....	49
3.2 Relações EUA-Arábia Saudita: após 1979.....	54
3.3 Notas sobre o rentismo.....	58
3.4 Entre petróleo e armas: interconexões.....	61
3.5 Petróleo: abundância, interdependência e poder.....	64
3.6 Armas: o complexo industrial-militar estadunidense e o aliado indispensável.....	70
CONCLUSÃO.....	79
REFERÊNCIAS.....	82

APÊNDICE A – Linha do Tempo Relações EUA-Oriente Médio-Arábia Saudita (1945-1979).....	93
APÊNDICE B – Linha do Tempo Relações EUA-Oriente Médio-Arábia Saudita (1945-1979).....	95

INTRODUÇÃO

Localizado à margem sudoeste do *Heartland* definido por Mackinder, e incluso no *Rimland* de Spykman, o Oriente Médio é reconhecido como área primordial a um projeto de domínio global, com base em teorias clássicas da geoestratégia. Como Mackinder, Spykman acreditava que, se o território eurasiático fosse dominado por um único ator, este acumularia capacidade de projetar poder nos oceanos Pacífico e Atlântico e, assim, cercar o Hemisfério Ocidental (SANTOS, 2009, p. 1-10; ROCHA E ALBUQUERQUE, 2014, p. 6).

Os Estados Unidos reconhecem o valor estratégico da região desde o início da implementação do projeto hegemônico norte-americano (ao término da Segunda Guerra Mundial). Segundo Chomsky (2017), os atuais estrategistas e formuladores de políticas mantêm-se fiéis à concepção de Adolf A. Berle (influyente consultor do presidente Franklin Delano Roosevelt) de que o controle das reservas energéticas do Oriente Médio propiciaria “um controle substancial do mundo”. A estratégia de Berle sustenta-se ainda hoje, mesmo após mudanças significativas pelas quais o sistema internacional passou desde então (CHOMSKY, 2017, p. 62).

O Oriente Médio é, geralmente, representado como um espaço de excepcionalidade, imune às tendências que afetam o resto do mundo (AARTS, 1999, p. 911; BILGIN, 2005, p. 9-10). Com alta diversidade étnica e relativa ausência de arranjos regionais consolidados, a região é palco de guerras e conflitos geopolíticos ao longo de sua história. Entretanto, o Oriente Médio integra o atual sistema capitalista centrado em Washington e é peça fundamental em seu funcionamento - tal como fora em sua formação.

Uma região do Oriente Médio é de particular interesse. Trata-se do Golfo Pérsico, território que abarca 47% do total das reservas de petróleo provadas no mundo (BRITISH PETROLEUM, 2014 apud GUZANSKY, p. 2). Marcado por forte intervencionismo estadunidense, o Golfo Pérsico tem, cada vez mais, atraído atenção de países desenvolvidos, como o Japão, e de economias emergentes, como Rússia e Índia (KLARE, 2008, p. 177).

Klare (2004) defende que uma estratégia de duas frentes direciona a política externa dos Estados Unidos para os países detentores de grandes reservas petrolíferas. A primeira destina-se a assegurar o acesso ao petróleo proveniente desses países, e a segunda consiste em reforçar a capacidade de intervenção norte-americana. Assim, questões ligadas à segurança energética originam a primeira frente, enquanto a segunda é fundamentada na segurança militar (KLARE, 2004).

À medida que a dependência dos Estados Unidos e da economia mundial em relação ao petróleo é intensificada, aumenta-se a importância da força militar para garantir os fluxos do recurso em quantidade e preços acessíveis aos países importadores. O resultado é, então, uma fusão entre segurança militar e segurança energética na composição de um projeto único de dominação norte-americana (FUSER, 2008, p. 213; KLARE, 2004).

É nesse sentido que a Arábia Saudita (oficialmente Reino da Arábia Saudita) se apresenta como alvo estratégico da política externa norte-americana para o Oriente Médio. O Reino saudita - maior país árabe da Ásia e da Península Arábica em termos territoriais - é elemento principal das políticas energéticas dos Estados Unidos, pois possui a maior capacidade produtiva mundial no que se refere ao petróleo, e é capaz de aumentar sua produção durante crises globais a fim de manter a oferta e atenuar efeitos de uma elevação no preço do petróleo bruto (HAYNES, 2009, p. 63). Além disso, entre 1990 e 2000, as empresas de armamento norte-americanas venderam cerca de US\$ 40 bilhões em equipamentos militares para a Arábia Saudita, e o país tornou-se o melhor cliente estrangeiro do complexo industrial-militar estadunidense à época (FUSER, 2008, p. 83-218). Ainda hoje essa relação se mantém: entre 2014 e 2018, a Arábia Saudita foi o maior cliente da indústria de armas norte-americana, adquirindo 22% das exportações totais¹ (SIPRI, 2019a). O Estado saudita é, portanto, aliado fundamental dos Estados Unidos tanto no âmbito militar quanto no âmbito energético. Conseqüentemente, as relações bilaterais fazem-se necessárias à execução da estratégia de duas frentes descrita por Klare (2004).

Entretanto, as relações entre os atores em questão são complexas. Aparentes contradições são frequentemente apontadas. Como demandante, é vantajoso aos Estados Unidos obter petróleo vasto e barato. Por outro lado, o mais benéfico à Arábia Saudita, como ofertante, seria expandir lucros pela exploração dos preços, dado seu poder de mercado. No que se refere ao conflito árabe-israelense, a Arábia Saudita assume posicionamento discursivamente contrário a Israel, enquanto os Estados Unidos apoiam o Estado judeu. Outro fator de divergência é a Arábia Saudita ser uma monarquia islâmica, enquanto a potência norte-americana posiciona-se como a maior defensora e promotora do regime democrático (KISSINGER, 2015, p. 140; BINNENDIJK, 2016, p. 134).

Por fim, no que se refere à questão do terrorismo, a Arábia Saudita também desempenha um papel controverso. A ideologia da Al-Qaeda e do autodenominado Estado Islâmico é

¹ Neste período, o Reino recebeu 33% das transferências de armas para o Oriente Médio. O Egito foi o segundo maior receptor, adquirindo 15% das transferências destinadas à região (SIPRI, 2019a).

comumente descrita como uma interpretação extremada do Wahhabismo², subdivisão do islamismo sunita adotada oficialmente pela Monarquia Islâmica saudita (COCKBURN, 2015; DORSEY, 2016). Segundo Kissinger (2015), ao financiar as chamadas “madrassas” (escolas religiosas), que pregam a doutrina wahhabita pelo mundo, os sauditas cumpriram com seus deveres como muçulmanos e, ao mesmo tempo, tomaram uma medida defensiva ao fazer com que adeptos ajam como missionários no exterior – e não no interior do reino. Esse projeto, todavia, teve consequências imprevistas por alimentar um fervor anti-americanista e jihadista que, ao final, acabaria por ameaçar a monarquia saudita e seus aliados (KISSINGER, 2015, p. 143).

As divergências apontadas nas relações bilaterais entre Estados Unidos e Arábia Saudita é tema aprofundado na pesquisa. Adianta-se, no entanto, que o alinhamento é a normalidade, e que essa relação é essencial à concretização do objetivo basilar da política estadunidense: o estabelecimento e a preservação da hegemonia (entendida sob a perspectiva neogramsciana) pelo poder estrutural. Assim, a política externa dos Estados Unidos para a Arábia Saudita adquire um caráter bipartidário e estável, visto que é pautada em interesses estratégicos fixos – hegemonia global e acesso ao recurso energético chave das economias contemporâneas (o petróleo).

Cada vez mais, a questão do fornecimento e distribuição das fontes não-renováveis de energia é securitizada, pela escassez dos recursos, sua concentração territorial assimétrica e sua demanda ascendente. O poderio militar faz-se instrumento essencial de coerção e/ou dissuasão do *hegemon* ocidental. E, nesse sentido, a indústria bélica emerge como principal beneficiária da estratégia norte-americana. O vínculo entre petróleo e armas é, então, posto em evidência.

Este trabalho objetiva entender a natureza e as especificidades das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita numa perspectiva neogramsciana. Adotou-se como marco temporal a Revolução Iraniana de 1979, visto que este fato histórico marcou o colapso da chamada política dos “dois pilares” e o início de relações ainda mais estreitas entre os atores em questão. A partir da Revolução Iraniana, a Arábia Saudita tornou-se aliado preferencial dos Estados Unidos no Golfo Pérsico, com crescente relevância estratégica para o *hegemon*. A análise estende-se a 2016, último ano completo do mandato de Barack Obama.

² Segundo Cockburn (2015), o Wahabismo busca fazer o islamismo retornar às suas raízes originais, desprezando, dessa forma, ensinamentos das escolas ocidentais, relegando mulheres ao papel de cidadãs de segunda classe e hostilizando muçulmanos que não partilham de sua interpretação particular do Islã (no que se incluem, sobretudo, xiitas) (COCKBURN, 2015).

O texto encontra-se assim estruturado: O capítulo 1 discorre sobre o arcabouço teórico aplicado à análise. Os principais conceitos das perspectivas (neo)gramscianas – bloco histórico, hegemonia e Estado ampliado – são explicados. Também são discutidos limites e implicações da escolha teórica, bem como a justificativa de tal opção.

Dada a importância da história na metodologia crítica neogramsciana, o capítulo 2 aborda histórico da construção da hegemonia estadunidense a partir da Segunda Guerra Mundial. Discorre-se sobre dois blocos históricos distintos, o primeiro caracterizado pelo regime Bretton Woods, e o segundo condizente com o chamado *Dollar Wall Street Regime*. O *Dollar Wall Street Regime* corresponde ao sistema corrente, marcado pela concentração do poder financeiro no eixo Washington-Wall Street (GOWAN, 2003). É apresentado, posteriormente, histórico restrito às relações entre Estados Unidos e Oriente Médio, destacando a relevância dessas relações para a consolidação do poder estrutural norte-americano sobre o qual este sistema se sustenta.

O capítulo 3, por sua vez, versa sobre as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, enfatizando dois âmbitos em que essas relações são evidentes, o mercado petrolífero e a indústria bélica. As interconexões entre armas e petróleo são abordadas, assim como a relevância desses setores para o poderio estadunidense. E, finalmente, são apresentadas as conclusões deste estudo.

1 A ARÁBIA SAUDITA E O PODER GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS: UMA PERSPECTIVA NEOGRAMSCIANA

Para concretização dos objetivos propostos neste trabalho, utilizar-se-á análise crítica, especialmente resgate contemporâneo da obra de Gramsci, a fim de examinar as dinâmicas da economia política global dentro do marco temporal em questão. Neste capítulo, o arcabouço teórico será apresentado, explicado e justificado. Então, serão abordados os principais limites e questionamentos relativos às perspectivas críticas neogramscianas.

1.1 Observações a respeito da fundamentação teórica

O Oriente Médio é visto como uma região que melhor se encaixa na visão realista da política internacional - eventualmente representado como o “caso excepcional eterno”, imune às tendências que afetam outras partes do globo. Arranjos econômicos e políticos regionais são de difícil materialização, conflitos são constantes e as tradições democráticas são visivelmente ausentes. Dessa forma, o Oriente Médio é caracterizado como a região do pensamento realista “por excelência”, enquanto análises críticas envolvendo política internacional da região são relativamente escassas (AARTS, 1999, p. 911; BILGIN, 2005, p. 9-10). Entretanto, a teoria crítica muito tem a contribuir para a compreensão dos fenômenos particulares àquela localidade, pois como abordado posteriormente, conceitos específicos da teoria são capazes de explicar dinâmicas relativas aos objetos percorridos. Ademais, como parte fundamental do sistema capitalista global vigente, o Oriente Médio não está eximido dos fenômenos que atingem o mundo em sua totalidade. Daí justifica-se a escolha do arcabouço teórico aplicado a este estudo, e explica-se, em parte, sua pretendida contribuição à área.

As análises críticas têm em comum a visão de que o capitalismo, como qualquer outro sistema, é resultado das relações sociais, e não de uma ordem natural ou universal. Todas as relações sociais são historicamente estabelecidas e politicamente contestáveis (RUPERT, 1993). Nesse sentido, a função central da ciência social é explicar as ações, as estruturas e as mudanças sociais. E o poder explicativo será sempre limitado no tempo e no espaço. A perspectiva histórico-materialista examina o sistema de cima para baixo e de baixo para cima, numa avaliação dialética de determinado contexto histórico. Rejeita-se qualquer tipo de reducionismo ou causalidade mecânica. As mudanças sociais não podem ser compreendidas pela teorização de estruturas históricas vistas como estáticas e não-dialéticas, nem construídas sobre a pressuposta separação entre o “político” e o “econômico” (GILL, 1993, p. 21-41).

A presente análise é vinculada ao que hoje denomina-se “estudos críticos da globalização” (RAMOS, 2013; MITTELMAN, 2004; SKLAIR, 2009). Em concordância com a perspectiva crítica, defende-se que não há separação entre teoria e prática, já que o trabalho teórico em si é uma prática social e política (HORKHEIMER, 1983 apud RAMOS, 2013, p. 61). Busca-se um conhecimento historicista e reflexivo, consciente da relação entre o conhecimento e as condições materiais e políticas. O presente não é visto como estático, autocontido ou imutável, mas sim maleável e em constante processo de transformação. Valoriza-se ontologicamente a economia política global e, dessa forma, “é fundamental o entendimento das mudanças sistêmicas trazidas à tona pela globalização, vinculado às relações de poder que se expressam nesse processo” (RAMOS, 2013, p. 61-80).

Cooperou para os estudos críticos da globalização a chamada Escola de Amsterdã, cuja contribuição mais marcante foi a incorporação sistemática do conceito marxiano de frações de capital no estudo da política internacional (JESSOP e OVERBEEK, 2019). A Escola de Amsterdã surgiu no final da década de 1970 e foi revigorada com a “Virada Gramsciana”, materializada na economia política internacional com a publicação dos trabalhos de Robert Cox (1987) e Stephen Gill & David Law (1988). Junto à Escola de Toronto, a Escola de Amsterdã passou a ser reconhecida como polo do chamado Materialismo Histórico Transnacional (OVERBEEK, 2019).

Surgem, então, os chamados teóricos neogramscianos. Na obra de Gramsci, a política internacional possui importância secundária, já que o autor se dedicou à compreensão das relações sociais em sua dimensão nacional. Para o entendimento do cenário internacional é preciso, portanto, “elaborar outros conceitos gramscianos” (GILL, 1990, p. 42 apud RAMOS, 2013, p. 82). Hegemonia e outros termos relacionados devem ser adaptados, mantendo seus sentidos essenciais, para a compreensão dos problemas da ordem mundial (COX, 1993, p. 49). Daí a relevância das perspectivas neogramscianas, desenvolvidas por autores como Robert Cox, Stephen Gill, David Law, Adam Morton, entre outros.

Se por um lado a releitura de Gramsci acaba por “ir além” de seu contexto, por outro preserva termos metodológicos do pensamento gramsciano originário (MORTON, 2007, p. 18). É necessário, contudo, destacar que existem múltiplas contribuições herdeiras de Gramsci. E essas contribuições possibilitam diferentes interpretações, permitem flexibilidade para lidar com superposições e abrem espaços para debates e considerações futuras (RAMOS, 2013, p. 17). O exame dos dilemas intra-teóricos está fora do escopo deste estudo.

Por fim, cabe destacar que na teoria social de Gramsci, assim como no Marxismo clássico, a sociedade é entendida como um todo constituído, essencialmente, por modos de

produção. A produção envolve não só a geração de bens materiais, mas também o processo de formação do indivíduo como ser humano-social (KOSIK, 1995 apud RAMOS, 2013, p. 67). Analiticamente, pode-se distinguir instituições, ideias e forças materiais. Tais elementos, entretanto, formam uma entidade geral e integrada (RAMOS, 2013, p. 37).

1.2 Os conceitos básicos de Gramsci: bloco histórico, hegemonia e Estado ampliado

Segundo Portelli (1977), bloco histórico é o conceito-chave para a compreensão da teoria de Gramsci. O termo refere-se a um sistema constituído por duas esferas interrelacionadas: a estrutura socioeconômica e a superestrutura político-ideológica (PORTELLI, 1977, p. 1-15). Cox (1993) qualifica essas esferas como objetiva e subjetiva, e afirma que, devido a essa formação, o bloco histórico é um conceito dialético cujos elementos estão em constante interação. Ideias e condições materiais estão sempre atreladas, influenciando-se mutuamente. Ideias precisam ser compreendidas em relação às condições materiais, e estas incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção. Há justaposição e relações recíprocas das esferas ética, ideológica e política com a esfera econômica. Dessa forma, o materialismo histórico de Gramsci evita o reducionismo, sendo este economicista ou idealista (COX, 1993, p. 56; GASTALDI, 2018, p. 4).

Em suma, o bloco histórico é “uma constelação política e social de forças”, “uma congruência histórica entre forças materiais, instituições e ideologias, ou geralmente, uma aliança de diferentes forças de classe” (GILL e LAW, 1993, p. 93-94; traduções nossas).

As classes sociais são delimitadas basicamente pelo mundo da produção e pelo conjunto das forças sociais existentes na estrutura do bloco histórico. Os agrupamentos sociais são formados com base no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção, cada grupo representando uma função no processo produtivo. A classe dominante, ou hegemônica, encontra-se em uma situação de preeminência a nível estrutural, porque é a classe fundamental no campo econômico³ (PORTELLI, 1977, p. 45-80; GASTALDI, 2018, p. 4-5).

O Estado é compreendido como uma relação social através do qual a hegemonia se expressa (MORTON, 2007, p. 120). Um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica. Onde a classe hegemônica é dominante, o Estado mantém a coesão dentro do

³ Há ainda, no interior do bloco histórico, os grupos aliados, que servem de base social à hegemonia e desempenham um papel secundário no sistema. Enfim, verifica-se a existência de grupos excluídos do sistema hegemônico, que são as classes subalternas (PORTELLI, 1977, p. 45-80; GASTALDI, 2018, p. 5).

bloco, através da propagação de uma cultura comum⁴ (COX, 1993, p. 56-57; GASTALDI, 2018, p. 5). Hegemonia é, portanto, um conceito de extrema relevância para a tradição gramsciana, pois dela dependem a coesão do Estado e o próprio bloco histórico.

O termo hegemonia é, assim, empregado para análise das relações de forças numa sociedade específica. E as teorias de poder e hegemonia devem abarcar as dimensões normativa, material, estrutural e existencial das relações sociais. Parte da riqueza dos conceitos desenvolvidos por Gramsci resultam da combinação entre essas dimensões (GILL e LAW, 1993, p. 93-94).

Gramsci toma de Maquiavel a concepção de poder como centauro: meio fera, meio homem – uma combinação necessária entre força e consentimento (COX, 1993, p. 52; GASTALDI, 2018, p. 6). Dessa forma, à natureza dúplice do centauro maquiavélico correspondem dois modos de supremacia: a dominação (exercício do poder sem uma permissão crítica do governado) e a hegemonia ética (liderança intelectual e moral sobre o governado) (RAMOS, 2013, p. 94). Para Gramsci, uma ordem hegemônica é aquela em que o consentimento, ao invés da coerção, caracteriza as principais relações entre classes, e entre o Estado e a sociedade civil. No entanto, é importante destacar que “não existe sistema social em que o consentimento seja a base exclusiva da hegemonia, nem Estado em que um mesmo grupo possa, somente por meio da coerção, continuar a manter de forma durável a sua dominação” (PORTELLI, 1977, p. 32-34; GASTALDI, 2018, p. 6). Assim, coerção e consenso não são termos mutuamente excludentes: juntos constituem uma “morfologia do poder na sociedade contemporânea” (LIGUORI, 2007, p. 21-35 apud RAMOS, 2013, p. 95).

A coerção é sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, desviantes. Na maioria das vezes, a hegemonia é suficiente para assegurar o comportamento social esperado (COX, 1993, p. 52; GASTALDI, 2018, p. 6). Isso porque o poder hegemônico se expressa pela habitualização e internalização de práticas sociais e, assim, os constrangimentos existentes aparentam naturais e inevitáveis (MORTON, 2007; GILL e LAW, 1988, p. 77).

É preciso destacar que a hegemonia é ético-política, mas não pode deixar de ser também econômica. As condições econômicas (objetivas) fornecem a base para o estabelecimento da

⁴ A propagação da cultura comum é realizada pela ação de certos grupos sociais, cuja função primordial não é operar ao nível econômico (estrutural), mas sim ao nível superestrutural. Esses grupos, “funcionários da superestrutura” ou “funcionários da hegemonia da classe dominante”, são os chamados intelectuais orgânicos (PORTELLI, 1977; RAMOS, 2013, p. 98; GASTALDI, 2018, p. 5). Através da atuação desses indivíduos e grupos, um sistema de valores culturais “impregna, penetra, socializa e integra um sistema social”, em benefício de uma classe dirigente fundamental. Forma-se, assim, um sistema hegemônico. E consolida-se um bloco histórico específico (PIZZORNO, 1968, p. 166 apud PORTELLI, 1977, p. 16; GASTALDI, 2018, p. 5). Dentro do sistema hegemônico, os intelectuais agrupam-se num “bloco intelectual” (ou “bloco ideológico”).

hegemonia ético-política, que, analogicamente, só poderá ser mantida por uma classe que ocupe um lugar privilegiado no sistema de produção. A condição básica para a reprodução do consentimento é que o sistema hegemônico gere resultados que satisfaçam, em certa medida, os interesses materiais de curto prazo de grupos sociais variados. Consequentemente, a hegemonia ideológica só pode ser mantida se estiver firmada numa base material (PRZEWORSKI, 1989 apud RAMOS, 2013, p. 92).

Em suma, hegemonia é a capacidade que uma classe ou grupo tem de unificar e de manter unido, através da ideologia - e da realidade material -, um bloco social que não é homogêneo, mas marcado por profundas contradições de classe. Cria-se então uma vontade coletiva que tem como finalidade a consecução de um projeto econômico-político-social que envolve a constituição/reprodução de uma determinada ordem social. [...] Um bloco histórico pressupõe a existência de uma classe social hegemônica. Ou seja, em uma situação na qual uma classe hegemônica é a classe dominante em um determinado país ou formação social, o Estado - entendido aqui em seu sentido “ampliado” - mantém a coesão e a unidade dentro do bloco mediante a difusão de uma cultura comum (RAMOS, 2013, p. 97-98).

Para compreender a síntese acima, é necessário entendimento do conceito de Estado “ampliado” - termo básico da teoria gramsciana. Gramsci possui dois conceitos de Estado, um “restrito” e um “ampliado”. O Estado “restrito” diz respeito à sociedade política, que corresponde ao aparato governamental do Estado e ao conjunto de mecanismos pelos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. O Estado “restrito” diz respeito ainda ao âmbito jurídico (RAMOS, 2013, p. 83-84). Ou seja, a sociedade política agrupa o conjunto das atividades que se relaciona ao exercício da coerção. Está a cargo de conformar as massas populares ao tipo de produção e à economia de um determinado momento, assegurando a disciplina dos grupos sociais a fim de garantir o funcionamento do sistema produtivo (PORTELLI, 1977, p. 30-31; GASTALDI, 2018, p. 4).

O Estado “ampliado”, por sua vez, é formado pela junção entre a sociedade política (Estado “restrito”) e a sociedade civil. Gramsci entende a sociedade civil como o conjunto de aparelhos privados, composto pelas organizações responsáveis pela elaboração e pela difusão de ideologias (sistema escolar, partidos políticos, igrejas, organizações profissionais, sindicatos, entre outros), e a organização material da cultura (editoras, revistas, jornais e outros meios de comunicação). Em outros termos, constituem a sociedade civil os chamados “aparelhos privados de hegemonia” - organismos sociais coletivos e relativamente autônomos face à sociedade política (GRAMSCI, 2001, p. 20, Q12§1 apud RAMOS, 2013, p. 88-89; GRAMSCI, 2004, p. 112, Q11§12 apud RAMOS, 2013, p. 89). Tais organismos criam nas

peças certos tipos de comportamentos e expectativas consistentes com a ordem social hegemônica (COX, 1993, p. 51).

Assim, tanto a sociedade política quanto a sociedade civil servem para conservar ou promover uma determinada base econômica. Entretanto, “no âmbito e através da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia através de direção política e consenso; com relação à sociedade política, as classes exercem uma dominação mediante coerção”. Ademais, enquanto os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia, os portadores materiais da sociedade política são os aparelhos repressivos do Estado (RAMOS, 2013, p. 89).

Para Gramsci, consenso e coerção encontram-se intimamente relacionados. A separação entre sociedade civil e sociedade política possui caráter puramente metodológico, e não orgânico⁵. Organizações da sociedade civil frequentemente têm também um aspecto público, pois suas lideranças podem ser atraídas direta ou indiretamente para dentro do Estado. E, ainda, tais organizações podem ser fundadas pelo Estado ou dele serem parte (GILL, 1990 apud RAMOS, 2013, p. 84-85). Então, considerando o Estado como fundido às sociedades civil e política, Gramsci desenvolveu o conceito de Estado “ampliado” (RAMOS, 2013, p. 84):

Na noção geral de Estado (ampliada) entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). [...] isto significa que por ‘Estado’ deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil (GRAMSCI, 2002, p. 244, 254-255, Q6§88 e §137 apud RAMOS, 2013, p. 84).

Segundo Gruppi (1970), é possível perceber vínculos estreitos entre o conceito de hegemonia desenvolvido por Lenin e a definição proposta por Gramsci⁶. Todavia, essas duas concepções divergem em um ponto essencial: a preeminência da direção ideológica e cultural. “A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política. A análise leninista é exatamente inversa”⁷ (PORTELLI, 1977, p. 52-65; GASTALDI, 2018, p. 6).

⁵ Gramsci entende como “orgânico” aquilo que é de longo prazo ou relativamente permanente, isto é, estrutural. Opõe-se ao que é de curto prazo, conjuntural (RAMOS, 2013, p. 110).

⁶ Nesse quesito, destacam-se quatro principais aspectos: 1) a base de classe da hegemonia (caráter de classe da direção política e ideológica do bloco); 2) organização intelectual da hegemonia; 3) “base social” (necessidade de a classe fundamental ser apoiada por grupos aliados); 4) correlação de forças no seio do sistema hegemônico (GRUPPI, 1970, p. 206-218 apud PORTELLI, 1977, p. 63-64).

⁷ Para Lenin, a hegemonia é política, “porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil; assim, desta ele só retém o aspecto político” (PORTELLI, 1977, p. 65).

Enfim, pela junção dos conceitos até aqui apresentados, compreende-se que o Estado (em sua concepção “ampliada”) é o *locus* da formação de blocos históricos e da ascensão de hegemonias.

1.3 Hegemonia e ordem global: a perspectiva neogramsciana

Os teóricos neogramscianos - Cox (1993), Gill e Law (1993), Morton (2007), entre outros - adaptaram os conceitos de Gramsci para aplicá-los no estudo das dinâmicas internacionais. Isso é possível, já que a hegemonia, após plenamente estabelecida dentro de um Estado nacional, pode projetar-se internacionalmente (MORTON, 2007, p. 113).

A hegemonia é compreendida como resultado de uma dinâmica de classes. Em âmbito internacional, não consiste meramente numa hierarquia de Estados nacionais definida por capacidades materiais. Envolve também outras variáveis, como ideias, instituições, regimes e relações sociais. Abrange, portanto, dimensões material e normativa (MORTON, 2007, p. 113-117; GILL e LAW, 1993, p. 94-95).

Na perspectiva gramsciana, o Estado nacional⁸ é a entidade básica de análise. Trata-se do local em que relações sociais são estabelecidas, conflitos sociais nascem e hegemonias são construídas. Conseqüentemente, a formação de um bloco histórico é um fenômeno essencialmente nacional. Entretanto, a hegemonia pode exceder os limites do território nacional e internacionalizar-se, mediante atuação da classe fundamental, consonância das classes dominantes locais e incorporação de ideologias particulares caracterizadas como universais⁹ (COX, 1993, p. 58-61; MORTON, 2007, p. 121; GASTALDI, 2018, p. 6).

Por certo, o desenvolvimento é no sentido do internacionalismo, mas o ponto de partida é ‘nacional’ [...]. É preciso, portanto, estudar exatamente a combinação de forças nacionais que a classe internacional deverá dirigir e desenvolver segundo a perspectiva e as diretrizes internacionais (GRAMSCI, 2002, p. 314, Q14, §68 apud RAMOS, 2013, p. 114).

Hegemonias globais nasceram, historicamente, da expansão de hegemonias internas (nacionais), fundadas pelas classes dominantes nos Estados mais desenvolvidos. Uma ordem hegemônica global baseia-se não somente na regulação do conflito interestatal. Opera também

⁸ Em seu sentido ampliado, que abrange fusão orgânica entre Estado e sociedade civil (GILL e LAW, 1993, p. 93). O Estado assim compreendido difere-se da concepção clássica que o define como ator unitário e racional (MORTON, 2007, p. 120; COX, 1993, p. 51).

⁹ Morton (2007) define hegemonia como a articulação e justificação de um conjunto particular de interesses como interesses gerais. Trata-se de administrar a ordem pelo consentimento amplo resultante de uma aparente universalidade dos princípios e interesses envolvidos (MORTON, 2007, p. 113).

sobre a sociedade civil global, pois o modo de produção hegemônico gera vínculos entre as classes sociais dos países por ele abrangidos (COX, 1993, p. 58-61; GASTALDI, 2018, p. 6).

Nota-se, assim, um processo de transformação das estruturas políticas domésticas a partir de novos alinhamentos das relações de poder entre os grupos nacionais, e destes com grupos de outros Estados, em um processo amplo de construção de um bloco histórico para além das fronteiras do território nacional. Há a formação de um consenso interestatal vinculado às necessidades da economia mundial e, dessa forma, as estruturas internas dos Estados são ajustadas a fim de expressar tal consenso por políticas públicas domésticas. Portanto, “o processo de acumulação do capital se dá através de relações sociais multiescalares, nas quais o Estado deve ser visto não como ponto dominante, mas como ponto nodal” (RAMOS, 2013, p. 116-135).

Hegemonias internacionais impactam diretamente a ordem mundial, na medida em que o modelo hegemônico é incorporado e antigas estruturas de poder são abaladas (COX, 1993, p. 58-61). A articulação da hegemonia explica, assim, a configuração do poder global (MORTON, 2007, p. 112).

Hegemonia em nível internacional não é meramente uma ordem entre Estados. É uma ordem dentro da economia mundial, com um modo de produção dominante que penetra em todos os países e liga-se a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que conecta as classes sociais de diferentes países. Hegemonia mundial é descritível como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política; e não pode ser simplesmente uma dessas coisas, mas deve ser todas as três. A hegemonia mundial, além disso, é expressa em normas universais, instituições e mecanismos que estabelecem regras gerais de comportamento para Estados e para aquelas forças da sociedade civil que atuam entre fronteiras nacionais - regras que amparam o modo de produção dominante (COX, 1993, p. 61-62; tradução nossa).

A hegemonia pode, portanto, operar em dois níveis: nacionalmente (mediante construção de bloco histórico e estabelecimento da coesão social) e internacionalmente (através da difusão de um modo de produção objetivando expansão da hegemonia para a escala global) (MORTON, 2007, p. 122). Dessa forma, o lugar que vem a exercer a hegemonia importa para o conteúdo e a forma que a hegemonia assume em âmbito mundial (AGNEW, 2005 apud RAMOS, 2013, p. 119). Por essa perspectiva, é possível, portanto, utilizar o termo “bloco histórico internacional/transnacional”. Segundo Gill e Law (1993), isto envolveria uma aliança de forças sociais vista como natural e legítima pela maioria de seus membros (GILL e LAW, 1993, p. 97). Um mecanismo pelo qual as normas “universais” de uma hegemonia global são

expressas e dissipadas é a organização internacional (COX, 1993, p. 62; GASTALDI, 2018, p. 7).

Na verdade, a organização internacional funciona como processo pelo qual as instituições de hegemonia e sua ideologia são desenvolvidas. Entre as características da organização internacional que expressam esse papel hegemônico encontram-se as seguintes: (1) elas incorporam regras que facilitam a expansão das ordens hegemônicas mundiais (2) elas mesmas são produto da ordem hegemônica mundial; (3) elas ideologicamente legitimam as normas da ordem mundial; (4) elas cooptam as elites dos países periféricos e (5) elas absorvem ideias contra-hegemônicas (COX, 1993, p. 62; tradução nossa).

Regras, instituições e organizações internacionais são, geralmente, iniciadas pelo Estado hegemônico ou, ao menos, necessitam do apoio deste (COX, 1993, p. 62-63; RAMOS, 2013, p. 117).

A relação entre estruturas sociais, instituições econômicas e Estados nacionais tem se alterado à medida que a economia nacional se reorganiza e se integra ao sistema de produção global. A globalização da produção provê as bases para a transnacionalização das classes sociais. Ou seja, conforme certos sistemas de produção local são integrados em circuitos globalizados mediante processos de transnacionalização, as lógicas de acumulação local e global tendem a convergir, e as rivalidades deixam de se apresentar em termos meramente nacionais. Não há um interesse único e geral da classe capitalista. A competição entre capitalistas permanece, agora também em âmbito transnacional (RAMOS, 2013, p. 120-124).

Assim, uma fração transnacional da classe capitalista - aquela capaz de impor a direção geral e o caráter predominante da produção – torna-se a fração hegemônica do capital em escala global. Essa fração transnacional da classe capitalista refere-se aos proprietários do capital transnacional, e encontra-se vinculada aos circuitos globais de produção e finanças. Compreende, portanto, proprietários e gerenciadore das corporações transnacionais, técnicos e burocratas que administram as organizações internacionais, determinados intelectuais orgânicos, entre outros. Abaixo dessas elites transnacionais, ou “elites globalizantes”, encontram-se as classes médias, os profissionais cosmopolitas, os pobres e os excluídos (Ibid., p. 124-126; GILL, 2008, p. 194).

Diante do exposto, alguns esclarecimentos são necessários a fim de que a escolha do arcabouço teórico neste estudo seja melhor compreendida. Primeiro, Cox (1981) afirma que a hegemonia dentro do bloco histórico é constituída por três esferas de atividade: as relações sociais de produção, as formas de Estado e as ordens mundiais. Dentro de cada uma dessas

esferas, três elementos combinam-se reciprocamente para formar uma estrutura histórica: ideias, capacidades materiais e instituições. As esferas de atividade relacionam-se dialeticamente, assim como os elementos dentro delas existentes (COX, 1981, p. 136-138 apud MORTON, 2007, p. 114-115). A ênfase em determinado elemento ou esfera de atividade para fins analíticos não significa que os demais sejam considerados inexistentes ou irrelevantes. No entanto, recortes são eventualmente necessários.

Ainda, cabe ressaltar que a leitura neogramsciana não despreza o papel do Estado no processo de globalização. A visão do Estado como ponto de partida nodal, embora não dominante, atribui a devida relevância ao papel desempenhado pelos Estados no processo de configuração do poder global (AGNEW, 2005, 2008 apud RAMOS, 2013, p. 137). Portanto, a teoria neogramsciana é uma opção viável para o estudo das relações interestatais, embora imponha algumas limitações - abordadas nas seções posteriores deste capítulo.

1.4 Limites e questionamentos referentes à fundamentação teórica

Nos estudos referentes aos processos de globalização, Leo Panitch (1997) argumenta que a ideia de internacionalização do Estado presente nas análises neogramscianas - especialmente a contida na metáfora da “correia de transmissão” desenvolvida por Cox - enfatiza desproporcionalmente o aspecto *top down* das relações de poder ao caracterizar a globalização como um processo unidirecional (do global para o nacional, ou seja, de fora para dentro). Dessa forma, segundo Panitch (1997), Cox havia negligenciado o fato de que a globalização é obra dos Estados e resultante das lutas entre forças localizadas dentro de suas formações sociais particulares (PANITCH, 1997; MORTON, 2007, p. 131-133; RAMOS, 2013, p. 127).

Em certa medida, Cox reconhece a pertinência da crítica à ideia da “correia de transmissão”, pois a metáfora levou a uma interpretação equivocada de que existiria uma força externa que obscurecia “o papel do equilíbrio das forças sociais dentro do Estado e do potencial de resistência à globalização das forças sociais hostis” (COX, 2002, p. 33 apud RAMOS, 2013, p. 127-128). O capitalismo global deve ser visto como um processo que se dá em múltiplos níveis (MORTON, 2007, p. 131-133; RAMOS, 2013, p. 127):

[...] determinado no nível doméstico pelo equilíbrio das forças sociais dentro dos Estados, no nível transnacional por uma ideologia neoliberal [...], no nível internacional por aquelas instituições que desenvolvem diretrizes políticas oficialmente aceitas, e novamente no nível nacional mediante a tradução de

tais diretrizes em medidas concretas de políticas monetárias e fiscais (COX, 2002, p. 33 apud RAMOS, 2013, p. 128).

Os estudos críticos da globalização, em especial os de embasamento neogramsciano - ainda que atribuam prioridade ontológica à economia política global - não desconsideram o papel do Estado nacional. No contexto da globalização, os Estados se veem diante de oportunidades e dilemas de articulação, e não são anulados (SASSEN, 2007 apud RAMOS, 2013, p. 55). A articulação dos circuitos nacionais às cadeias globais de produção e finanças gera uma crescente dificuldade de manter as linhas de demarcação entre os níveis doméstico e internacional. Ordens locais, nacionais ou regionais podem se inserir em arranjos mais amplos de relações e redes de poder. Barreiras geográficas não mais impõem limites fixos a certas formas de interação ou organização social. No entanto, o Estado permanece *locus* fundamental no processo de regulação ao reter o poder de executar, em âmbito doméstico, políticas necessárias para a economia corporativa global. Assim, a partir da emergência da globalização, há uma reestruturação das diferentes formas de Estado através da internalização de configurações de forças sociais expressas por uma luta de classes entre frações nacionais e transnacionais do capital e do trabalho (RAMOS, 2013, p. 62-137; MORTON, 2007, p. 133).

Portanto, o Estado mantém papel de suma relevância nas análises gramscianas e neogramscianas. É preciso ressaltar, entretanto, que o Estado é entendido em sua concepção ampliada. Trata-se de um instrumento de classe e de um espaço de luta por hegemonia (LIGUORI, 2007 apud RAMOS, 2013, p. 114). Nesse sentido, Gramsci traz uma importante crítica ao estadocentrismo: ele não vê o Estado como algo absoluto, uma coisa em si, num sentido fetichizado. O Estado, como já mencionado, é uma forma de relação social na qual distinções metodológicas - e não orgânicas - podem ser feitas entre as esferas relacionadas aos fenômenos do consenso e da coerção - isto é, entre as sociedades civil e política (RAMOS, 2013, p. 137). O problema do estadocentrismo presente nas teorias *mainstream* tem menos a ver com o foco demasiado no Estado e mais relação com a ausência de análise do ator em si.

Questionamentos em relação às teorias críticas e, particularmente, às perspectivas (neo) gramscianas surgem concernentes a recortes analíticos diversificados. Ocorre que a avaliação histórica das esferas socioeconômica e político-ideológica multiníveis (global, nacional e local) nem sempre é exequível. Recortes são, na maioria das vezes, necessários. Então, omite-se partes do todo. E é aí que os questionamentos afloram com maior intensidade. Por outra visão, argumenta-se que o estudo das estruturas históricas dá enfoque às condições materiais

(objetivas), enquanto a esfera subjetiva é secundarizada ou negligenciada, assim como o poder de agência de atores específicos.

Neste estudo, recorte teórico foi necessário a fim de que os objetivos propostos fossem concluídos. Optou-se por uma análise das estruturas históricas transnacionais e das relações de poder centradas em dois atores: Estados Unidos e Arábia Saudita. A natureza dos interesses destacados nas relações bilaterais direciona a análise para os atores estatais. Petróleo e recursos bélicos são setores que requerem, em maior ou menor medida, o controle do Estado – ainda que tais setores pertençam ao âmbito privado. Em suma, este é um estudo de cunho estrutural, que não enfatiza a denominação específica de atores locais embora reconheça seu poder de agência - já que o Estado é compreendido em sua dimensão ampliada.

A esfera ideológica é aqui secundarizada, embora seja reconhecida a potencialidade que a instrumentalização de um determinado discurso tem de se transformar na execução de ações e políticas. Essa observação é importante, porque é comum abordar questões como democracia e direitos humanos nas análises referentes ao Oriente Médio. Tais tipos de argumentos, porém, contribuem marginalmente ao estudo pretendido.

Políticas externas agrupadas em torno de ideais grandiosos (liberdade, democracia, estabilidade) são geralmente implementadas a fim de enquadrar atores “hostis” no modelo de produção hegemônico através de medidas impopulares. Os ideais são vagos e frequentemente justificam políticas contraditórias (PIETERSE, 2009, p. 148). Como potência regional defensora do *status quo*, a Arábia Saudita encontra-se relativamente imune à ingerência dos Estados Unidos justificada por princípios democráticos.

Outra explicação é que a liberalização econômica requerida pelo capitalismo contemporâneo não implica, necessariamente, democratização. E, por outro lado, a democratização não é pré-condição para a aplicação das políticas liberais. É possível que as elites de um Estado autocrático prefiram a estabilidade à maior participação política ou política partidária – desde que possam operar num ambiente de restrições econômicas mínimas. Se o Estado ajustar suas práticas às exigências da economia global, pouco importa seu regime político interno, as elites globalizantes o apoiarão (AARTS, 1999, p. 916-917). A fusão entre o liberalismo econômico e o autoritarismo político é possível, e evidente através de exemplos como a Arábia Saudita.

Com certa dose de ironia histórica, entre os aliados mais importantes com que contaram as democracias ocidentais [...] está um país cujas práticas internas divergem quase completamente das adotadas por elas – o Reino da Arábia Saudita (KISSINGER, 2015, p. 137).

1.5 O debate agente-estrutura

O debate agente-estrutura insere-se nas principais discussões teóricas do campo das Relações Internacionais. Soluções diversas têm sido apresentadas mediante interpretações teóricas de naturezas variadas. Segundo Bieler e Morton (2001), as perspectivas historicistas neogramscianas fornecem alternativa coerente ao dilema, embora, não necessariamente, a sua solução. Porém, as contribuições neogramscianas são, de maneira geral, negligenciadas no debate agente-estrutura (BIELER e MORTON, 2001). Em parte, isso ocorre pelo determinismo atribuído aos estudos estruturais - determinismo este que minaria o poder de agência dos atores. No entanto, o estudo das estruturas históricas não é, necessariamente, determinista. E muito tem a acrescentar ao debate em questão.

É preciso considerar como as relações dialéticas entre estrutura e agente podem ser sintetizadas, a fim de evitar tanto o intencionalismo quanto o estruturalismo determinista nas ciências sociais – o primeiro ignora as estruturas em que as atividades humanas se desenvolvem, enquanto o último nega aos seres humanos qualquer autonomia em suas ações (Ibid., p. 7-15).

Em certa medida, o mundo é dado, em primeira instância, pelas condições materiais que impõem certos limites às práticas sociais e às condições de existência para pensamento e ação (HALL, 1986 apud BIELER e MORTON, 2001, p. 21). A abordagem historicista desenvolve explicações acerca das regularidades na atividade humana dentro de limites históricos particulares. Resíduos do passado moldam formas sociais no presente. Ou seja, o presente custou o passado, assim como o futuro está custando o presente (BIELER e MORTON, 2001, p. 18-19). As estruturas são históricas porque possuem início e fim; não são eternas e nem atemporais. Estruturas são “práticas sociais persistentes, estabelecidas pela atividade humana coletiva e transformadas por meio da atividade humana coletiva” (COX, 1987 apud BIELER e MORTON, 2001, p. 22; tradução nossa).

É através da luta por hegemonia que surgem estratégias de resistência que impulsionam transformações estruturais, seja nas formas de Estado ou na ordem mundial. Gramsci diferencia as formas contra-hegemônicas de resistência em duas categorias: “guerra de posição” e “guerra de movimento”. Essas categorias não devem ser consideradas opções mutuamente excludentes ou dois diferentes extremos. Uma combinação entre elas é possível. A “guerra de movimento” consiste num ataque rápido diretamente direcionado às instituições de poder do Estado. Já “guerra de posição” é comparada à uma guerra de trincheira envolvendo a luta ideológica no âmbito cultural da sociedade civil, objetivando a concentração da atividade hegemônica antes

da ascensão ao poder, na tentativa de penetrar e subverter mecanismos de difusão ideológica (MORTON, 2007, p. 190).

Em âmbito internacional e transnacional, uma “guerra de movimento” contra a superestrutura institucional é inviável. Em termos simplistas, as elites dos Estados centrais tentam cooptar elites dos países periféricos nas instituições internacionais. Indivíduos de Estados periféricos, ainda que intencionem inserir-se nas instituições internacionais para mudar o sistema “por dentro”, acabam por trabalhar em prol das estruturas de revolução passiva¹⁰ (COX, 1993, p.63-64). Uma vez que as instituições internacionais se adequam às exigências do capital transnacional e do sistema hegemônico global, elas pressionam os governos nacionais a reproduzir medidas em âmbito doméstico. Propicia-se, assim, condições de existência necessárias à ordem dominante (GILL e LAW, 1993, p. 104).

Em síntese, a metodologia historicista (neo)gramsciana não é necessariamente determinista. Dizer que atores estão inseridos em estruturas históricas não significa afirmar que a agência é determinada. Estruturas moldam, constroem e possibilitam ações de cursos variados (BIELER e MORTON, 2001, p. 25). Gramsci não nega que a produção e reprodução da vida material, que implica produção e reprodução das relações sociais, é fator ontologicamente primário na explicação da história. Contudo, isso não gera uma imposição automática de resultados “unívocos e fatais”, mas condiciona o “âmbito das alternativas” que se tornam possíveis ao sujeito (COUTINHO, 2007 apud RAMOS, 2013, p. 90-93). Assim, a “interação social é vista como estruturalmente condicionada, mas nunca como estruturalmente determinada” (ARCHER, 1995 apud BIELER e MORTON, 2001, p. 27; tradução nossa). As relações sociais são historicamente construídas, e seus padrões podem ser quebrados mediante processos históricos. A possibilidade de mudanças é fator condizente ao caráter crítico do arcabouço teórico (BILGIN, 2005, p. 60).

1.6 Teoria Crítica e “Oriente Médio”

A partir da metodologia crítica, questiona-se narrativas normalmente tomadas como pressupostos analíticos nas teorias clássicas. O conceito de “região”, por exemplo, não é considerado, na teoria crítica, mero espaço geográfico (representação espacial). Trata-se de uma construção social que não é natural e nem neutra (BILGIN, 2005, p.12).

¹⁰ Processo de transformação gradual e passiva da sociedade, sem participação popular.

Nessa perspectiva, o Oriente Médio é uma “invenção geopolítica de atores externos”. O termo não foi criado por atores locais para representar um sistema unificado ou uma consciência regional forte. O motivo pelo qual territórios do sudoeste asiático e do norte africano foram postos unidos num conjunto espacial denominado “Oriente Médio” foi o fato de que esta denominação representava uma parte do globo crucial para os interesses de grandes potências externas (primeiro Grã-Bretanha e, posteriormente Estados Unidos). Dessa forma, estrategistas ocidentais poderiam organizar ações e pensar políticas para a região (Ibid.).

A invenção do “Oriente Médio” é geralmente atribuída ao capitão Alfred Mahan, então oficial da Marinha dos Estados Unidos. Em um artigo publicado em 1902, Mahan sugeriu que a Grã-Bretanha assumisse a responsabilidade de manter a segurança do Golfo Pérsico e seu entorno – o “Oriente Médio” – para que o caminho para a Índia fosse garantido. O termo “Oriente Médio” passou, então, a ser utilizado. No entanto, com o passar do tempo, a área assim designada passou por modificações. No período entreguerras, a descoberta de petróleo na península Arábica e o ritmo crescente da migração judaica para a Palestina ligaram esses territórios ao “Oriente Médio” de Mahan. Durante a Segunda Guerra Mundial, *policymakers* britânicos passaram a usar o termo em referência a todas as áreas da Ásia e do Norte da África localizadas a oeste da Índia. Não foram delimitadas fronteiras específicas da região durante esse período. O Irã foi adicionado em 1942; a Eritreia foi excluída em setembro de 1941, e novamente incluída cinco meses depois. No contexto final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos adotaram a definição geopolítica britânica da região (BILGIN, 2004, p. 18).

“Oriente Médio” é, portanto, um termo contestado. É apenas uma representação dentre outras possíveis. O termo “Maghreb” (o “Oeste”, em árabe), por exemplo, tem suas origens na geopolítica da época das primeiras ondas de invasores árabes que chegaram ao norte da África nos séculos VII e VIII. No entanto, nem todas as sociedades foram capazes de impor suas próprias representações frente a outras. Nesse quesito destaca-se a relevância dos recursos materiais na formulação e difusão do discurso dominante. Ou seja, os interesses estratégicos e militares da Grã-Bretanha no século XIX explicam, em parte, a invenção do “Oriente Médio”. Se não fosse, entretanto, pelo poderio material e representativo do país à época, dificilmente o “Oriente Médio” teria emergido como a representação dominante (Ibid., p. 18-19).

Há outros exemplos de representações referentes a áreas abarcadas pelo “Oriente Médio”. “Oriente Médio Árabe”, “Oriente Médio Muçulmano” e “Oriente Médio

Mediterrâneo” são algumas delas¹¹. Cada representação dá primazia a determinados tipos de questões e práticas (Ibid.).

Edward Said (1990) aborda a relação entre representações e práticas no que se refere ao discurso acadêmico do Orientalismo (definido como estilo de pensamento baseado na distinção epistemológica e ontológica entre o “Oriente” e o “Ocidente”). Segundo o autor, esse discurso não apenas contribuiu para que o Oriente Médio se tornasse o que é hoje, como também o impediu de se tornar algo diferente (SAID, 1990; BILGIN, 2005, p. 13).

Um livro sobre como lidar com um leão feroz poderia então causar toda uma série de livros sobre temas tais como a ferocidade dos leões, as origens da ferocidade e assim por diante. Do mesmo modo, à medida que o foco do texto se concentra mais estreitamente sobre o tema - não mais os leões, mas a ferocidade deles -, podemos esperar que as maneiras pelas quais se recomenda que se lide com a ferocidade do leão irá na verdade *aumentar* esta ferocidade, forçá-la a ser feroz posto que é isso que ela é, e é isso que, essencialmente, sabemos ou só podemos saber sobre ela (SAID, 1990, p. 103, grifo do autor).

As concepções que a grande massa popular absorve, aceita e convive acriticamente formam o que Gramsci denomina “senso comum”. Essas concepções são moldadas pelas teorias e discursos dominantes num determinado intervalo de tempo. O senso comum ajuda a sustentar o *status quo* pela naturalização e aparente imutabilidade de situações contextuais. Por isso, o senso comum é prontamente aceito por aqueles indivíduos e grupos em posições de poder (BILGIN, 2005, p. 50-51).

O discurso Orientalista não só representa o “Oriente”, mas também estabelece preceitos que direcionam fala, escrita e atos, ao abrir determinadas possibilidades e encobrir outras. Verifica-se uma relação mutuamente constitutiva entre teoria e prática. Na perspectiva crítica as teorias não somente explicam, mas também constituem o que escolhemos tomar por “realidade” (Ibid., p. 13-59).

Enfim, é importante destacar que neste trabalho o termo “Oriente Médio” foi escolhido por encaixar-se, de maneira geral, nas formulações políticas e estratégicas estadunidenses referentes àquele território. Reconhece-se, entretanto, o significado intrínseco a essa representação e seu uso deliberado.

¹¹ Vide Bilgin (2004).

2 ORIENTE MÉDIO E O PODER ESTRUTURAL DOS ESTADOS UNIDOS: HISTÓRICO DO *DOLLAR WALL STREET REGIME*

A consolidação do bloco histórico transnacional vigente possui relação direta com o desenvolvimento da hegemonia dos Estados Unidos entre o pós-Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento dos padrões socioeconômicos neoliberais correntes em âmbito mundial. A história importa, e a compreensão do processo de ascensão do poder global estadunidense é relevante para o entendimento do cenário internacional atual. Segue, então, um breve histórico, com destaque para o papel do Oriente Médio no estabelecimento do denominado poder estrutural dos Estados Unidos - poder este decorrente, principalmente, da centralidade do país nos sistemas globais monetário e financeiro em meio ao chamado *Dollar Wall Street Regime*.

2.1 A globalização liberal: do Fordismo a Bretton Woods

No início do século XX, o fordismo começava a se espalhar pela Europa. Segundo Gramsci, este seria o “ponto extremo do processo de sucessivas tentativas da indústria no sentido de superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro” (GRAMSCI, 2001, p. 242, Q22§1 apud RAMOS, 2013, p. 106-107). O fordismo seria capaz de racionalizar o trabalho e a produção ao combinar habilmente força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) e persuasão (benefícios sociais, altos salários, propaganda ideológica e política), ou seja, coerção e legitimidade. Em outros termos, as relações sociais de produção foram organizadas em torno de um regime de acumulação caracterizado pela produção e pelo consumo em massa, e por um corporativismo tripartite envolvendo governo, empresa e trabalho. No contexto do fordismo, a hegemonia nascia da fábrica (GRAMSCI, 2001, p. 247, Q22§2 apud RAMOS, 2013, p. 107; COX, 1987, p. 219-230 apud MORTON, 2007, p. 123).

No cenário pós-Segunda Guerra Mundial - numa conjuntura de ocupação estadunidense na Europa e de implementação do Plano Marshall - esforços foram empreendidos para introduzir a produção fordista através de medidas reformistas impostas de fora, visando a preservar o capitalismo europeu e subordiná-lo ao domínio estadunidense. As formas norteamericanas de Estado, sociedade civil e modo de acumulação tornaram-se modelos por todo o mundo (RAMOS, 2013, p. 107).

Ao menos quatro elementos no regime de acumulação pós-1945 colaboraram para o rápido crescimento do mundo capitalista industrializado: 1) a construção de uma estrutura econômica, política e de segurança centrada nos Estados Unidos para o mundo não-comunista,

assegurando condições pacíficas de desenvolvimento no pólo capitalista; 2) a habilidade dos Estados Unidos em manter o crescimento da demanda agregada global por meio de seus déficits na balança de pagamentos, parcialmente gerados por gastos militares em países estrangeiros; 3) a congruência substancial de ideias, políticas e instituições entre as nações capitalistas predominantes no sistema vigente à época e, 4) suprimento barato e abundante de produtos primários, especialmente petróleo (GILL e LAW, 1993, p. 96).

Criou-se uma ordem marcada por uma aliança orgânica entre Estados do Ocidente, e resultante da expansão externa de forças sociais emergentes dentro dos Estados Unidos (Ibid.). Essa ordem foi consolidada pelo sistema Bretton Woods, estabelecido em 1944 com o objetivo de institucionalizar o conflito econômico internacional por meio de regimes e organizações (GILL, 2008, p. 187). O Estado passou a desempenhar um papel de mediação entre as estruturas da economia internacional e mundial. Durante este período - denominado *Pax Americana* - prevalecia, ao menos nos países industriais avançados, uma forma de Estado na qual este prestava contas tanto à opinião pública nacional quanto às instituições da economia mundial (a exemplo do FMI e do Banco Mundial). Tal dinâmica expressava-se na ideia de “liberalismo embutido”, modelo caracterizado pela possibilidade de combinar livre comércio no âmbito internacional com intervenção estatal no âmbito doméstico, a fim de assegurar a estabilidade. Em outras palavras, tratava-se de sintetizar o liberalismo *laissez-faire* (favorável, principalmente, ao capital financeiro) e a intervenção do Estado (requerida pela indústria). Assim, a globalização liberal não se limitou ao comércio. No entanto, o *laissez-faire* característico do capital financeiro viria a ser enfatizado somente com a globalização transnacional, emergente a partir dos anos 1970¹² (RUGGIE, 1982; RAMOS, 2013, p. 116-123).

Por trás da *Pax Americana*, nota-se uma visão de hegemonia herdeira do *New Deal* e associada ao internacionalismo econômico, através do qual grupos sociais norte-americanos intencionavam estimular a demanda pelo consumo em massa e ampliar as oportunidades de exportações e/ou investimento direto estrangeiro (tanto na manufatura, quanto nas indústrias extrativistas - notavelmente no setor petrolífero). Essas questões são fundamentais, pois expressam a relevância da dimensão espacial no processo de construção da hegemonia (RAMOS, 2013, p. 118-119; GILL e LAW, 1988, p. 96).

A ordem econômica internacional emanada do liberalismo embutido vigorou por cerca de 25 anos - até o início da década de 1970. Em 15 de agosto de 1971, o então presidente

¹² O conceito “globalização” está relacionado aos processos de mundialização da produção, do capital, das finanças, do comércio, do trabalho e das relações sociais.

estadunidense Richard Nixon declarou o fim da paridade dólar-ouro. Foi uma decisão unilateral que implicou o desmonte de um importante pilar do sistema Bretton Woods, num contexto de lento crescimento, inflação e desemprego elevados, recessões econômicas, e crescimento dos déficits fiscais em todos os níveis do governo estadunidense (federal, regional e local) (GILL, 2008, p. 188). Contudo, a hegemonia estadunidense prevaleceria em nova forma.

2.2 A globalização transnacional: o DWSR

O colapso do sistema Bretton Woods no início dos anos 1970 é muitas vezes descrito como uma derrota para um capitalismo norte-americano fragilizado. Entretanto, a realidade, de acordo com Gowan (2003), é outra. O governo Nixon intencionava romper uma série de disposições institucionalizadas que limitavam o domínio dos Estados Unidos na política monetária internacional, em meio a um cenário no qual o capital do país estava sendo desafiado por rivais capitalistas em mercados de produção. A quebra do sistema Bretton Woods seria, então, uma estratégia para restaurar o poderio econômico estadunidense mediante o estabelecimento de um regime internacional de padrão dólar (GOWAN, 2003, p. 45). Tratava-se de uma mudança estrutural na economia mundial, com permanência da hegemonia norte-americana (MORTON, 2007, p. 123).

Nas subelevações do início da década de 1970, países diversos foram obrigados a abandonar as tentativas de manter fixas as taxas de câmbio entre o dólar e suas moedas. E isto convinha ao governo dos Estados Unidos, que desejava forçar uma reavaliação das moedas de outros países, e agora o podia fazer através de sua própria política relativa ao dólar (GOWAN, 2003, p. 47).

O principal fato político é que o padrão dólar coloca a direção da política monetária mundial nas mãos de um único país, que dessa forma adquire grande influência sobre o destino econômico dos outros. Uma coisa é sacrificar a soberania no interesse da interdependência; é bem diferente quando a relação é unilateral. [...] O fato é que a aceitação de um padrão dólar implica necessariamente um grau de assimetria de poder [...] (WILLIAMSON, 1977 apud GOWAN, 2003, p. 46).

O governo Nixon (1969-1974) procurou fazer com que as relações financeiras internacionais saíssem do controle dos bancos centrais dos Estados e se concentrassem cada vez mais nos operadores financeiros privados. Contribuiu para isso a exploração do controle dos Estados Unidos sobre o comércio internacional de petróleo. O exorbitante aumento dos

preços do petróleo em 1973, executado pelos países árabes do Golfo Pérsico, resultou - segundo Gowan (2003) - da influência dos Estados Unidos sobre os principais produtores de petróleo, e foi parte de um plano de política econômica dirigido contra os “aliados” europeus e japoneses. Essa estratégia deu um novo papel para os bancos estadunidenses privados nas relações financeiras internacionais, através da reciclagem dos chamados petrodólares¹³, intensificada a partir de 1974 com a abolição dos controles de capital pelos Estados Unidos. Dessa forma, as finanças privadas internacionais deslocaram-se para o centro das atividades do sistema monetário internacional. Além disso, parte considerável do montante adquirido pelos Estados exportadores de petróleo foram gastos em mercadorias ocidentais, das quais se destacaram produtos da indústria bélica estadunidense. A base da hegemonia dos Estados Unidos desviava-se, assim, do poder direto sobre outros países para uma forma de poder “estrutural”, ou seja, mais baseada no mercado (GOWAN, 2003, p. 47-50; JONES, 2012, p. 211).

No que se refere às finanças, a reciclagem dos petrodólares, a emergência de mercados *offshore* e o colapso do regime de câmbio fixo de Bretton Woods (e do controle de capitais a este associado), geraram volumes notáveis de comércio e de investimento especulativo internacionais (RAMOS, 2013, p. 123).

No novo sistema, a estabilidade das moedas dependeria da capacidade dos países de obter crédito em mercados financeiros privados, que no sistema anterior tinham sido em grande parte excluídos do envolvimento no sistema monetário internacional. O dólar e os mercados financeiros internacionais seriam as bases do funcionamento do sistema nascente. Aumentava-se a influência dos Estados Unidos sobre as relações financeiras e monetárias globais. Washington ganhara grande poder de alavancagem¹⁴ numa época em que o peso econômico relativo dos Estados Unidos no mundo capitalista declinava (GOWAN, 2003, p. 50-51).

A vitória do governo Nixon na “liberação” dos sistemas bancários privados anglo-americanos para operações internacionais [...] permitiu que o governo americano determinasse que tipos de pressão competitiva e que tipo de regulamentação internacional deveriam existir sobre os mercados financeiros

¹³ O aumento do preço do petróleo produziria um significativo aumento das receitas em dólar dos países produtores de petróleo, que não poderiam absorver esses recursos em seus próprios setores produtivos. Por outro lado, a elevação do preço do petróleo colocaria muitos países em intensos déficits comerciais quando os custos de suas importações subissem muito. Dessa forma, os petrodólares teriam que ser reciclados do Golfo por bancos ocidentais para países não produtores de petróleo. Embora outros governos quisessem que os petrodólares fossem reciclados pelo FMI, os Estados Unidos - politicamente dominantes no Golfo - conseguiram atrair para si tais recursos (GOWAN, 2003, p. 48).

¹⁴ Mediante senhoriação, nome dado aos privilégios conferidos pela posição de imprimir a moeda internacional corrente (o dólar). Significa dizer que os Estados Unidos não enfrentam as mesmas restrições que outros países enfrentam em relação à balança de pagamentos. A senhoriação concede ao governo dos Estados Unidos a capacidade de fazer oscilar o preço do dólar internacionalmente conforme seus objetivos políticos e econômicos (GOWAN, 2003, p. 53-54).

internacionais. [...] Falar de um mercado financeiro *global*, em vez da influência crescente do mercado financeiro americano sobre os outros mercados financeiros nacionais, obscurece a dimensão do poder do domínio financeiro dos Estados Unidos (GOWAN, 2003, p. 54-55; grifo do autor).

Todo um paradigma acadêmico foi criado nos Estados Unidos para justificar a unilateralidade do país¹⁵, revelando a atuação dos intelectuais orgânicos na esfera superestrutural. Em suma, a história desde a década de 1970 tem sido a da crescente pressão de Wall Street para enfraquecer as barreiras à sua penetração no interior dos sistemas financeiros nacionais. Pode-se verificar neste processo a transnacionalização da hegemonia pela elite globalizante estadunidense, conforme processo descrito pelos autores neogramscianos.

O processo de transformação estrutural ocorrido nos anos 1970 marcou a passagem de um bloco histórico internacional para um bloco histórico transnacional¹⁶ – o primeiro caracterizado pela coexistência de formas de Estado nacionalistas e ordem econômica internacional liberalizante; o segundo associado, principalmente, aos interesses dominantes nos países mais desenvolvidos (GILL, 1993, p. 33). Gowan (2003) denomina *Dollar Wall Street Regime* (doravante DWSR) o sistema global consequentemente formado (GOWAN, 2003, p. 56).

O governo Carter (1977-1980) utilizou técnicas de corte keynesiano, tentando manter um dólar baixo para sustentar uma estratégia de crescimento centrada no setor industrial. À parte esse interesse em utilizar o valor flexível do dólar como instrumento de política industrial, Carter aparentava indiferente às potencialidades de exploração e/ou desenvolvimento do DWSR (Ibid., p. 74). O sistema se consolidaria na década de 1980.

Preocupado com a queda do dólar, a supercapacidade do segmento industrial e a alta da inflação, em 1979, o presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos - Paul Volcker - promoveu uma elevação das taxas de juros sem precedente. No entanto, manter o dólar muito alto poderia gerar taxas de juros internas prejudicialmente elevadas, a não ser que o governo dos Estados Unidos atraísse grandes fluxos de recursos para os mercados financeiros

¹⁵ A teoria da estabilidade hegemônica é um exemplo apropriado. Formulada nos anos 1970 por Charles Kindleberger e Robert Gilpin, a teoria da estabilidade hegemônica afirma que uma economia liberal mundial necessita de um (e somente um) país estabilizador responsável pelo provimento de alguns “bens públicos” indispensáveis para o bom funcionamento do sistema mundial, tais como uma moeda internacional, a coordenação das políticas econômicas nacionais e a implementação de políticas anticíclicas de eficácia global (FIORI, 2005, p. 61).

¹⁶ É importante compreender que o conceito de bloco histórico internacional/transnacional envolve mais que uma aliança de interesses capitalistas para além das fronteiras nacionais. Implica também o envolvimento de elementos de mais de uma classe, e bases orgânicas enraizadas em estruturas materiais e normativas da sociedade, ou seja, nas instituições governamentais e civis de um número significativo de Estados (incluindo Estados fracos), de modo que a aliança entre as forças sociais possa ser compreendida como “natural” e legítima pela maioria de seus membros (GILL e LAW, 1993, p. 97).

estadunidenses. Para atingir tais fluxos, o governo sucessor, do presidente Reagan (1981-1988), iniciou uma campanha de desmonte dos controles de capital em outros países da OCDE. Países livres de crises poderiam ser utilizados para a construção de mercados acionários internos e manejados para a obtenção de rendimentos lucrativos. Para isso, havia a necessidade de remoção dos controles sobre as contas de capital desses países (Ibid., p. 76-230).

Ao mesmo tempo, as políticas de Volcker promoveram - ainda que não intencionalmente - as crises das dívidas da América Latina e do leste e centro europeu dos anos 1980. Embora o sistema bancário dos Estados Unidos houvesse, em razão disso, quase colapsado, a equipe de Reagan aprendeu que era possível tirar vantagens da crise da dívida de um país para reorganizar suas relações sociais internas de produção de modo a favorecer a penetração do capital norte-americano naquele país. Assim, o DWSR foi usado para a abertura dos regimes financeiros internos e dos mercados produtores aos operadores estadunidenses. Estruturas internas adaptavam-se, então, ao sistema hegemônico (Ibid., p. 230).

Cabe ressaltar, ainda, uma outra lição fundamental da crise latino-americana: uma crise financeira em um país do Sul podia, por meio da evasão de capital, favorecer significativamente Wall Street. Enfim, a lição, em muitos aspectos, mais relevante: a de que o FMI e o Banco Mundial podiam ser poderosos mecanismos para promover os interesses do capitalismo norte-americano (Ibid., p. 75-76).

[...] ao defender a integridade do sistema financeiro internacional, o FMI estava defendendo um sistema de exploração do DWSR pelos Estados Unidos. [...] ao reestruturar as economias internas para que elas pudessem pagar suas dívidas, o Banco Mundial as estava adaptando ao mesmo sistema internacional centrado nos Estados Unidos [...]. E todo sistema podia ser ainda mais baseado em regras, porque a economia neoclássica nos fornece centenas de regras e normas e quase todas nunca estão inteiramente em operação em qualquer país a qualquer tempo. Dessa forma, o FMI e o Banco Mundial poderiam simplesmente escolher quaisquer aspectos de uma economia interna sobre a qual quisessem concentrar uma modificação e sempre apontariam alguma regra ou norma da economia neoclássica que não estivesse sendo cumprida! (GOWAN, 2003, p. 76-77).

A partir dessa concepção, percebe-se o papel de certas organizações internacionais (Banco Mundial e FMI) na difusão e criação das normas “universais” que formam e sustentam o sistema hegemônico. Tais organismos legitimam as normas da ordem mundial e facilitam a expansão da hegemonia ao nível global (COX, 1993, p. 62). Crises são atribuídas, pela mídia anglo-americana do DWSR, à corrupção, à incompetência ou a qualquer outra falha dos países em dificuldade. Nunca ao sistema (GOWAN, 2003, p. 87-88).

Em suma, o DWSR foi consolidado nos anos 1980 em meio a um cenário de baixo crescimento e recessão econômica em vários países. As políticas econômicas de Reagan tiveram o efeito de sugar a maior parte da poupança excedente mundial para os Estados Unidos, forçando outros países a deflacionar: suas taxas de juros subiram a fim de evitar saídas de capital ainda maiores para a economia estadunidense. As deflações monetárias geraram endividamentos crescentes e crises fiscais nos países em desenvolvimento, muitos deles constrangidos a recorrer ao ajuste estrutural do FMI/Banco Mundial (GILL, 2008, p. 189-190).

Portanto, Reagan deixou para George H. W. Bush (1989-1992) enormes déficits na balança de pagamentos. No entanto, o governo foi bem-sucedido ao consagrar o subsistema do ajuste estrutural do FMI/Banco Mundial como novo paradigma do desenvolvimento global. Fortalecia-se, assim, o alcance do DWSR (GOWAN, 2003, p. 77-78).

Durante a gestão Bush, Dick Cheney (secretário da Defesa) formou um grupo de trabalho para repensar a posição dos Estados Unidos no cenário mundial depois da dissolução da URSS. Uma cópia da versão original do documento produzido, um esboço do intitulado Roteiro para o Planejamento da Defesa (*Defense Planning Guidance*) foi parar nas mãos do jornalista Patrick Tyler. Esse documento circulava restritamente entre funcionários específicos do Pentágono quando, em 1992, Tyler o publicou (sem permissão) no *The New York Times* (FUSER, 2008, p. 196).

O texto afirmava que o primeiro objetivo dos Estados Unidos em política externa era prevenir o ressurgimento de um novo rival, impedindo que qualquer potência hostil dominasse alguma região cujos recursos fossem suficientes para gerar poderio global. O esboço declarava, ainda, que os Estados Unidos deveriam estar preparados para agir unilateralmente em defesa de seus interesses, quando necessário, recorrendo até mesmo a ataques preventivos contra rivais. O mais importante é que o texto afirmou que a noção de ordem mundial era, em última instância, sustentada pelos Estados Unidos. Devido a isso, o documento provocou protestos dentro e fora dos Estados Unidos. O Pentágono então abrandou a versão final do texto, eliminando o apelo à dominação global (Ibid.; TYLER, 1992).

Em 1993, Clinton (1993-2000) se tornou presidente. Naquele ano, o DWSR tinha já se sustentado por um período de vinte anos. Ainda assim, haveria uma campanha a fim de radicalizar o DWSR para eliminar as barreiras restantes entre os países e os mercados financeiros internacionais centrados em Wall Street, e para impor uma série de restrições sobre as políticas domésticas dos países. Haveria, também, uma tentativa de radicalizar a maneira pela qual o governo estadunidense utilizava o DWSR para atingir objetivos da economia nacional (GOWAN, 2003, p. 78-79).

O DWSR produziu uma profunda transformação da dinâmica social interna dos países. Essa transformação realimenta a vida ideológica internacional. Nota-se uma crescente convergência internacional no âmbito da ideologia, cuja mais alta expressão é o chamado “Consenso de Washington”¹⁷. Segundo Gowan (2003), “não foi a ideia do Consenso de Washington que ensinou as pessoas a transformar as relações sociais; foram as transformações materiais das relações sociais que produziram o poder da ideia do Consenso de Washington” (Ibid., p. 97). Evidencia-se, assim, as relações essenciais entre estrutura e superestrutura na constituição e consolidação do bloco histórico vigente.

Enfim, ajustes ocorreram em diferentes ritmos em diferentes regiões. Porém, em todos os casos resultaram na virada neoliberal na política econômica governamental e no aumento da proeminência do capital financeiro (MORTON, 2007, p. 125). As mudanças em curso desde o início da década de 1990 parecem ter acentuado as desigualdades sociais e a depressão econômica em muitas partes do mundo. A reconfiguração do sistema global ocorre frequentemente às custas das classes e dos Estados mais fracos (GILL, 2008, p. 184).

Os países do Oriente Médio, América Latina e Bloco Soviético que recorreram às instituições do sistema hegemônico, “ficaram então presos na armadilha das crises das dívidas e longas estagnações de 15 anos ou mais à medida que foram arrastadas pelo ajuste estrutural do FMI/Banco Mundial”. Dois terços dos membros do FMI passaram por graves crises financeiras desde 1980, alguns mais de uma vez. “A história das novas dependências pós-anos 80 tem sido a da instabilidade financeira crônica e estagnação, pontuada por um crescimento intermitente e posteriores rupturas financeiras” (GOWAN, 2003, p. 86-87).

2.3 O poder estrutural dos Estados Unidos da América

O desenvolvimento capitalista é desigual e combinado. Desigual, porque seu desenvolvimento não é linear, homogêneo e contínuo. Combinado, porque o capitalismo forma um sistema em escala mundial (DE JANVRY, 1981, p. 176 apud MORTON, 2007, p. 176). A

¹⁷ Termo usado pelo economista inglês John Williamson (1992) para referenciar o conjunto de medidas acordadas em encontro realizado na capital estadunidense em 1989 visando à imposição de políticas econômicas liberais voltadas, principalmente, à globalização dos mercados. Participaram deste encontro representantes de instituições e grupos que compunham a rede de poder financeiro, intelectual e político do eixo Washington-Wall Street. Foram determinadas dez medidas que, resumidamente, são: disciplina fiscal, controle dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização do setor financeiro, manutenção de taxas de câmbio competitivas, liberalização comercial, atração de investimentos diretos estrangeiros, privatização de empresas estatais, desregulamentação da economia, e proteção a direitos autorais (REIS, 2019; MATEUS, 2015, p. 3).

economia global é resultado de um longo processo histórico, que envolveu fases distintas de desenvolvimento da vida material da humanidade (RAMOS, 2013, p. 67-68).

Mediante o histórico apresentado, acentua-se que é possível perceber a reestruturação mundial da produção em linhas pós-fordistas, ocorrendo em meio a um contexto de mudança estrutural na década de 1970. Nesse período há, de acordo com Gill (1993), a transição de um bloco histórico internacional (caracterizado pelo regime de Bretton Woods) para um bloco histórico transnacional (marcado pelo DWSR). É, portanto, essencial perceber o surgimento de um poder estrutural do capital transnacional a partir dos anos 1970, que acaba por promover determinados padrões comportamentais entre os Estados. Um Estado internacionalizado, ao enquadrar-se ao novo bloco histórico, transnacionaliza-se. E nesse contexto, faz-se necessário compreender o poder estrutural do capital transnacional e seus impactos nas formas de manifestação das demais dimensões do poder (GILL, 1993, p. 33; RAMOS, 2013, p. 77-129).

O aspecto estrutural está relacionado às dimensões material e normativa da sociedade (como as estruturas de mercado e o papel da ideologia) (GILL e LAW, 1993). Segundo Strange (1987), “poder estrutural é o poder de escolher e configurar as estruturas da economia política global dentro das quais outros Estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos, e (não menos importante) seus profissionais têm que operar” (STRANGE, 1987; tradução nossa). E ainda, o poder estrutural vem se tornando mais importante que o poder relacional (poder que A tem de fazer com que B faça algo que por vontade própria ele não faria). É o poder estrutural que os Estados Unidos detêm (Ibid.).

O poder estrutural é encontrado em quatro estruturas separadas, mas inter-relacionadas. Em síntese, essas estruturas são: segurança, produção, finanças e conhecimento. Na economia política internacional, todas as quatro estruturas são importantes. E o Estado que é dominante na maioria dos aspectos do poder estrutural é o mais poderoso¹⁸. Essa posição é, desde o término da Segunda Guerra Mundial, ocupada pelos Estados Unidos¹⁹ (Ibid., p. 565) – de maneira mais evidente mediante processo de consolidação do DWSR após a reestruturação da economia global ocorrida nos anos 1970.

O poder estrutural norte-americano nos sistemas monetário e financeiro internacionais é assegurado, entre outras coisas, pelo chamado “neoliberalismo disciplinar”, institucionalizado através dos organismos internacionais e da reestruturação dos Estados. O neoliberalismo disciplinar envolve a imposição de estruturas legais e políticas constitucionais, no que

¹⁸ Nos termos (neo)gramscianos, o *hegemon*.

¹⁹ Vide Strange (1987).

caracteriza o “novo constitucionalismo”²⁰. O projeto político é fazer do liberalismo transnacional o único modelo de desenvolvimento futuro possível (GILL, 2003, p. 131-132 apud RAMOS, 2013, p. 131). Qualquer conjunto de ideias, propostas institucionais e arranjos políticos favorecerá certos interesses, em detrimento de outros. Para alguns atores, o ajuste estrutural provaria-se mais letal do que a doença original²¹ (GILL, 2008, p. 203).

No que tange às instituições internacionais, Gowan (2003) descreve a contribuição do conjunto FMI/Banco Mundial para o funcionamento e a continuidade do sistema hegemônico, o DWSR, principalmente no que se refere à integração dos países do Terceiro Mundo que passaram por crises e fizeram uso dos serviços prestados pelos aparelhos hegemônicos em questão:

Pela intervenção do FMI/Banco Mundial, o país em crise torna-se mais tarde capaz de se reintegrar ao DWSR, mas dessa vez com grandes problemas de serviço da dívida e geralmente com uma estrutura financeira e econômica interna enfraquecida. Enquanto isso, o ambiente externo é tão volátil quanto nunca, e o país em questão tem mais probabilidades do que nunca de se deparar com uma nova crise financeira em um futuro não tão distante. Mas um dos paradoxos do DWSR é o fato de que essas crises financeiras no Sul não enfraquecem o regime: na verdade o fortalecem. Em primeiro lugar, nas crises, os recursos tendem a se deslocar das mãos dos detentores de riqueza do setor privado no país envolvido para Wall Street, aprofundando e fortalecendo dessa forma o pólo de Wall Street. [...] Em segundo lugar, para pagar suas dívidas, agora mais elevadas, o país em questão deve exportar para a área do dólar de modo a encontrar os recursos para o serviço da dívida. Isso fortalece ainda mais o papel do dólar. Em terceiro, os riscos enfrentados pelos operadores financeiros dos Estados Unidos são amplamente cobertos pelo FMI, permitindo que eles retornem à atividade internacional mais agressivamente do que nunca. Finalmente, o enfraquecimento dos países do Sul fortalece o poder de barganha das instituições de crédito de Wall Street sobre como determinar futuros financiamentos (GOWAN, 2003, p. 66).

As políticas doméstica e externa dos Estados Unidos podem ter consequências no sistema como um todo, e prejudiciais para os mais variados países. Na verdade, o uso do poder

²⁰ Os principais conceitos do constitucionalismo neoliberal, em tese, são: a eficiência do mercado, a disciplina, a confiança, a credibilidade e a consistência das políticas - vistas sob a perspectiva de novas teorias nas economias neoclássicas num mundo de mobilidade internacional de capitais. Um aspecto diz respeito a acordos institucionais concebidos para isolar os pontos-chave da vida econômica da interferência de políticos eleitos, pela imposição de restrições às autoridades democráticas nas decisões referentes à economia. Assim, argumentos do novo constitucionalismo, geralmente, destacam a necessidade de fortalecer os mecanismos de vigilância e as capacidades institucionais para reforçar a disciplina de mercado microeconômico e macroeconômico ao nível multilateral, e ajudar a sustentar os mecanismos legais e as condições políticas favoráveis ao capital transnacional (GILL 1992 apud GILL, 2008, p. 201).

²¹ Aqueles países que tomaram o caminho do empréstimo na América Latina, no Oriente Médio e parte do bloco soviético prenderam-se à armadilha das crises das dívidas e longas estagnações à medida que foram arrastados pelo “ajuste estrutural” do FMI/Banco Mundial. Por outro lado, os países do Leste da Ásia que se submeteram a um ajuste interno evitaram a armadilha da dívida e continuaram a crescer (GOWAN, 2003, p. 86).

estrutural hegemônico de maneiras destrutivas da ordem internacional e da cooperação tem sido fonte de instabilidade e crises. Contudo, durante todas as mudanças significativas pelas quais a política estadunidense passou em relação à economia mundial, o DWSR permaneceu inabalado, reproduzindo-se constantemente (GOWAN, 2003, p. 67; STRANGE, 1987, p. 554).

2.4 O Oriente Médio entre a Segunda Guerra Mundial e 1979

O DWSR iniciou-se com a quebra do sistema Bretton Woods (1971), consolidou-se nos anos 1980 e radicalizou-se na década 1990. O Oriente Médio teve participação fundamental na formação, fortalecimento e contínua reprodução desse sistema. As relações entre Estados Unidos e as monarquias do Golfo Pérsico são de particular importância. Esta seção aborda tais relações dentro do intervalo de tempo que se estende da Segunda Guerra Mundial à Revolução Iraniana, enfatizando fatos históricos relevantes para a consolidação do DWSR.

O envolvimento dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial evidenciou às autoridades do país a importância do petróleo como matéria-prima estratégica decisiva. Os Estados Unidos forneceram às tropas aliadas os suprimentos de petróleo necessários ao esforço bélico contra os alemães. E isso alimentou temores em relação à escassez do recurso não-renovável (YERGIN, 1993, p. 403 apud FUSER, 2008, p. 66-67). Neste contexto, surgiu a chamada “teoria da conservação”, que defendia a maior exploração de poços de petróleo no exterior e a preservação das reservas domésticas, a fim de garantir, no futuro, a segurança do país norte-americano. Haveria, assim, um esforço para intensificar a exploração de petróleo no Oriente Médio. Então, após o fim da Segunda Guerra Mundial, três interesses marcaram a política externa dos Estados Unidos em relação ao petróleo da região: 1) ampliar o acesso às reservas a fim de garantir combustível necessário para a recuperação do Japão e da Europa Ocidental sem o comprometimento dos estoques domésticos; 2) impedir que a URSS se apoderasse das riquezas geológicas do Golfo Pérsico e, 3) preservar a cooperação com a Grã-Bretanha, que mantinha a posse da maior parte das reservas da região (FUSER, 2008, p. 67-86).

Em 1953, o golpe ao regime parlamentar de Mossadegh, no Irã, por militares ligados ao xá Reza Pahlevi - mediante atuação da CIA em colaboração com o serviço secreto britânico - resultou na entrega das reservas de petróleo da AIOC (que havia sido nacionalizada em 1951²²)

²² A Grã-Bretanha promoveu um boicote mundial para impedir o Irã de comercializar o petróleo recém-nacionalizado. Os Estados Unidos apoiaram a participação das *majors* norte-americanas no boicote. Para manter o fornecimento estável, as *majors* aumentaram a produção de petróleo na Arábia Saudita, no Kuwait e no Iraque.

a um consórcio com significativa participação de empresas estadunidenses. No novo arranjo, 32% das ações foram distribuídas às cinco *majors* dos Estados Unidos – SOCAL, Texaco, Jersey, Mobil e Gulf – e 8% a 12 empresas independentes menores, num total de 40% para as companhias norte-americanas. A British Petroleum (BP), como a AIOC passou a se chamar, recebeu também 40%. A Royal Dutch/Shell ficou com 14% e a Compagnie Française des Pétroles com 6% (Ibid., p. 91-92).

O desfecho da crise iraniana foi um momento de extrema relevância na consolidação da hegemonia estadunidense, pois “o fracasso de Mossadegh parecia demonstrar que países menos desenvolvidos não podiam se erguer contra o poder das multinacionais, especialmente se elas tivessem o apoio dos EUA” (KRASNER, 1978 apud FUSER, 2008, p. 92-93). Além disso, uma das consequências do domínio do mercado petrolífero mundial pelas *majors* foi a ascensão de grandes bancos vinculados a essas empresas (FUSER, 2008, p. 93). Esses bancos vieram a constituir, posteriormente, parte fundamental do núcleo financeiro privado do DWSR.

Posteriormente, em 1956, ocorreu a crise do Canal de Suez, quando o presidente nacionalista egípcio Gamal Abdel Nasser decidiu expropriar o Canal (então uma propriedade de empresas inglesas e francesas). A longa crise diplomática culminou, em outubro de 1956, numa operação militar de forças israelenses, francesas e inglesas para a ocupação de Suez. O presidente norte-americano Dwight Eisenhower - que defendia uma linha conciliatória sob argumento de que o fluxo de navios petroleiros não tinha sido afetado - não foi consultado. Eisenhower ao invés de se omitir, como esperavam os perpetradores da ofensiva, manifestou-se contra a agressão. Recusou-se a fornecer petróleo aos aliados europeus para compensar a perda das remessas do Golfo Pérsico e fez com que o FMI rejeitasse pedido britânico de ajuda financeira. Consequentemente, os israelenses tiveram que desocupar o Sinai e a Faixa de Gaza, que haviam conquistado, e os britânicos e franceses retiraram suas tropas de Suez. O episódio selou o fim da hegemonia britânica no Oriente Médio. Em 1957, a fim de suprir o “vácuo de poder” deixado na região, o Congresso estadunidense aprovou a Doutrina Eisenhower: permissão prévia ao presidente para enviar tropas ao Oriente Médio e para conceder auxílio financeiro e militar a qualquer governo da região que estivesse ameaçado de sofrer “agressão armada de algum país controlado pelo comunismo internacional”. Essa política formalizava o papel dos Estados Unidos como o “xerife” da região (FUSER, 2008, p. 110-113).

Em 1958, ocorreu a queda da monarquia iraquiana e a ascensão ao poder de um grupo de militares nacionalistas liderados por Abdel Karim Kassim. Os governos ocidentais perderam,

Assim, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foram os primeiros a empregar a “arma do petróleo”, e não os países produtores – como viria a acontecer em 1973 (FUSER, 2008, p. 91).

então, um valioso aliado. Um ano antes, em 1957, um regime antiamericano tinha sido instalado na Síria. Neste contexto, o Líbano passava por uma guerra civil impulsionada pelo colonialismo francês tardio (Ibid., p. 113-115).

Em meio ao cenário de conturbação política no Oriente Médio, que eventualmente afetava países exportadores de petróleo, o presidente Eisenhower estipulou cotas de importação de petróleo pelo *Mandatory Import Program*, de 1959. O intuito era evitar a dependência energética, avaliada como um risco à supremacia mundial dos Estados Unidos e à segurança nacional. As cotas prejudicaram os exportadores ao gerar uma situação de superoferta mundial, intensificada pela entrada de novos fornecedores no mercado (URSS, Líbia, Argélia). O descontentamento dos árabes atingiu o ápice quando, em setembro de 1960, o cartel das *majors* reduziu os preços de venda pela segunda vez em menos de 30 dias. Representantes dos cinco maiores fornecedores internacionais (Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela, responsáveis por 80% das exportações mundiais de petróleo bruto naquela época) reuniram-se em Bagdá no dia 10 de setembro de 1960. O resultado foi a criação, quatro dias depois, da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Ibid., p. 68-96). “Pela primeira vez, um cartel de países enfrentava um cartel de empresas” (O’CONNOR, 1963, p. 378 apud FUSER, 2008, p. 96).

Em sua primeira década, a OPEP teve uma capacidade de ação muito limitada, pois o mundo tinha excesso de petróleo disponível e, com exceção do Irã, em todos os países membros as reservas estavam em posse de empresas estrangeiras, que tomavam decisões concernentes aos preços e ao volume de produção. Entretanto, o impulso nacionalista gerou disputas cada vez mais acirradas com as multinacionais. O primeiro país árabe a entrar em confronto aberto com as *majors* foi o Iraque, quando o presidente Abdel Kassim anunciou a Lei 80, de 11 de dezembro de 1961. Prevista para vigorar a partir de fevereiro de 1963, a lei confiscava 99,5% da concessão da IPC e estabelecia uma empresa estatal, a Iraq National Oil Company (INOC). Em vez de uma retaliação direta, o governo de John Kennedy optou pela ação encoberta, a exemplo do que havia sido feito no Irã. Poucos dias antes da entrada em vigor da Lei 80, o presidente Kassim foi deposto e executado num golpe militar com a participação da CIA. O novo regime, liderado pelo Partido Socialista Baath²³, reabriu negociações com a IPC, distanciou-se da URSS e matou entre três e cinco mil militantes comunistas. Segundo Hiro (2002), a CIA entregou aos dirigentes do Baath a lista dos comunistas que deveriam ser executados (FUSER, 2008, p. 97-98; HIRO, 2002, p. 54 apud FUSER, 2008, p. 98).

²³ Entre os conspiradores envolvidos no golpe e ligados ao Partido Baath estava Saddam Hussein (FUSER, 2008, p. 116).

O Oriente Médio, no entanto, não foi uma prioridade para o governo Kennedy, focado em temas relacionados diretamente à ameaça soviética. O presidente discordava da Doutrina Eisenhower que, segundo ele, fizera com que os Estados Unidos passassem a ser vistos como uma “reencarnação do odiado imperialismo britânico”. Kennedy preferia delegar aos aliados locais a defesa dos interesses do Ocidente na região (FUSER, 2008, p. 116).

Nessa perspectiva, a Arábia Saudita teria papel importante a desempenhar. A importância regional da monarquia saudita se tornou evidente por ocasião da guerra civil no Iêmen do Norte, no início da década de 1960. [...] Mas os formuladores da política externa dos Estados Unidos tinham dúvidas sobre até que ponto a Casa de Saud era um aliado suficientemente forte ou confiável para substituir a Grã-Bretanha. A negativa em renovar a concessão da base aérea de Dhahran mostrou a intenção do regime saudita de preservar certa autonomia em relação aos norte-americanos. Por isso, a estrutura de defesa do Oriente Médio arquitetada em Washington no início da década de 1960 incluiu um segundo pilar: o Irã. O regime do xá Reza Pahlevi era um aliado firme, possuía um dos maiores exércitos da região e estava ávido para expandir o seu papel estratégico no Golfo Pérsico. Em abril de 1962, o xá garantiu ao secretário de Estado Dean Rusk que o Irã estava pronto a preencher a lacuna dos britânicos desde que os Estados Unidos fornecessem dinheiro e armas em quantidade suficiente (FUSER, 2008, p. 116).

A Guerra do Vietnã monopolizou a atenção das autoridades estadunidenses. A estratégia ficou em plano secundário, sendo retomada em 1965 quando o governo britânico deu mais um passo em sua gradual retirada do Oriente Médio²⁴, ao abandonar sua colônia em Áden (Iêmen). O presidente, Lyndon Johnson, começou então a articular a execução da política dos “dois pilares”, aumentando a remessa de armas para Irã e Arábia Saudita e chamando-os a assumir antigas responsabilidades militares britânicas (FUSER, 2008, p. 116-117). A política dos dois pilares foi formulada por Henry Kissinger e, na prática, transformou o Irã na “polícia” do Golfo Pérsico – papel que a Arábia Saudita era incapaz de assumir na época dada sua vulnerabilidade social e militar (GUZANSKY, 2015, p. 10).

Em 1967, ocorreu a Guerra dos Seis Dias. O apoio dos Estados Unidos a Israel, explica-se, em parte, pela oposição ao nacionalismo árabe que ameaçava a supremacia norte-americana na região²⁵. Pela aliança entre as alas ideológicas nasserista e ba'athista, e a fusão entre o Egito e a Síria na República Árabe Unida (em 1958), uma integração árabe parecia possível na forma de um Estado constitucional. A queda de oponentes da ordem nacionalista – o Reino Hachemita

²⁴ Finalizada, segundo Guzansky (2015), em 1971 (GUZANSKY, 2015, p. 8).

²⁵ As forças nacionalistas lutavam contra o domínio ocidental, em defesa da autodeterminação e do controle dos próprios recursos naturais. Ao optar pelas forças conservadoras, os Estados Unidos sufocaram as possibilidades de uma modernização política, econômica e cultural no Oriente Médio, que só poderia emergir dos movimentos nacionalistas seculares (FUSER, 2008, p. 109).

do Iraque, o presidente Shamon e os falangistas no Líbano – aparentava indicar que a vitória dos nacionalistas estava próxima. No entanto, a década de 1960 mostrou uma outra realidade. Após o rompimento entre as duas alas da ordem nacionalista (Ba'athismo e Nasserismo), a década começou com a retirada formal da Síria da República Árabe Unida, em 1961. Posteriormente, o envolvimento militar do Egito no Iêmen, entre 1962 e 1967, gerou uma situação em que “irmãos árabes” precisavam “se matar, para o deleite de seus inimigos”. Ao despender recursos econômicos na guerra do Iêmen, o Egito enfraqueceu-se. E quando Israel lançou seu ataque em 5 de junho de 1967, grande parte das tropas egípcias estava no Iêmen, distante do confronto principal. A derrota árabe pôs em dúvida a credibilidade do sistema nacionalista e da ideologia nasserista (KORANY, 1986, p. 67-70).

Por ocasião da Guerra dos Seis Dias, os árabes recorreram pela primeira vez ao embargo do petróleo com o objetivo de influenciar as políticas das potências ocidentais em relação a Israel²⁶. O excesso de produção no mercado internacional de petróleo tornou ineficaz o uso da matéria-prima como arma política. Contudo, o fracasso do embargo de 1967 não interrompeu as nacionalizações das indústrias petroleiras e estimulou a adoção de iniciativas antiocidentais por parte dos dirigentes árabes (FUSER, 2008, p. 98-99).

Segundo Korany (1986), houve uma crise no sistema árabe após 1967, em função de uma transição entre os pólos de liderança: do nasserismo centrado no Estado egípcio, para os países produtores de petróleo em rápida ascensão econômica. O petrolismo político²⁷, de caráter conservador, prevaleceu sobre a ordem nacionalista árabe, de cunho mais progressista (KORANY, 1986, p. 67-70). Evidenciou-se, então, o poderio dos grandes produtores de petróleo do Golfo Pérsico.

Em 1969, Richard Nixon assumiu a Casa Branca com a promessa de reduzir o envolvimento dos Estados Unidos nos conflitos do “Terceiro Mundo”, em meio ao cenário de crescente antiamericanismo no Oriente Médio. A Doutrina Nixon confirmava o compromisso de defender os países aliados de um ataque de “uma potência nuclear”. Contudo, nos “outros tipos de agressão”, o país se desobrigava de intervir. Assim, a opção mais viável para a aplicação da Doutrina Nixon no Golfo Pérsico seria recorrer cada vez mais a Riad e a Teerã. A

²⁶ Em meados de junho daquele mesmo ano (1967), uma semana após o fim da Guerra dos Seis Dias, as exportações de petróleo árabe para o Ocidente já tinham caído 60%. Entretanto, o embargo já era esperado. O presidente norte-americano, Johnson, havia constituído o Comitê de Suprimento do Petróleo Estrangeiro, com a participação de executivos de empresas do setor. O grupo adotou medidas para desviar exportações da América Latina e da África Ocidental para a Europa, garantindo o abastecimento. Em setembro, as remessas de petróleo árabe já tinham sido normalizadas (FUSER, 2008, p. 98-99).

²⁷ Korany (1986) não entende petrolismo político como a mera acumulação de petrodólares. É também o tipo de organização social, cultura política e visão de mundo da petro-potência financeira e de suas bases internacionais e nacionais (KORANY, 1986, p. 69).

monarquia saudita aderiu com entusiasmo, e dobrou seus gastos militares de US\$ 700 milhões em 1969 para US\$ 1,4 bilhão em 1972. O xá Reza Pahlevi ficou ainda mais satisfeito, pois a política de segurança dos Estados Unidos coincidia com seu projeto de transformar o Irã numa potência regional. Os gastos militares iranianos entre 1969 e 1972 atingiram a quantia de US\$ 16,2 bilhões – quase sete vezes mais do que as despesas militares do país durante os vinte anos antecedentes (FUSER, 2008, p. 118-119). O resultado foi a militarização massiva da região e o crescimento do complexo industrial-militar estadunidense (JONES, 2012, p. 212).

Em 1971, a IPC – em grande parte controlada por empresas norte-americanas – decidiu cortar pela metade a produção de petróleo na região de Kirkuk. O resultado foi o descontentamento do governo iraquiano, outra vez sob o controle do Partido Baath²⁸, e a consequente nacionalização da IPC em junho de 1972. O Iraque foi o primeiro país a expropriar completamente uma companhia ocidental (HIRO, 2002 apud FUSER, 2008, p. 101). A Arábia Saudita, em 1972, obteve 20% de participação no capital da Aramco. Outras monarquias do Golfo Pérsico seguiram seu exemplo. Tratava-se, na prática, de uma nacionalização por etapas (FUSER, 2008, p. 101).

Em 6 de outubro de 1973, Síria e Egito atacaram Israel no que se denominou Guerra do Yom Kippur. Os Estados Unidos proveram ajuda militar a Israel, o que contribuiu decisivamente para sua vitória. Contudo, os países árabes da OPEP retaliaram, e proclamaram um embargo petrolífero. Dessa forma, o preço do barril de petróleo subiu de US\$ 3,01 para US\$ 5,12 durante o embargo, um aumento correspondente a 70% (BRANDON, 2006, p. 122 apud GREY, 2017, p. 324). A produção de petróleo recebeu corte de 25%, a ser seguido por reduções adicionais de 5% por mês, até a retirada de Israel dos territórios ocupados em 1967, na Guerra dos Seis Dias (FUSER, 2008, p. 124). O embargo foi retirado em março de 1974 (GREY, 2017, p. 324). Apesar de sua curta duração, contribuiu significativamente para a reestruturação da economia mundial nos anos 1970.²⁹

Pela primeira vez na história, a OPEP decidiu unilateralmente o valor dos reajustes no preço e no controle dos níveis de produção de petróleo. Nos reajustes anteriores, os valores tinham sido definidos em negociações com as empresas ocidentais. A “arma do petróleo” se revelou de grande utilidade no plano econômico, e a ameaça de ser utilizada novamente permanecia. Além disso, o embargo foi lucrativo para os países da OPEP: suas receitas agregadas saltaram de US\$ 14 bilhões em 1972 para US\$ 23 bilhões em 1973. Em 1974

²⁸ Afastado por meio de um golpe em 1963, o Partido voltou ao poder em 1968 por meio de um novo golpe (FUSER, 2008, p. 101).

²⁹ Vide seção 2.2.

atingiram US\$ 96 bilhões e, em 1977, US\$ 140 bilhões. Os superávits eram superiores ao que os países eram capazes de gastar. Então esse dinheiro acabou regressando aos centros financeiros do sistema capitalista através da explosão das importações e da aplicação das receitas petroleiras nos países centrais. Esses recursos - reciclados pelos bancos ocidentais e transformados em petrodólares - injetaram liquidez no sistema financeiro internacional e ajudaram a superar a recessão de 1974-1975. Os países árabes e o Irã fizeram também altos investimentos em imóveis e empresas nos Estados Unidos e na Europa (FUSER, 2008, p. 124-131).

Em 1977, Jimmy Carter iniciou seu mandato presidencial. No mesmo ano, um memorando assinado pelo presidente, o *Presidential Review Memorandum 10*, qualificou o Golfo Pérsico como uma região “vulnerável e vital”, à qual deveria ser dedicada “uma maior atenção militar”. Um documento oficial posterior – o *Presidential Directive 18* (PD-18), de 24 de agosto de 1977 – ordenava o estabelecimento do que viria a se tornar a RDF: “uma força versátil de divisões leves com mobilidade estratégica para contingências globais, particularmente na região do Golfo Pérsico e da Coreia” (PALMER, 1992, p. 101). Em 1978, comunistas tomaram o poder no Afeganistão.

Em fevereiro de 1979, uma revolução islâmica instalou no Irã um regime teocrático muçulmano, que declarou os Estados Unidos como seu maior inimigo. O xá Reza Pahlevi foi deposto, e o aiatolá Khomeini ascendeu ao poder. A Revolução Iraniana representou a perda de um grande aliado dos Estados Unidos, e resultou no colapso da política dos “dois pilares” (FUSER, 2008, p. 139; JONES, 2012, p. 214). Consolidava-se, no Oriente Médio, um bloco de atores anti-*status quo* (que buscava mudanças sistêmicas radicais) em oposição à uma coalizão pró-*status quo* (formada por atores que refletiam a convergência dos interesses econômicos e de segurança energética dos Estados Unidos) (BILGIN, 2005, p. 201-202).

As conturbações políticas e econômicas do final dos anos 1970 resultaram numa guinada militarista em meados do mandato Carter. Colocava-se em prática o que previam os documentos oficiais.

2.5 O Oriente Médio a partir de 1979

Desde o final da década de 1970, os Estados Unidos tornaram explícita a sua determinação em exercer influência direta no Golfo Pérsico. Isto culminou no estabelecimento da chamada Doutrina Carter. De acordo com o arquiteto da Doutrina, Zbigniew Brzezinski

(conselheiro de Segurança Nacional), os interesses norte-americanos na região eram três (GUZANSKY, 2015, p. 11; GOWAN, 2003, p. 230):

[...] em primeiro lugar, a vigilância sobre o setor do petróleo “com todas as suas ramificações políticas, econômicas e militares”; em segundo lugar, manter a URSS de fora; e, em terceiro lugar, proteger “os Estados moderados da região que poderiam ser derrubados por levantes locais, como aconteceu com a ascendência de Khomeini no Irã” (GOWAN, 2003, p. 230).

A Doutrina Carter declara o acesso dos Estados Unidos ao petróleo do Golfo Pérsico como um interesse “vital” a ser defendido por todos os meios necessários, incluindo a força militar. Segundo Fuser (2008), a Doutrina representa uma importante mudança qualitativa em relação à política em vigor desde 1945 (FUSER, 2008, p. 21):

Nas três décadas do pós-guerra, os Estados Unidos procuraram garantir o acesso ao petróleo sem empregar diretamente o poderio militar, apoiando-se em uma ambígua parceria com a Grã-Bretanha e, depois, na aliança com o Irã e a Arábia Saudita (FUSER, 2008, p. 139).

Esse esquema desmoronou com a Revolução Iraniana, seguida pela intervenção soviética no Afeganistão sete semanas depois (em dezembro de 1979)³⁰. O envolvimento dos Estados Unidos com guerrilheiros islâmicos afegãos iniciou-se antes da invasão soviética, com objetivo de atrair os comunistas para um desgastante conflito na Ásia Central. A estratégia estadunidense incluía, inicialmente, o fornecimento de armas e assistência financeira indireta aos insurgentes. Em 3 de julho de 1979, Carter autorizou a CIA a ajudar os rebeldes afegãos (*mujahedin*) com equipamentos “não-militares” e dinheiro. Essa foi uma das maiores operações da CIA, finalizada somente com a retirada dos *mujahedin* do Afeganistão, já no governo de Gorbachev (FUSER, 2008, p. 151).

A campanha do xá iraniano Reza Pahlevi para dominar o Golfo havia produzido uma crescente hostilidade em relação ao Iraque e desenvolvido a força militar do regime iraquiano do Baath³¹ nos anos 1970. A Revolução Iraniana de 1979 gerou grande instabilidade no Oriente

³⁰ Nesse contexto, o mundo ainda sofria consequências do segundo “choque” do petróleo, iniciado em 1978 com a redução drástica dos suprimentos do Irã em meio às greves e agitações políticas durante a Revolução (FUSER, 2008, p. 139).

³¹ Quando o Partido Baath retomou o poder, em 1968, iniciou uma significativa transformação social no Iraque. Através de sua campanha contra o analfabetismo, a favor da educação gratuita para todos e da concessão do direito à uma profissão e à participação na vida pública às mulheres - além da realização de reforma agrária, criação de regime de previdência social, nacionalização de empresas petrolíferas com auxílio de países da URSS e programa de investimento e desenvolvimento industrial - o regime modernizou drasticamente a sociedade iraquiana. Numa região como a do Golfo, onde potências globais têm importantes interesses, esse programa estava repleto de riscos (GOWAN, 2003, p. 248-253).

Médio ao transformar a relação de forças na região. A queda do xá representou uma “tentação irresistível” para a liderança do Partido Baath. O núcleo dessa equação era a proteção dos interesses dos Estados Unidos na Arábia Saudita e no Golfo, pois a Revolução não somente havia removido o poder policial norte-americano na região, mas também criado uma liderança estatal no mundo islâmico que ameaçava seriamente a ordem saudita. Surgiu, assim, a oportunidade para que o regime iraquiano assumisse o eixo fundamental militar de um novo sistema de segurança estadunidense no Golfo, um papel que a fragilidade social da Arábia Saudita a impedia de assumir (GOWAN, 2003, p. 254-255).

Existiram incentivos internos e externos para que os partidários do Baath interviessem militarmente no Irã. Evidências levam a concluir que os norte-americanos agiram sigilosamente a fim de encorajar o Iraque a invadir o Irã após a derrubada do xá, garantindo a Bagdá que as forças armadas iranianas estavam defasadas e que uma guerra rápida apresentaria poucos riscos. Entretanto, essas previsões revelaram-se enganosas³². A Guerra Irã-Iraque eclodiu em 22 de setembro de 1980, quando tropas do Iraque invadiram o Irã por terra e por ar, iniciando a guerra convencional mais longa do século XX. Foram oito anos de sofrimento aterrador. Em junho de 1980, estudantes iranianos haviam divulgado um memorando secreto encontrado na embaixada dos Estados Unidos, no qual Brzezinski recomendava a Cyrus Vance (secretário de Estado) a “desestabilização” do Irã por países vizinhos. Era o que, de fato, ocorria na época (GOWAN, 2003, p. 254-255; FUSER, 2008, p. 165-167).

Ao início da Guerra Irã-Iraque, os Estados Unidos declararam-se neutros e votaram favoravelmente à Resolução 479 do Conselho de Segurança da ONU, que ordenou a suspensão das hostilidades. Contudo, tanto Carter quanto Reagan apoiaram o Iraque ao longo de todo o conflito. Em fevereiro de 1982, o Departamento de Estado retirou o Iraque da lista dos países supostamente envolvidos com atividades terroristas, o que habilitou o país a receber créditos comerciais patrocinados pelo governo norte-americano e a importar tecnologia de “duplo-uso” (isto é, utilizável para fins civis e militares). Entre os materiais que passaram a ser fornecidos pelas empresas estadunidenses ao Iraque, havia tubos de aço e precursores químicos utilizados na fabricação de armas químicas. Em outubro de 1983, a imprensa internacional revelou o uso sistemático de armas químicas – a exemplo do gás de mostarda e do gás dos nervos – pelo Iraque a fim de deter os avanços iranianos em seu território nacional³³. O governo Reagan, em

³² Alguns autores - como Kolko (2004) e Hiro (2002), citados por FUSER (2008) - acreditam que os serviços de inteligência dos Estados Unidos tenham fornecido dados propositalmente falsos ao Iraque, de forma a minimizar a capacidade militar iraniana, com o objetivo de encorajar uma iniciativa militar do Iraque (FUSER, 2008, p. 167).

³³ Uma investigação conduzida pelo Senado estadunidense, em 1994, descobriu que agentes biológicos perigosos foram enviados dos Estados Unidos para o Iraque em meados da década de 1980, com permissão do Departamento

1984, condenou publicamente o uso de armas químicas, enquanto assessores estadunidenses auxiliavam comandantes iraquianos em batalhas com emprego dessas armas. A partir de 1986, os Estados Unidos passaram a participar diretamente da guerra a favor dos iraquianos, através da destruição de instalações militares e de embarcações iranianas no Golfo Pérsico. Em 1988, um míssil disparado da embarcação *Vincennes*, a serviço da Marinha dos Estados Unidos, derrubou um avião da Iran Air resultando na morte dos 290 civis a bordo (FUSER, 2008, p. 166-168; DOBBS, 2002 apud FUSER, 2008, p. 168; JONES, 2012, p. 216).

Num determinado período de tempo, o governo Reagan chegou a ajudar simultaneamente os dois lados, com transações secretas para o fornecimento de armas ao Irã - o que veio à tona no chamado escândalo “Irã-Contras”. Uma operação clandestina foi montada pelos Estados Unidos para enviar armamentos ao Irã por meio de intermediários israelenses. (FUSER, 2008, p. 166-171).

[...] o regime iraniano recebeu uma grande quantidade de mísseis antiaéreos e antitanques, além de munições e de peças de reposição para aviões F-15. [...] No plano estratégico, a operação “Irã-Contras” – também conhecida como “Irãgate” – reflete, provavelmente, a intenção do governo de Washington de manter aberto um canal de cooperação com o regime de Khomeini pelo interesse comum em combater a influência soviética e ação dos comunistas iranianos. Fazia parte da política norte-americana para a Guerra Irã-Iraque impedir que dela resultasse um vencedor claro. Ou seja, não interessava a Washington nem a vitória de Bagdá nem a de Teerã. Qualquer um dos dois lados que emergisse triunfante do conflito se tornaria, quase automaticamente, uma potência regional destinada a desafiar os Estados Unidos na disputa pela hegemonia no Golfo Pérsico. Isso ajuda a entender a atitude de fornecer aos dois lados não só armas, como também informações militares, frequentemente falsas, a fim de influir nos combates de modo que impedisse uma vitória decisiva de qualquer um dos beligerantes. Em nome de um cálculo elaborado com base na mais fria *realpolitik*, o governo dos Estados Unidos incentivou a guerra enquanto falava em paz, violou as leis do seu próprio país e contribuiu, indiretamente, para uma das maiores carnificinas do século (FUSER, 2008, p. 170-171).

A Guerra Irã-Iraque terminou praticamente “empatada”, com as fronteiras inalteradas e altos custos humanos para as duas partes. O conflito provocou a morte de 185 mil iranianos, de acordo com os valores oficiais. As baixas iraquianas variam entre 160 mil e 240 mil (o governo do Iraque nunca divulgou um número oficial) (FUSER, 2008, p. 173-174; HIRO, 2002, p. 32 apud FUSER, 2008, p. 168). A recuperação econômica do Iraque levaria muitos anos para se

do Comércio. As remessas incluíam cepas de *anthrax*, bactéria posteriormente identificada como um componente-chave do programa iraquiano de armas biológicas (DOBBS, 2002 apud FUSER, 2008, p. 170).

efetivar. O único patrimônio do regime iraquiano era uma máquina militar poderosa, considerada uma ameaça pelos países do Golfo e seus aliados (GOWAN, 2003, p. 254-255).

O governo Reagan interveio no Oriente Médio com mais frequência e intensidade que seu antecessor. Na sua gestão, além da participação nos conflitos no Afeganistão e na Guerra Irã-Iraque, os Estados Unidos enviaram tropas para a guerra civil do Líbano. A invasão do Líbano por tropas israelenses, em 1982, levou militares estadunidenses ao confronto direto com forças árabes muçulmanas. Em 23 de outubro de 1984, um terrorista suicida explodiu um caminhão-bomba, matando 241 soldados norte-americanos no acampamento dos *marines* no aeroporto de Beirute. O atentado foi atribuído à Jihad Islâmica, uma milícia xiita apoiada pelo Irã. Reagan retirou os *marines* do Líbano em fevereiro do 1985. Essa foi a primeira vez que os Estados Unidos se envolveram diretamente num conflito interno de um país do Oriente Médio (FUSER, 2008, p. 157-165).

Para Palmer (1992), Reagan aprofundou o domínio dos Estados Unidos sobre o Golfo Pérsico, colocando em prática o que foi anunciado na Doutrina Carter. “Daí por diante, os EUA se tornariam os guardiões do Golfo” (PALMER, 1992).

Durante o governo do presidente George H. W. Bush (1989-1992), ocorreu a Guerra do Golfo (1990-1991). O regime do Baath tinha sido vítima do empenho de emir do Kuwait contra as cotas da OPEP, e arriscou um golpe: invadiu o país (em 2 de agosto de 1990), provavelmente esperando que, através disso, houvesse uma saída negociada para os problemas da dívida iraquiana resultante da Guerra Irã-Iraque³⁴. Em meio a esse conflito, as populações da Inglaterra e dos Estados Unidos foram levadas a acreditar que cem milhões de dólares e meio milhão de soldados estavam sendo comprometidos pelos direitos do povo do Kuwait e pelo estabelecimento de uma nova ordem global de justiça. A realidade era, porém, muito distinta. A autodeterminação popular foi negada ao povo do Kuwait, que não teve o direito de decidir por si mesmo se desejava integrar-se (ou não) ao Iraque. Uma solução diplomática foi rejeitada pelos

³⁴ Quando iniciou a guerra contra o Irã, em 1980, o Iraque era um dos mais ricos países em desenvolvimento, com US\$ 36 bilhões em reservas. Ao final do conflito, o Iraque tinha uma dívida de US\$ 80 bilhões. A retomada das exportações de petróleo (única riqueza do país) era o único meio de o Iraque pagar suas dívidas e reconstruir a infraestrutura do país (FUSER, 2008, p. 180-181). No início de 1990, o petróleo estava cotado a US\$ 17 por barril, muito abaixo dos US\$ 25 que o Iraque considerava o valor minimamente satisfatório. Nesse contexto, o Kuwait e os Estados Unidos estavam comprovadamente ultrapassando as cotas de produção fixadas pela OPEP, respectivamente em 40% e 30%. Saddam Hussein afirmou, durante uma reunião extraordinária da Liga Árabe em maio de 1990, que cada dólar a menos no preço do barril de petróleo significava, para o Iraque, uma perda anual de US\$ 1 bilhão (HIRO, 2002, p. 33-34 apud FUSER, 2008, p. 181-182). O Iraque tentou obter o perdão de suas dívidas com os vizinhos árabes sob argumento de que os empréstimos haviam sido contraídos em prol de um interesse comum. A recusa das monarquias árabes em perdoar as dívidas, no momento em que o Iraque precisava de apoio para renegociar prazos com os credores europeus, colocou o Iraque numa difícil posição, ainda mais quando a superprodução de petróleo derrubou a cotação para US\$ 11 em junho de 1990 (FUSER, 2008, p. 180-182).

Estados Unidos quando Bagdá propôs que as Nações Unidas condenassem a ocupação do Kuwait pelo Iraque e as ocupações da Palestina por Israel de acordo com os mesmos termos de referência. Os Estados Unidos não só rejeitaram a proposta, como também impuseram bloqueio militar total e executaram um subsequente ataque maciço - no que ficou conhecido por operação Tempestade no Deserto (GOWAN, 2003, p. 209-255).

As pessoas estavam conscientes de que o Estado norte-americano estava desencadeando a guerra não por um princípio político, mas pelos interesses dos Estados Unidos na região em que estavam diretamente envolvidos (interesses, algumas vezes, reduzidos a petróleo). O controle do petróleo do Oriente Médio é vital para o poder político global dos Estados Unidos. Os lucros do petróleo tornam-se grandes *pools* de capital especulativo e o dinheiro se relaciona diretamente com a política, através dos usos aos quais é aplicado (Ibid., p. 227-231). O Iraque e o Kuwait possuíam, somados, 20% das reservas de petróleo do globo. Se a anexação do Kuwait fosse consolidada, Saddam Hussein estaria em condições de exercer forte influência sobre os preços e os termos de fornecimento do petróleo do Golfo Pérsico. Ainda, havia o receio de que as tropas iraquianas usassem o território do Kuwait para, posteriormente, invadir a Arábia Saudita e, conseqüentemente, seus poços de petróleo concentrados numa região a apenas 40 quilômetros da fronteira com o Kuwait (FUSER, 2008, p. 179-180).

Assim, a destruição do Iraque durante a guerra sugere uma campanha para ameaçar o regime iraquiano. E, de fato, isso faz sentido. Se o regime de Saddam Hussein tivesse controlado o fluxo de grande parte do capital do petróleo, os países possivelmente teriam tido uma escolha entre duas autoridades político-econômicas mundiais: “de um lado, o FMI/Banco Mundial, a instituição oficial governada pelos americanos que rege a economia global; do outro lado, Bagdá, o centro indubitavelmente extraoficial, mas igualmente eficaz com relação a capital e empréstimos”. Em um cenário assim, o impacto sobre o dólar seria ameaçador para os Estados Unidos, uma vez que Saddam Hussein teria preferido gerir o seu capital em marcos ou ienes. Como o maior devedor mundial, com a dívida denominada em dólares, a economia estadunidense seria vulnerável à transferência de uma proporção significativa dos lucros do petróleo do Oriente Médio em uma outra moeda. Conceder esse poder a Saddam Hussein era inimaginável (GOWAN, 2003, p. 230-232).

Além disso, o controle do fornecimento de petróleo para os países da Europa Ocidental e para o Japão servia aos Estados Unidos como uma crucial alavanca política nas negociações com tais Estados. Se as fontes de petróleo do Oriente Médio não estivessem sob “proteção” norte-americana, a independência dos países europeus e do Japão em relação aos Estados Unidos aumentaria. Então, por fatores diversos, um final diplomaticamente negociado com o

Iraque era inviável, porque teria sugerido fragilidade por parte dos Estados Unidos (Ibid.). Segundo Gowan (2003):

As características do Estado iraquiano que ameaçaram o domínio dos Estados Unidos eram bem diferentes daquelas enfatizadas pelos liberais - a ditadura, o culto, a repressão, a tortura e a morte de opositores, a utilização de armas químicas contra os curdos em Haladja, em 1988. A ameaça estava primeiramente no fato de que não era uma ditadura socialmente fraca e subalterna, ligada ao Ocidente pela natureza de sua classe governante como era o caso com o xá e os sauditas, e na verdade os egípcios. A característica *rentier/comprador* de tais ditaduras e o abismo social entre elas e sua classe média mais baixa as tornam facilmente controláveis pelo Ocidente. O Iraque do Ba'ath, com suas disciplinas ferozes sobre a própria elite governante, era diferente: procurava basear seu poder na capacidade de mobilizar politicamente sua população em busca de metas transformadoras, diferentemente de qualquer outro regime no Crescente Fértil. Ele não era, entretanto, dependente de poderes ocidentais para manter sua segurança interna (GOWAN, 2003, p. 233).

A capacidade de mobilização do regime do Baath foi demonstrada depois da invasão do Kuwait, em meio a um cenário em que nem mesmo os grupos dominantes daquela região (incluindo os sauditas) podiam se sentir seguros em suas próprias sociedades sem um protetor externo. Desse modo, um dos objetivos dos Estados Unidos na Guerra do Golfo era destruir o dinamismo do regime do Baath e, conseqüentemente, a fonte interna de sua independência em relação ao *hegemon* global e aos grupos dominantes dos países do Golfo. Em síntese, a estratégia tinha sido a de garantir a subserviência do regime (GOWAN, 2003, p. 233-325). Os Estados Unidos serviram-se do conflito para preservar a dependência da região em relação a eles próprios, e evitar a expansão de um regime que poderia ameaçar sua supremacia. Ou seja, os Estados Unidos travaram a guerra contra o Iraque por dois objetivos inter-relacionados: 1) a garantia do acesso ao petróleo do Golfo Pérsico e, 2) a afirmação da hegemonia estadunidense no pós-Guerra Fria (FUSER, 2008, p. 177).

A Guerra do Golfo elevou o envolvimento militar, a influência política e os riscos dos Estados Unidos no Oriente Médio. O desempenho das Forças Armadas estadunidenses, durante os 42 dias de guerra, demonstrou a absoluta superioridade de seus equipamentos bélicos de alta tecnologia. Foi a primeira vez que tropas norte-americanas travaram uma guerra total contra um país árabe. A Guerra do Golfo foi também o primeiro conflito militar internacional em que o controle das reservas petrolíferas desempenhou papel central. Além disso, a presença militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico tornou-se permanente, a fim de conter a ameaça à estabilidade representada pelo regime de Saddam Hussein no Iraque (Ibid., p. 175-189).

Durante a década posterior à Guerra do Golfo, o objetivo da política externa estadunidense para o Iraque era derrubar Saddam Hussein por meios indiretos, sem a necessidade de uma invasão. Para isso, o governo norte-americano utilizou três estratégias: sanções econômicas (para gerar descontentamento popular em relação ao regime iraquiano), desarmamento do país (mediante inspeções conduzidas pela ONU) e conspirações (para depor Saddam Hussein) (EVEREST, 2004, p. 197 apud FUSER, 2008, p. 191-192)³⁵. Ao mesmo tempo, o Irã permanecia uma ameaça à ordem regional, o que levou o governo de Bill Clinton a adotar a política da “dupla contenção” em relação ao Irã e ao Iraque, com o objetivo de isolá-los politicamente, economicamente e militarmente. Para redefinir seus próprios desafios externos após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos voltaram seu foco para o confronto com os chamados “Estados párias” ou “retrógrados” (*backlash states*), também denominados “Estados fora-da-lei” (*rogue states*). Além de Irã e Iraque, a lista dos Estados párias incluía Cuba, Líbia e Coreia do Norte, que tinham como características comuns o autoritarismo, a política externa agressiva, a incapacidade de se relacionar de modo construtivo com o mundo externo e a alegada tentativa de obter “armas de destruição em massa” (biológicas, químicas e/ou nucleares) (FUSER, 2008, p. 191-194; GUZANSKY, 2015, p. 12).

Sem abrir mão do uso da força, Clinton dava preferência à uma diplomacia voltada para ações multilaterais com o objetivo de criar um sistema mundial de governança coletiva, sob a liderança dos Estados Unidos. Em seu ponto de vista, esse seria o ambiente mais propício à difusão internacional do neoliberalismo (FUSER, 2008, p.197).

O governo republicano iniciado em 2001 substituiu a ênfase nas instituições como recurso para a afirmação da hegemonia norte-americana por uma série de proposições que tinham como base o uso da força militar para impedir qualquer obstáculo ao exercício absoluto da supremacia dos Estados Unidos. Após os atentados de 11 de setembro, o presidente George W. Bush adotou uma conduta agressiva e declaradamente unilateral nos assuntos de política externa. O chamado “princípio do ataque preventivo” (contra qualquer país que fosse encarado como uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, mesmo na ausência de uma agressão antecedente ou de um risco iminente) foi anunciado pela primeira vez no discurso de Bush aos cadetes da Academia Militar de West Point, em 1º de julho de 2002 – já nos preparativos para

³⁵ Em 1996, um acordo firmado entre o Conselho de Segurança da ONU e Bagdá permitiu a retomada das exportações de petróleo iraquianas, que ficaram suspensas por cinco anos. O Iraque foi autorizado a vender US\$ 2 bilhões em petróleo a cada seis meses, a fim de importar suprimentos para sua população. A receita obtida através desse programa, conhecido como “Petróleo por Alimentos” (*Oil-for-Food Programme*) era administrada pela ONU, que decidia quais produtos seriam importados e se encarregava de descontar uma parcela de 30%, como reparação de guerra ao Kuwait (FUSER, 2008, p. 194).

a guerra contra o Iraque. E essa inflexão na política externa foi oficializada na Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América (*National Security Strategy of the United States of America*), texto enviado por Bush ao Senado em setembro de 2002. A Doutrina Bush, como essa política se tornou conhecida, reivindica também o direito de lançar ataques preemptivos contra qualquer país hostil que possua armas de destruição em massa. No plano econômico, o documento advoga maior liberdade para os negócios norte-americanos, em meio a uma globalização capitalista acelerada, e afirma que os Estados Unidos utilizariam o momento para estender os “mercados livres e o livre comércio para cada canto do mundo” e para promover a “alocação eficiente de recursos” (Ibid., p. 195-199).

Em 2003, Bush definiu como inimigos prioritários – candidatos a se tornar alvos de ataques preemptivos ou preventivos³⁶ – o Iraque, o Irã e a Coreia do Norte. Esses países foram agrupados sob o rótulo de “Eixo do Mal”. O presidente realçou a opção de Washington pela “diplomacia coercitiva”, caracterizada por uma inclinação maior que a habitual a resolver problemas pela força militar (Ibid., p. 199).

Em 15 de abril de 2001, um relatório intitulado Política Estratégica de Energia – Desafios para o Século XXI (*Strategic Energy Policy – Challenges for the 21st Century*) alertou que a capacidade ociosa da OPEP, equivalente a 25% da demanda global por petróleo em 1985, tinha chegado a 2001 com apenas 2% desse total. Nessas condições, previa-se episódios de aperto nos suprimentos e de alta abrupta de preços. As sanções econômicas ao Iraque, em vigor desde a invasão do Kuwait em 1990, tornaram-se prejudiciais. As restrições ao ingresso do petróleo iraquiano no mercado internacional e à exploração das grandes reservas existentes naquele país eram inviáveis num contexto de oferta de combustível cada vez mais escassa. Os autores do relatório propõem, então, uma “revisão” da política dos Estados Unidos em relação ao Iraque (Ibid., p. 205-207).

Em resumo, os Estados Unidos precisariam do petróleo iraquiano por motivos de segurança econômica, mas, por uma questão de segurança política e militar, não poderiam permitir que Saddam desenvolvesse sua produção. Sem chegar a propor explicitamente o uso da força militar pelos Estados Unidos para promover uma “mudança de regime” no Iraque, o relatório esboça um cenário que deixa pouco espaço para outra opção (FUSER, 2008, p. 207).

³⁶ O ataque preventivo é uma resposta a uma ameaça que não se manifesta claramente. Já o ataque preemptivo é uma resposta a uma ameaça iminente e que pode ser claramente demonstrada, por exemplo, através do reposicionamento de tropas numa fronteira ou do posicionamento de mísseis direcionados a determinado território (HIRO, 2004, p. 389 apud FUSER, 2008, p. 199).

O *status quo* estava se tornando insustentável, pois o abrandamento das restrições às exportações de petróleo do Iraque fortaleceria Saddam Hussein diante dos países vizinhos, e ameaçaria interesses dos Estados Unidos na região. Por outro lado, o endurecimento das sanções geraria transtornos no mercado global de combustíveis, com consequente aumento dos preços e desequilíbrio entre oferta e demanda. Portanto, a invasão do Iraque em 2003, embora justificada por outros fatores³⁷, serviu aos interesses dos Estados Unidos. A guerra contra o Iraque já estava sendo planejada antes dos atentados de 11 de setembro de 2001, como solução aos problemas apresentados. A agressão ao Iraque resultou na substituição de um regime hostil por outro - este, porém, sob influência norte-americana (FUSER, 2008, p. 213-226; CHOMSKY, 2017, p. 91).

O colapso do regime do Baath encerrou a política da dupla contenção. Entretanto, a invasão do Iraque levou um governo xiita ao poder e aproximou o Estado iraquiano do Irã, aumentando significativamente a influência da república iraniana na região ao desestabilizar a balança de poder regional (ASHFORD, 2018; GASTALDI, 2019). Mais uma vez, como no início dos anos 1980, os Estados do Golfo se tornaram um alvo para as tentativas iranianas de aumentar sua influência na região, mas, dessa vez, sem o Iraque para balançar o poder do Irã. Quando o presidente George W. Bush reconsiderou sua política regional para o Golfo Pérsico durante seu segundo mandato, os Estados Unidos estavam intensamente envolvidos no Iraque e no Afeganistão. Dessa forma, o Irã – beneficiado pela deposição de Saddam Hussein e do regime do Talibã – viu-se desimpedido, como nunca antes, para promover suas ambições regionais e desenvolver capacidade nuclear (GUZANSKY, 2015, p. 12-13).

Em 2009, iniciou-se o primeiro mandato do governo Barack Obama. A política externa foi um tópico relevante durante o início de sua campanha eleitoral e foi um dos fatores que contribuiu à sua nomeação como candidato pelo Partido Democrata. A declarada oposição à guerra no Iraque, a princípio, distinguiu-o de seus adversários políticos. Além disso, a aproximação ao Irã e esforços no sentido de conduzir o Afeganistão à paz foram também discursos significativos, embora marcados por uma imprecisão a respeito dos métodos que seriam empregados para a concretização desses fins (LIEBERMAN, 2009, p. 830-840).

Ao avaliar a política externa dos primeiros meses da gestão Obama, Sanger (2009) descreve-a como uma “doutrina anti-Bush”. Em política externa, o presidente enfatizava as

³⁷ Tais como autodefesa contra um suposto programa de desenvolvimento de armas de destruição em massa, “anseio pela democracia”, ligações entre o regime iraquiano e a Al Qaeda, entre outros (CHOMSKY, 2017, p. 91). Nenhuma evidência de que o regime iraquiano tivesse ligações com a Al Qaeda ou alguma outra organização terrorista foi encontrada, e nem que mantivesse em seu poder ou estivesse desenvolvendo armas proibidas (FUSER, 2008, p. 222).

retóricas do multilateralismo e do respeito às leis internacionais (SANGER, 2009 apud LIEBERMAN, 2009, p. 831; LIEBERMAN, 2009, p. 831-844). No entanto, Anaz (2011) afirma que não houve mudanças significativas nas políticas para o Oriente Médio durante os dois primeiros anos do governo Obama. Segundo o autor, promessas de atitudes mais respeitadas em relação à soberania de outros Estados foram descartadas em favor da manutenção do *status quo*. Obama repetiu estratégias de Bush ao priorizar soluções militares no Afeganistão, no Iraque e na Síria, ao mesmo tempo em que negligenciava fatores sociológicos que intensificavam o sentimento antiamericanista na região (ANAZ, 2011, p. 189-191).

Estima-se que os custos das guerras de Bush e Obama no Afeganistão e no Iraque cheguem a 4,4 trilhões de dólares (LUTZ et al. apud CHOMSKY, 2017, p. 83). Em 2010, O'Hanlon (2010) estimou que os gastos dos Estados Unidos na defesa do Golfo Pérsico, sem contar os custos de operações específicas, eram de cerca de US\$ 50 bilhões anuais (O'HANLON, 2010, p. 60). Em 2011, o orçamento militar norte-americano foi maior em termos reais (ajustado à inflação) do que em qualquer outro momento desde a Segunda Guerra Mundial (CHOMSKY, 2017, p. 83).

Importantes mudanças ocorreram no cenário internacional entre os anos 2010 e 2015. A Primavera Árabe, a ascensão do autodenominado Estado Islâmico e o Acordo nuclear com o Irã foram acontecimentos significativos para a política internacional. O pragmatismo e o unilateralismo permaneceram presentes nos discursos oficiais e atos praticados pelo governo norte-americano sob a gestão Obama. Em discurso proferido na 70ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2015, o presidente afirmou: “[...] eu não hesitarei em proteger meu país e seus aliados - unilateralmente e pela força – quando necessário” (OBAMA, 2015 apud ROSENFELD, 2015; tradução nossa).

A chamada Primavera Árabe, entretanto, colocou em dúvida a capacidade dos Estados Unidos de defender seus aliados em situações de ameaça doméstica. Nesse contexto - e em outros semelhantes - o fornecimento de armamentos é um meio tangível de assegurar compromisso dos Estados Unidos com a segurança regional do Golfo Pérsico, o que contribui para a crescente militarização do território. As monarquias aliadas demandam segurança. E quando essa segurança contribui para os interesses de política externa do *hegemon*, ele a provê, mediante venda regular de armas, fornecimento contínuo de treinamento e preparo aos aliados, estabelecimento de bases e intervenções diretas (GUZANSKY, 2015, p. 14-138). A questão é saber se o conflito é necessário para a cooperação entre o governo estadunidense e os governos islâmicos ou, mais especificadamente, entre as empresas petrolíferas dos Estados Unidos e os

poderes monárquicos conservadores (questão abordada no capítulo 3). Trataria-se de uma configuração ampla, por Timothy Mitchell (2002) nomeada “McJihad” (MITCHELL, 2002 apud PIETERSE, 2009, p. 145).

Para Andrew Bacevich (2005), “o uso do poder das armas para garantir o domínio norte-americano no Oriente Médio, especialmente no Golfo Pérsico, rico em petróleo, permanece como a essência da política dos Estados Unidos para a região” (BACEVICH, 2005 apud FUSER, 2008, p. 204). Pouco mudou entre 1945 e os dias atuais.

3 ESTADOS UNIDOS E ARÁBIA SAUDITA ENTRE PETRÓLEO E ARMAS

Esta seção versa sobre as relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, no período anterior e posterior à Revolução Iraniana de 1979. Esse marco histórico corresponde ao colapso da política dos “dois pilares” e aponta o início de relações mais estreitas entre os atores em questão. Após a Revolução, a Arábia Saudita adquiriu maior relevância estratégica para os Estados Unidos, alcançando posto de aliado preferencial do *hegemon* no Golfo Pérsico. As indústrias bélica e petrolífera possuem importância histórica fundamental na construção dessa relação e na preservação dos laços de longa data.

3.1 Relações EUA-Arábia Saudita: do Estado Moderno Saudita à Revolução Iraniana

Segundo Barrett (2015), “a Arábia Saudita representa o casamento entre a ambição política dinástica e uma ideologia baseada no Islã Wahhabita” (BARRETT, 2015, p. 3; tradução nossa). O Wahhabismo é uma subdivisão do islamismo sunita, adotada oficialmente pela Arábia Saudita. É, na verdade, base da formação do Reino (COCKBURN, 2015; DORSEY, 2016).

O Reino da Arábia Saudita é um domínio árabe-islâmico tradicional: ao mesmo tempo monarquia tribal e teocracia islâmica. Duas famílias dominantes, unidas em apoio mútuo desde o século XVIII, compõem o cerne da sua estrutura de governo. A hierarquia política é comandada por um monarca da família Al Saud, que exerce o papel de chefe de uma complexa rede de relações tribais baseadas em antigos laços de lealdade e obrigações mútuas, e que controla os assuntos internos e externos do reino. A hierarquia religiosa é liderada pelo Grande Mufti e pelo Conselho Supremo dos Ulemás, os estudiosos do Islã, em sua maior parte dominada pela família Aal al-Shaykh. O rei se esforça para preencher o hiato entre esses dois ramos do poder, desempenhando o papel de “Guardião das Duas Mesquitas Sagradas” (Meca e Medina³⁸) [...] (KISSINGER, 2015, p. 138).

Três vezes em três séculos diferentes (nos anos 1744, 1824 e 1902³⁹), o Estado saudita foi fundado ou reunificado pelas mesmas duas famílias dominantes. Em 22 de setembro de 1932, Ibn Saud⁴⁰ declarou formalmente a fundação do Reino da Arábia Saudita. O Estado, no

³⁸ Em 632, ano da morte do Profeta Muhammad (Maomé), o centro religioso da comunidade muçulmana era Meca, enquanto Medina era o centro político e administrativo (BARRETT, 2015, p. 9).

³⁹ Antes da fundação do Estado moderno saudita (1932), existiram três outros Estados: Primeiro Estado Saudita (1744-1818), Segundo Estado Saudita (1824-1891) e Terceiro Estado Saudita (1902-1932) (BARRETT, 2015, p. 3).

⁴⁰ Abd-al-Aziz ibn Abd-al-Rahman al-Saud (1876-1953).

entanto, carecia de recursos financeiros para manter-se unificado (KISSINGER, 2015, p. 138; BARRETT, 2015, p. 3-39).

A solução foi encontrada em sua riqueza geológica, o petróleo. Em 1933, a companhia estadunidense SOCAL (Standard Oil of California) obteve, em troca de grande quantidade de dinheiro em empréstimos e pagamentos ao Reino, permissão para explorar petróleo em território saudita por um período de sessenta anos. Três anos depois, a SOCAL admitiu a Texaco, como sócia, formando o que posteriormente viria a se tornar a Arabian-American Oil Company (ARAMCO). Em 1938, o petróleo começou a jorrar na região e, em pouco tempo, as prospecções revelaram o grande volume de ouro negro alocado sob as areias sauditas (FUSER, 2008, p. 83). Dessa forma, a Arábia Saudita expandiu rapidamente suas receitas públicas provenientes do petróleo: de US\$ 10 milhões em 1946 para US\$ 212 milhões em 1952 (último ano completo do reinado de Ibn Saud). A influência dos Estados Unidos cresceu ainda mais a partir de 1943, com o envio de auxílio financeiro à monarquia saudita. Assim, os Estados Unidos forneceram ao Reino a base financeira do Estado moderno. Consolidou-se uma economia rentista⁴¹ que persiste nos dias atuais (BARRETT, 2015, p. 39-69; FUSER, 2008, p. 85; GASTALDI e MENDONÇA, 2019, p. 56-57).

Em 14 de fevereiro de 1945, o presidente Franklin Roosevelt (que retornava da Conferência de Ialta) encontrou-se com o Rei Ibn Saud a bordo do cruzador norte-americano *Quincy*, no Canal de Suez. Os governantes estabeleceram uma aliança tácita pela qual os Estados Unidos firmavam o compromisso de proteger a Arábia Saudita em troca do acesso ao petróleo do país. A reunião permanentemente ligou o petróleo do Oriente Médio à segurança dos Estados Unidos. O primeiro resultado prático desse encontro foi a instalação de uma base aérea estadunidense em Dhahan, próxima aos campos petrolíferos de Dasa. A base foi inaugurada em 1946 (FUSER, 2008, p. 105-106; JONES, 2012, p. 208). Em 1951, foram realizados acordos bilaterais diversos para auxílio ao desenvolvimento econômico e ajuda militar (GASTALDI, 2019, p. 4).

Em 1948, a Venezuela começou a implementar uma nova lei, denominada Lei do Petróleo, que impôs às companhias estrangeiras donas de concessões – na época, Shell, Gulf e Jersey – uma divisão dos lucros na base de 50% a 50%. Imediatamente, o rei Saud exigiu uma revisão dos contratos nos termos venezuelanos, o que era razoável, visto que os lucros da ARAMCO, em 1949, representavam quase o triplo dos rendimentos da própria Arábia Saudita sobre a concessão (YERGIN, 1993, p. 458 apud FUSER, 2008, p. 88).

⁴¹ Vide seção 3.3.

As quatro companhias norte-americanas que compunham a ARAMCO – SOCAL, Jersey, Gulf e Mobil – encontraram um meio de atender a demanda saudita sem reduzir os seus ganhos. A solução foi repassar a perda ao Tesouro dos Estados Unidos. Durante o processo de negociações, veio à tona uma lei norte-americana de 1918, que não vinha sendo aplicada. Segundo essa lei, uma empresa estadunidense operando no exterior poderia deduzir dos seus impostos o pagamento de taxas estrangeiras. Assim, as companhias se dispuseram a aceitar o aumento dos royalties para 50%, desde que o dinheiro fosse considerado imposto pelo Tesouro norte-americano e, assim, descontados sobre o montante das taxas que a ARAMCO teria que pagar nos Estados Unidos (FUSER, 2008, p. 89).

Em novembro de 1950, o governo estadunidense concedeu crédito fiscal à ARAMCO. Com isso, parcela significativa da receita do petróleo saudita foi desviada dos cofres norte-americanos para os da Casa de Saud. Em 1951, a ARAMCO pagou à Arábia Saudita US\$ 110 milhões (em comparação aos US\$ 39 milhões em 1949) e apenas US\$ 6 milhões ao Tesouro dos Estados Unidos (YERGIN, 1993, p. 459 apud FUSER, 2008, p. 89). Na prática, os contribuintes norte-americanos passaram a subsidiar a empresa nas terras sauditas. A decisão do governo norte-americano foi justificada pela segurança nacional, e o seu grande defensor foi o Departamento de Estado (FUSER, 2008, p. 89).

Nos anos 1950, a Arábia Saudita enfrentou problemas com a ascensão do líder carismático Gamal Abdul Nasser, no Egito, e sua ideologia secular nacionalista. Após destronar a monarquia egípcia, Nasser intencionava livrar a região do “feudalismo” - como ele se referia ao regime monárquico - e estabelecer uma república árabe. A ideia da unificação pan-árabe estava se popularizando, até mesmo dentro da conservadora Arábia Saudita. No final da década, Nasser havia se tornado figura proeminente no Movimento dos Países Não-Alinhados (BARRETT, 2015, p. 43- 48).

Em 1958, a Síria unificou-se ao Egito na chamada República Árabe Unida. A Arábia Saudita opôs-se à união, e o rei decidiu executar uma operação de alto risco: oferecer alguns milhões de dólares ao tenente-coronel Abd-al-Hamid al-Sarraj para que ele assassinasse Nasser. Sarraj afirmou aceitar o acordo, e depois denunciou o esquema saudita, envergonhando o rei perante a sociedade árabe (Ibid., p. 48-49).

O Nasserismo criou grande receio acerca do futuro da Arábia Saudita, pois o Reino vivia há alguns anos à beira da falência devido à carência de instituições para alocar e controlar a riqueza num orçamento público equilibrado. Ou seja, faltava a estrutura institucional para sustentar o Estado nacional. O Príncipe Herdeiro, Feisal, iniciou uma reforma administrativa visando à disciplina orçamental e financeira. Enquanto reformas internas eram realizadas, a

estratégia saudita quanto à Nasser foi a de evitar o confronto, adotando uma “neutralidade positiva” em relação aos assuntos regionais. Dessa forma, Feisal prometeu cooperação tanto à República Árabe Unida (Egito e Síria) quanto à sua oposição, a Federação Árabe do Iraque e Jordânia. A tática era ganhar tempo, enquanto reformas internas eram implementadas. Entretanto, a administração Eisenhower, que esperava a criação de um contrapeso pró-ocidental contra Nasser, alarmou-se com a aparente instabilidade de Riad. Sem entender a situação, numa reunião do Conselho de Segurança Nacional ocorrida em março de 1958, Eisenhower expôs sua preocupação em relação à substituição do Rei Saud por Feisal, seu irmão “pró-Nasser” (Ibid., p. 40-52).

Em 17 de outubro de 1962, Saud deu autoridade completa a Feisal. O golpe ocorrido no Iêmen naquele mesmo ano iniciou um conflito interno no país com a participação de forças egípcias (apoiando o novo governo) em oposição aos britânicos e jordanianos. A Arábia Saudita não desejava um Estado nasserista em sua fronteira. Feisal passou a pressionar maior assertividade dos Estados Unidos em relação a Nasser. Quando os egípcios começaram a bombardear vilarejos no sul da Arábia Saudita, Feisal exigiu ajuda militar adicional dos Estados Unidos e cortou relações diplomáticas com Cairo. Então, uma carta da Casa Branca a Riad foi publicada. Nessa carta estava assegurado “apoio completo dos Estados Unidos para a defesa da integridade da Arábia Saudita”. Feisal, então, teve sua garantia de segurança, embora o governo norte-americano tenha reconhecido a República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) (Ibid., p. 53-56).

Em 1967, as forças de Nasser e do Iêmen do Norte estavam na defensiva. Isso gerou desprovimento de recursos e fundos no Cairo. Naquele ano, Israel lançou um ataque surpresa nos territórios do Egito, Jordânia e Síria - e tomou o Sinai, as colinas de Golã e a Cisjordânia (Guerra dos Seis Dias). A ofensiva israelense resultou na evacuação egípcia do Iêmen e minou a ameaça nacionalista secular árabe condensada na ideologia política nasserista. A partir disso, a Arábia Saudita expandiu sua influência na região e passou a empreender esforços a fim de aumentar sua importância estratégica, de forma a opor-se ao Irã⁴² como o maior aliado dos Estados Unidos (BARRETT, 2015, p. 56-58; GASTALDI, 2019, p. 4).

⁴² Arábia Saudita e Irã possuem relações de longa data conturbadas. O Irã é núcleo do islamismo xiita, enquanto a Arábia Saudita é berço da vertente wahhabita do Islã (sunita). Os Estados divergem também quanto ao sistema de governo: o Irã é uma república, enquanto a Arábia Saudita é uma monarquia - ambas teocráticas. Enfim, a luta por hegemonia regional e fatores geopolíticos diversos intensificam a hostilidade nas relações interestatais (GASTALDI, 2019, p. 10-11). Não há conflito militar direto entre os Estados, isto é, dentro de suas fronteiras nacionais. No entanto, os países confrontam-se em diversas frentes: no Iêmen, há atualmente uma guerra entre o governo, apoiado pela Arábia Saudita, e os rebeldes houthis, ajudados pelo Irã; na Síria, o Irã apoia o presidente Bashar al-Assad, enquanto a Arábia Saudita opõe-se a ele; no Líbano, o Irã dá suporte ao Hezbollah, considerado

No início da década de 1970, Feisal alertou o presidente Nixon a respeito de seu descontentamento em relação ao apoio dos Estados Unidos a Israel e suas políticas sionistas. Washington nada fez. Feisal, então, encorajou o presidente do Egito, Sadat, a atacar Israel no Sinai (Guerra do Yom Kippur). Se os Estados Unidos, ou o Ocidente, apoiassem Israel, a Arábia Saudita cortaria a oferta de petróleo no mercado internacional. O Reino cumpriu essa promessa. Em 1973, ao usar o petróleo como “arma”, isto é, instrumento de coerção e/ou dissuasão, Feisal oficialmente uniu petróleo e política. Depois do embargo petrolífero, países europeus e asiáticos passaram a cobrar de Israel o respeito às leis internacionais. Quanto às relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, o efeito do embargo foi significativo: mostrou às autoridades norte-americanas que as relações com os sauditas não poderiam ser negligenciadas, nem os interesses do Reino ignorados (BARRETT, 2015, p. 58).

Desde os anos 1950, o Irã recebia tratamento prioritário dos Estados Unidos em termos de assistência, treinamento e equipamentos militares. A Arábia Saudita, como o segundo “pilar” da política externa norte-americana para a região, era importante. No entanto, o Irã era o aliado principal. Depois de 1973, a ligação entre o xá iraniano e os *policymakers* estadunidenses aprofundou-se. Durante o embargo petrolífero imposto pelos países árabes da OPEP, o Irã continuou a exportar petróleo para os Estados Unidos, enquanto beneficiava-se da alta cotação do produto no mercado internacional (Ibid., p. 64).

Em junho de 1974, o xeque Yamani anunciou um aumento de 25% para 60% na participação saudita no capital da ARAMCO. Contudo, no final do ano, comunicou às empresas estadunidenses que formavam a ARAMCO - Mobil, Exxon, Texaco e Chevron (antiga SOCAL) – que o Estado saudita não se contentaria com menos de 100%. Em 1976, a empresa nacionalizada passou a se chamar Saudi ARAMCO (FUSER, 2008, p. 130).

Em 1975, no ápice de seu poder, Feisal foi assassinado por um desafeto familiar. Naquele ano, o presidente Nixon foi obrigado a renunciar à presidência em função do escândalo Watergate, e Gerald R. Ford assumiu o seu lugar. Ainda em 1975, o governo do Vietnã do Sul colapsou. A economia norte-americana atravessava um período de estagnação. E, nesse contexto, as demandas do xá em relação ao preço do petróleo tornaram-se insustentáveis, pois ameaçavam agravar os problemas da economia estadunidense ao nível de uma profunda recessão (BARRETT, 2015, p. 59-66).

Em setembro de 1976, a administração Ford solicitou ao xá e à monarquia saudita, separadamente, um congelamento de preço do petróleo. O rei saudita Khalid, considerando a

uma organização terrorista pela Arábia Saudita; no Iraque, ambos os Estados buscam exercer influência (BBC BRASIL, 2017; GASTALDI, 2019, p. 11). Vide Mena (2018) e Dorsey (2016).

oportunidade de aprofundar a cooperação com Washington, concordou. Por outro lado, o xá se negou a atender ao pedido do governo estadunidense. Então, o presidente Ford escreveu uma carta ao xá afirmando que um novo aumento de preços teria consequências prejudiciais para o Ocidente e poderia afetar o fornecimento de armas. O xá enviou uma resposta declarando que o Irã poderia obter armamentos de outros fornecedores, e que o Estado não “cometeria suicídio” só porque o Ocidente não era capaz de se colocar em ordem. E, ainda, concluiu: “Nada poderia provocar mais uma reação nossa do que esse tom ameaçador de certos círculos e suas atitudes paternalistas” (Ibid., p. 66; tradução nossa).

Essa situação entre Irã e Estados Unidos favoreceu a estratégia saudita de substituir o Irã como o principal aliado do *hegemon* ocidental na região. Ao cooperar com os Estados Unidos, a Arábia Saudita aumentou significativamente sua produção de petróleo a fim de conter o aumento dos preços no mercado internacional. O xá, de repente, encontrou-se em meio à uma crise econômica agravada pela instabilidade política doméstica (Ibid., p. 66-67).

Contudo, ao longo de 1978, quando as exportações iranianas de petróleo despencaram de cinco milhões de barris/dia para um milhão de barris/dia, a Arábia Saudita rejeitou o pedido da AIE (Agência Internacional de Energia) de aumentar novamente sua produção para compensar a perda do petróleo iraniano. Pelo contrário, os sauditas cortaram sua produção em quinhentos mil barris/dia no primeiro trimestre de 1979, e em mais um milhão de barris/dia no segundo trimestre. Preferiram lucrar com a alta dos preços. E esse foi o “segundo choque do petróleo” (FUSER, 2008, p. 150).

3.2 Relações EUA-Arábia Saudita: após 1979

Com a Revolução Iraniana de 1979, “dois inimigos separados, mas mútuos emergiram na região - os Soviéticos no Afeganistão e no Iêmen, e o governo islâmico xiita no Irã”. Então, na perspectiva estadunidense, as relações com a Arábia Saudita tornaram-se indispensáveis. O Reino tornou-se o principal aliado dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (BARRETT, 2015, p. 69; tradução nossa).

O colapso do xá Reza Pahlevi, e a conseqüente ascensão de um governo xiita com ambições expansionistas e anti-monarquistas, ameaçava a ordem regional vigente. Khomeini objetivava suprimir o *status quo*. Em novembro de 1979, militantes iranianos ocuparam a embaixada dos Estados Unidos e fizeram funcionários como reféns. E no mesmo mês, rebeldes inspirados por Khomeini tomaram a Grande Mesquita em Meca e só a desocuparam, depois de

duas semanas, após um violento cerco executado por forças sauditas e francesas (BARRETT, 2015, p. 68; JONES, 2012, p. 214).

Eventos posteriores vieram a aprofundar o alinhamento entre Estados Unidos e Arábia Saudita em relação à questão iraniana, tais como a Guerra Irã-Iraque, a tentativa de golpe de Estado (apoiada pelo Irã) no Bahrein, a formação do CCG (Conselho de Cooperação do Golfo⁴³) e a proclamação da Doutrina Carter. Além disso, iniciou-se a cooperação entre Estados Unidos e Arábia Saudita em apoio ao movimento de resistência afegão contra os soviéticos (BARRETT, 2015, p. 69-74).

Após a crise regional de 1979, houve um longo período de conflito e instabilidade no Golfo Pérsico. Khomeini defendia uma agenda revolucionária pan-islâmica, que planejava exportar internacionalmente. Com maioria xiita, o Iraque parecia campo fértil para a agitação revolucionária. Em setembro de 1979, Saddam Hussein lançou um ataque ao Irã, dando início ao conflito Irã-Iraque. Durante a guerra, a Arábia Saudita forneceu assistência financeira ao Estado iraquiano. Em julho de 1988, os iranianos concordaram com um cessar-fogo, dando fim ao conflito militar (Ibid., p. 71-75).

Contudo, em 2 de agosto de 1990, um novo conflito com protagonismo iraquiano eclodiu. O Iraque ocupou o Kuwait, e moveu parte considerável de suas tropas para a fronteira com a Arábia Saudita. Juntos, o Kuwait e o Iraque possuíam 20% das reservas de petróleo do mundo. E com um exército de 38 mil soldados, em comparação aos 525 mil iraquianos que ocupavam o Kuwait, a Arábia Saudita corria o risco de ficar à mercê da superioridade militar do Iraque. Dessa forma, o Reino perderia a preponderância no mercado mundial de petróleo. Nas palavras do secretário Dick Cheney: “Uma vez que ele (Saddam) adquiriu o Kuwait e deslocou para lá um exército tão grande, estará em posição de poder ditar o futuro da política de energia em escala mundial, e isso dará a ele uma posição de controle sobre a nossa economia” (KLARE, 2004, p. 50 apud FUSER, 2008, p. 180). Ademais, para os Estados Unidos, estava em jogo sua credibilidade e capacidade em proteger aliados. A vitória de Saddam era inaceitável, ainda mais no momento em que os Estados Unidos emergiam vitoriosos da Guerra Fria (FUSER, 2008, p. 179-185).

Para a Arábia Saudita, tratava-se de uma ameaça existencial. Havia o risco de uma invasão iraquiana ao seu território, no momento em que um importante aliado (o Kuwait) tinha

⁴³ Em defesa à “ameaça existencial” posta por Teerã, os países árabes do Golfo (com apoio de Estados ocidentais) formaram o CCG, em 26 de maio de 1981. Os Estados Unidos esperavam que o CCG se desenvolvesse ao nível de uma organização de segurança coletiva com liderança saudita, o que coincidia com a estratégia do Reino. No entanto, a sensibilidade da região do Golfo à violação real ou implícita da soberania dos Estados tem impedido o aprofundamento institucional que fundamentaria essa configuração (BARRETT, 2015, p. 70-71).

desaparecido do mapa, e nações amigas (como a Jordânia e o Iêmen) tinham se tornado inimigas pelo apoio a Saddam Hussein (GUZANSKY, 2015, p. 32). Visando sua própria defesa, a monarquia saudita concordou em receber mais de quinhentos mil soldados estadunidenses em seu território - a maioria cristã.

A Arábia Saudita foi a principal plataforma terrestre para a operação militar que expulsou os iraquianos do Kuwait. No entanto, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Dick Cheney, havia prometido que a presença militar norte-americana seria temporária. Mas, a promessa de Cheney não foi cumprida (FUSER, 2008, p. 217).

Com a justificativa de que era necessário implementar “zonas de vôo proibido” no Iraque e a política de “dupla contenção” (do Iraque e do Irã), os Estados Unidos mantiveram ao longo da década de 1990 uma média de cinco mil militares na Arábia Saudita, principalmente pilotos e pessoal de apoio, espalhados em várias instalações, inclusive Dharan⁴⁴ (FUSER, 2008, p. 217).

Manter um contingente militar permanente na Arábia Saudita implicava o desafio de lidar com a resistência no interior da sociedade saudita à presença de tropas “infieis” nos territórios sagrados de Medina e Meca. Essa resistência vem desde a construção da base aérea de Dharan, ao fim da Segunda Guerra Mundial. A presença militar dos estadunidenses no Reino gerou um desgaste em suas relações com os Estados Unidos. E ainda, fez da expulsão dos norte-americanos o principal objetivo do líder terrorista Osama bin Laden e de sua organização, Al Qaeda (a Base), cujos integrantes se voltaram contra os Estados Unidos após lutar contra os soviéticos no Afeganistão. Bin Laden, cidadão saudita até 1994, convocou uma “guerra santa” contra a Casa de Saud e a influência do Ocidente no mundo muçulmano. Ele retratou a permanência de tropas “infieis” na Arábia Saudita como um ato de traição da família real, resultante de sua subserviência aos interesses norte-americanos. Os estadunidenses na Arábia Saudita foram alvo de vários ataques terroristas nos anos 1990 (FUSER, 2008, p. 217-218).

Uma bomba, em 1995, matou cinco militares dos Estados Unidos num campo de treinamento da Guarda Nacional, em Riad; em 1996, um caminhão-bomba guiado por terroristas suicidas matou 19 norte-americanos no alojamento da Força Aérea dos Estados Unidos em Khobar Towers, próximo a Dharan. Depois desse atentado, os norte-americanos transferiram a maior parte do seu pessoal militar para a base aérea de Prince Sultan, instalada em pleno deserto, a 110 quilômetros de Riad, longe dos olhos da população local e cercada por um rigorosíssimo esquema de segurança. A Al Qaeda reagiu à mudança atacando as forças norte-americanas em outros países. Em 1998, lançou um

⁴⁴ Base aérea norte-americana instalada na Arábia Saudita em 1946, e devolvida aos sauditas em 1963, quando expirou o prazo de sua concessão (FUSER, 2008, p. 217).

duplo ataque terrorista contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia e, em agosto de 2000, danificou seriamente um navio de guerra norte-americano, o *USS Cole*, ancorado no porto de Áden, no Iêmen (FUSER, 2008, p. 218).

Os ataques culminaram nos atentados, em 11 de setembro de 2001, contra o Pentágono (ponto nodal do poder militar estadunidense) e o World Trade Center (ponto nodal do sistema financeiro mundial). Quinze dentre os dezenove sequestradores daquele dia eram nacionais da Arábia Saudita. Entretanto, 28 páginas do relatório da comissão encarregada de investigar os acontecimentos, as quais eram dedicadas às relações entre os terroristas e a Arábia Saudita, foram suprimidas em nome da “segurança nacional” (COCKBURN, 2015, p. 45-136; KISSINGER, 2015, p. 141).

Em 2003, a Al Qaeda organizou uma tentativa fracassada de derrubar a dinastia Al Saud. Desde então, a monarquia saudita se tornou adversária da organização (KISSINGER, 2015, p. 142). Também em 2003, depois que as forças estadunidenses tomaram Bagdá e derrubaram o governo de Saddam Hussein, o Secretário de Defesa dos Estados Unidos – Donald Rumsfeld – comunicou à Riad o fim da missão na Arábia Saudita, o que significava a retirada das forças norte-americanas do território árabe (FUSER, 2008, p. 218).

No início da década de 2010, as revoltas da chamada “Primavera Árabe” adicionaram um nível de tensão às relações entre Arábia Saudita e Estados Unidos. Em 2011, a renúncia de Hosni Mubarak no Egito, e a ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder, descontentou a monarquia saudita. Mubarak era aliado de longa data tanto da Arábia Saudita quanto dos Estados Unidos, enquanto a Irmandade Muçulmana é oficialmente considerada uma organização terrorista pelo Reino. Assim, a tentativa de Barack Obama de manter boas relações com o governo egípcio eleito não gerou comportamento semelhante por parte da monarquia saudita, que, em oposição, passou a encorajar a revolta militar que posteriormente removeria a Irmandade Muçulmana do poder. Ainda em 2011, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos realizaram uma intervenção militar no Bahrein, sem consentimento prévio dos Estados Unidos ou coordenação com as forças norte-americanas, com o propósito de proteger a família real Al Khalifa e evitar que os protestos no país se espalhassem por áreas do nordeste da Arábia Saudita, de maioria xiita (GUZANSKY, 2015, p. 15-55).

Outro impasse nas relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita ocorreu devido à reaproximação do governo norte-americano ao Irã, em razão do Acordo Nuclear firmado em 2015 após negociações diplomáticas entre Irã e o grupo P5+1 (Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido, França e Alemanha) (BINNENDIJK, 2016, p. 134). Soma-se a isso, a recusa

inicial de Obama em intervir diretamente na Síria após a utilização de gás venenoso contra civis. Como Bashar al-Assad é aliado do Irã, o gesto foi interpretado como um movimento a favor da república iraniana, e contra os interesses da monarquia saudita. Hoje, a derrubada do governo Assad é um objetivo estratégico para a Arábia Saudita, no intuito de enfraquecer o Irã e o Hezbollah, e viabilizar a ascensão de grupos aliados. Para isto, o Reino e outros Estados – notavelmente Kuwait e Emirados Árabes Unidos – têm financiado diferentes grupos rebeldes sunitas, que lutam entre si por recursos e influência, aumentando a instabilidade regional (GUZANSKY, 2015, p. 51-87).

Ainda assim, as relações bilaterais entre a Arábia Saudita e Estados Unidos permanecem estreitas, e fundamentais para a política externa de ambos os países. Em 4 de novembro de 2013, durante a visita do Secretário de Estado John Kerry ao Reino, o Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, Feisal bin Abd-al-Aziz, afirmou: “Uma verdadeira relação entre amigos é baseada em sinceridade, candura e franqueza em vez de mera cortesia. Dentro dessa perspectiva, é natural que nossas políticas e visões encontrem acordo em algumas áreas e desacordo em outras” (ABD-AL-AZIZ, 2003 apud BARRETT, 2015, p. 105; tradução nossa).

A família real saudita compreendeu que sua segurança e interesses nacionais habitam em relações construtivas com o Ocidente e participação na economia mundial (KISSINGER, 2015, p. 142). Entretanto, agir em meio a alianças, demandas de segurança e restrições da base ideológica do Estado (ortodoxia islâmica) é sempre um desafio (BARRETT, 2015, p. 76-80). “O reino tem navegado entre os marcos fixos da amizade com os Estados Unidos, a lealdade árabe, uma interpretação puritana do Islã e a consciência dos perigos internos e externos” (KISSINGER, 2015, p. 140).

3.3 Notas sobre o rentismo

Como exposto anteriormente, os Estados Unidos forneceram à Arábia Saudita a base financeira do Estado moderno. Através do apoio inicial norte-americano, o Reino consolidou uma economia rentista que, por definição, recebe montantes substanciais de renda externa, posteriormente incorporada às receitas do Estado. Numa economia exportadora predominantemente vinculada ao petróleo - como é o caso da Arábia Saudita - apenas uma parcela minoritária da população está diretamente envolvida na geração da renda, pois a atividade-núcleo não é intensiva em trabalho. No entanto, a renda é amplamente redistribuída entre a sociedade, através do fornecimento de subsídios, dos investimentos estatais em infraestrutura e da prestação de serviços públicos voltados à saúde e educação. Os custos de

extração do petróleo são baixos quando comparados ao lucro resultante. Por isso, o recolhimento de impostos dos cidadãos é geralmente ínfimo, quando não inexistente, já que a renda externa absorvida libera o Estado de recolher recursos de sua economia doméstica (MORAES, 2016, p. 49-50; GASTALDI, 2019, p. 5).

O rentismo não só constituiu a base de um modelo econômico particular, mas também criou uma estrutura social que sustenta o regime político da Arábia Saudita. Por praticamente não haver o recolhimento de impostos da população, os cidadãos dos Estados rentistas - quando recebem subsídios e serviços públicos de qualidade – são, geralmente, menos exigentes no que se relaciona à participação política. Cria-se um modelo de Estado de bem-estar social, baseado num contrato social implícito. Enquanto não há quebra do contrato por parte do governo, este mantém-se legitimamente no poder. E esse é um dos motivos pelos quais a monarquia teocrática saudita tem se sustentado desde a criação do país. Ao promover a economia saudita, os Estados Unidos ajudam a preservar, também, o regime político do Reino (MORAES, 2016, p. 50-59; GASTALDI, 2019, p. 5; GUZANSKY, 2015, p. 110-122).

A consolidação da economia rentista gerou mudanças significativas na sociedade saudita. A comunidade beduína, que na década de 1950 correspondia à maior parcela da população saudita, no final dos anos 1970 estava reduzida à aproximadamente 10% da população total. A urbanização gerou aumento dos gastos públicos, assim como o crescimento da imigração no país, já que os trabalhadores sauditas - tradicionalmente empregados em atividades informais - não eram capacitados para o exercício de determinados tipos de trabalho (JERICHOW, 1997; GASTALDI, 2019, p. 5).

O rentismo traz consigo consequências diversas para os Estados que se estruturam a partir dele. Uma delas é a dificuldade em atingir o *status* de “país desenvolvido” em meio a economia global. A Arábia Saudita, apesar de ser um país de alta renda de acordo com o Banco Mundial (2019), é classificada como economia em desenvolvimento pelo Fundo Monetário Internacional (2018) e pela Organização das Nações Unidas (2018) (BANCO MUNDIAL, 2019; FMI, 2018; ONU, 2018).

Acontece que o petróleo é uma *commodity*, de baixo valor agregado por definição. E, a dependência de um Estado em relação ao setor gera limites estruturais ao desenvolvimento. Segundo Ross (2015), no caso de indústrias estatais, enquanto o petróleo estimula as receitas governamentais, ele pode prejudicar outras indústrias do setor privado e trazer enclaves ao desenvolvimento interno. A exploração e produção de petróleo são intensivas em capital e dependentes de equipamentos altamente especializados, fabricados em países de alta renda mais industrializados. Portanto, as companhias de petróleo dos países em desenvolvimento compram

poucos insumos de empresas locais. Além disso, prejuízos à agricultura e à manufatura se apresentam em razão da elevação das taxas de câmbio reais devido à entrada de divisas provenientes da exportação do petróleo. Assim, torna-se mais barato importar bens manufaturados e produtos agrícolas do que os produzir domesticamente. A diversificação produtiva é inviabilizada, e os Estados ficam totalmente dependentes do mundo externo para aquisição de comida, bens de consumo e tecnologia (ROSS, 2015, p. 63-68; HAMID, 1999, p. 32).

Enfim, dificuldades impõem-se à inserção das companhias no mercado petrolífero internacional, dados os altos investimentos iniciais em infraestrutura e equipamentos exigidos para a extração do petróleo. No caso de países de baixa e média renda, essa inserção muitas vezes ocorre com a participação de capital e empresas estrangeiras, ao custo da autonomia estatal sobre seu próprio recurso natural e evasão de receitas para o exterior. Por isso, na década de 1970, a estatização das indústrias petrolíferas do Golfo Pérsico e do norte da África gerou mudanças significativas no comércio internacional e no cálculo político das grandes potências. E, em âmbito interno, reforçou laços entre o Estado e os grupos sociais envolvidos na produção e gerenciamento da atividade-núcleo.

A nacionalização da indústria petrolífera significou que um poder maior e rendas imensamente maiores passaram a fluir para as mãos das elites que controlavam os Estados produtores de petróleo. ... Companhias controladas pelo Estado agora dirigiam a indústria do petróleo, cujas receitas se destinavam totalmente ao Estado, dono de um poder absoluto sobre sua alocação de recursos. O resultado foi que novas estruturas estatais foram criadas onde não existia nada antes. Estados que já eram fortes se tornaram ainda mais fortes, e elites já arraigadas se tornaram ainda mais difíceis de remover. Provavelmente, não é uma coincidência que nas três décadas depois do boom petrolífero a região do Oriente Médio inteira, que até o início dos anos 70 era conhecida pela instabilidade dos seus governos, não tenha visto uma única mudança significativa de regime, com a única exceção do Irã (KHALIDI, 2004, p. 113 apud FUSER, 2008, p. 238).

A dependência externa dos Estados rentistas é evidente, não somente pelo caráter exportador de suas economias, mas também por estarem sujeitos às dinâmicas econômicas internacionais, por exemplo, quanto à cotação do produto-base. E, no caso do petróleo, a volatilidade no mercado internacional é notável, pois a demanda é relativamente inelástica ao passo que a delimitação de volumes de produção e preços está sujeita a uma gama de pressões políticas (MORAN e RUSSELL, 2009, p. 9).

Segundo Bromly (1994), o caráter rentista dos Estados árabes produtores de petróleo traz consigo algumas peculiaridades, como a imposição de um modelo de acumulação que dá

ênfase ao papel do Estado e o desencorajamento, por parte dos patronos ocidentais, dos movimentos reformistas nos Estados conservadores - o que resulta na preservação de políticas não-participativas nesses Estados e na manutenção do *status quo* do sistema internacional (BROMLEY, 1994 apud HAMID, 1999, p. 29).

3.4 Entre petróleo e armas: interconexões

O petróleo é um recurso natural estratégico, necessário para a produção industrial e também para colocar o aparato militar em funcionamento. À medida que as armas sofisticadas tornam menos relevantes o combate corpo a corpo, a importância do recurso cresce. Atualmente, a eficácia do material bélico, cuja fabricação depende de matérias-primas a exemplo do petróleo, é fator determinante no resultado das guerras (FUSER, 2008, p. 24).

Winston Churchill reconheceu o valor estratégico do petróleo já nas primeiras décadas do século XX. Após assumir o comando do Almirantado Britânico, em 1912 estabeleceu a conversão dos navios de guerra da Marinha Real, movidos a carvão, para o petróleo. Durante a Primeira Guerra Mundial, essa inovação deu aos navios britânicos vantagem em velocidade e em autonomia de percurso – deixando fora de combate as esquadras alemãs, que ainda não tinham aderido ao novo combustível. Pela primeira vez, havia se estabelecido um vínculo entre petróleo e capacidade militar. Desde então, o petróleo se tornou um recurso estratégico decisivo (Ibid., p. 41). Antes objeto de interesse comercial e econômico, agora também elemento de importância estratégica nacional e instrumento de política externa (GUZANSKY, 2015, p. 10).

A tendência de aumento da população mundial combinada ao crescimento econômico dos países em desenvolvimento, cada vez mais intensifica preocupações acerca da oferta de recursos não-renováveis no médio-longo prazo. A natureza possui capacidade limitada de fornecer os materiais essenciais para a vida moderna. Por isso, disputas por recursos naturais escassos tendem a acirrar-se, culminando no que Moran e Russell (2009) denominam “militarização da gestão de recursos” (FUSER, 2008, p. 32; MORAN e RUSSEL, 2009; tradução nossa).

De fato, há algum tempo, questões concernentes à distribuição dos recursos energéticos não-renováveis são incorporadas ao âmbito da “segurança”. Fala-se em “segurança energética”, ou securitização do acesso às fontes de energia. E, nesse contexto, o petróleo se destaca por seu rendimento incomparável⁴⁵ e por sua importância decisiva para o funcionamento da economia

⁴⁵ Uma tonelada do tipo de carvão mais utilizado gera uma energia equivalente a 0,5 tonelada de óleo cru (SMIL, 2002, p. 146 apud FUSER, 2008, p. 40).

mundial. Uma variação no preço do petróleo pode representar o início de uma fase de crescimento, como no pós-Segunda Guerra Mundial; ou lançar o mundo na recessão, como ocorreu durante os choques de 1973 e 1979 (FUSER, 2008, p. 40). Então, “a segurança do suprimento é importante não só por motivos militares, mas também por motivos mais gerais da natureza política e econômica” (KRASNER, 1978, p. 40 apud FUSER, 2008, p. 59).

Os derivados de petróleo abastecem mais do que automóveis e aviões. O petróleo abastece o poder militar, tesouros nacionais e a política internacional. Ele não é apenas uma *commodity* que pode ser comprada e vendida no contexto tradicional do equilíbrio entre oferta e demanda, mas um determinante do bem-estar, da segurança nacional e do poder internacional daqueles que possuem esse recurso vital e o inverso disso para os que não o possuem (EBEL, 2002 apud FUSER, 2008, p. 40).

Os capitalistas dos países mais industrializados e desenvolvidos operam internacionalmente a fim de obter a matéria-prima indisponível internamente e necessária ao processo de produção. O Estado é, então, convocado a utilizar sua influência política para garantir o suprimento. Quando a influência política é insuficiente, outros meios são eventualmente empregados (a força militar, por exemplo) (GOWAN, 2003, p. 107).

A força militar, em algumas circunstâncias históricas, é usada para assegurar vantagens econômicas além das fronteiras do Estado nacional - tais como oportunidades de comércio, direitos de investimento e acesso aos recursos naturais. O resultado é, geralmente, o estabelecimento de tratados assimétricos e “regimes de marionetes”, a conquista colonial, entre outros. Além disso, o fornecimento de materiais bélicos e treinamentos militares é frequentemente empregado como meio de troca a fim de garantir o acesso a recursos e benefícios econômicos (GILL e LAW, 1988, p. 212). O petróleo do Oriente Médio é alvo comum de políticas desse tipo.

Observa-se, então, que o petróleo sustenta a máquina militar, enquanto a máquina militar assegura o acesso ao petróleo. Guerra e petróleo tornaram-se cada vez mais interconectados no Oriente Médio. E, aparentemente, essa relação tornou-se permanente. O padrão de militarização observado no Golfo Pérsico é, em grande medida, produto do apoio dos Estados Unidos a regimes vulneráveis e autoritários. A venda massiva de armas e a construção de uma ordem militar na região contribuiu para a fragilidade da balança de poder e a recorrência de conflitos. Não se trata de um resultado inevitável, mas de consequências de políticas deliberadas (JONES, 2012, p. 209-210).

A securitização do acesso às fontes de energia justifica a ênfase ao Golfo Pérsico nos documentos norte-americanos de política externa⁴⁶ a partir da Doutrina Carter de 1980 - pela qual os Estados Unidos se comprometem a usar a força militar, se necessário, para garantir o acesso ao petróleo da região (FUSER, 2008, p. 200-226). Após duas crises petrolíferas numa mesma década (em 1973 e 1979), concluiu-se que uma política mais assertiva era necessária a fim de garantir o acesso dos Estados Unidos ao recurso.

Segundo Klare (2004), uma estratégia de duas frentes direciona a política externa dos Estados Unidos. A primeira frente destina-se a assegurar o acesso a mais petróleo proveniente do resto do mundo. A segunda, por sua vez, consiste em reforçar a capacidade de intervenção norte-americana. Preocupações em relação à segurança energética originam a primeira frente, enquanto a segunda é motivada pela segurança militar (KLARE, 2004).

À medida que se intensifica a dependência dos Estados Unidos e da economia mundial em relação ao petróleo, aumenta-se a importância da força militar para garantir os fluxos desse recurso em quantidade e preços acessíveis aos países importadores. E o resultado é, então, uma fusão entre segurança militar e segurança energética (e, conseqüentemente, entre as duas frentes estratégicas) na composição de um projeto único de dominação norte-americana (FUSER, 2008, p. 213; KLARE, 2004).

Para que os Estados Unidos exerçam uma posição de hegemonia mundial incontestável, a capacidade de influenciar a distribuição dos suprimentos de energia cada vez mais escassos é essencial (FUSER, 2008, p. 213). Dessa forma,

[...] o cenário petrolífero internacional - que tem no seu centro os países produtores do Golfo Pérsico - se tornou o terreno para o qual confluem objetivos fundamentais dos Estados Unidos em três campos diferentes: a segurança energética, a consolidação da hegemonia internacional e os interesses econômicos das empresas norte-americanas. Tamanha convergência só poderia ter implicações dramáticas para a política externa e a estratégia militar (FUSER, 2008, p. 211).

Finalmente, nas relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita a conexão entre petróleo e segurança é evidente. Acordo tácito entre os países garante acesso dos Estados Unidos ao petróleo e à economia do Golfo Pérsico, em troca da segurança do Reino saudita contra ameaças externas. A Arábia Saudita possui a maior capacidade produtiva no que se refere ao petróleo, e é o maior exportador mundial do produto. Ademais, o Reino foi o maior cliente do complexo-

⁴⁶ A *National Security Strategy for the United States* (1991), *Quadrennial Defense Review* (1997), *Strategic Assessment* (1999), *Strengthen America's Energy Security* (2000), *Quadrennial Defense Review* (2001), entre outros (FUSER, 2008, p. 200-201).

industrial-militar estadunidense entre 2014 e 2018, e o maior importador mundial de armas em 2018 (SIPRI, 2019a). Por outro lado, os EUA são atualmente os maiores importadores de petróleo e os maiores exportadores de armas do mundo. Percebe-se, assim, uma relação de dependência mútua nos setores bélico e petrolífero (objetos abordados nas seções posteriores).

3.5 Petróleo: abundância, interdependência e poder

“Esse produto é o sangue da terra; é a alma da indústria moderna; é a eficiência do poder militar; é a soberania; é a dominação”. “Tê-lo é ter o Sésamo abridor de todas as portas. Não tê-lo é ser escravo” (MONTEIRO LOBATO, 1979).

De 1860 até meados dos anos 1970, os Estados Unidos eram o líder mundial tanto na produção quanto no consumo de petróleo. Contudo, em outubro de 1970, a produção estadunidense atingiu seu ápice histórico e começou a decair. Por outro lado, o consumo norte-americano continuou crescendo rapidamente. Assim, as importações estadunidenses dobraram entre os anos 1969 e 1973. Consequentemente, os Estados Unidos perderam o status de produtor “*swing*”, isto é, produtor com o poder de balançar o mercado (ROSS, 2015, p. 72-73; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

Um fator de suma importância para compreensão do fim da supremacia estadunidense no mercado petrolífero internacional é a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960. Nos anos posteriores à fundação da Organização - nas décadas 1960 e 1970 - houve uma onda de nacionalizações das indústrias nos países-membros. E isso levou ao declínio do oligopsonio das chamadas Sete Irmãs⁴⁷, que, ao final dos anos 1950, controlavam aproximadamente 98% do petróleo comercializado no mundo fora dos Estados Unidos e do bloco comunista. A Arábia Saudita, como detentora de grandes reservas de petróleo, desempenhou papel crucial na criação da Organização (ROSS, 2015, p. 70-74; LEVY, 1982, apud ROSS, 2015, p. 56; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

Hoje, é possível afirmar que o Reino Saudita possui a maior capacidade produtiva mundial no que se refere ao petróleo. Embora ocupe a segunda posição mundial no ranking de reservas provadas⁴⁸ e o segundo em produção⁴⁹, é o maior exportador global e, entre os grandes produtores, aquele que tem a influência política proveniente de estreitos laços com a potência

⁴⁷ As sete empresas eram a Standard Oil de New Jersey (mais tarde Exxon), a Standard Oil da Califórnia (futura Chevron), a Anglo-Iranian Oil Company (posteriormente BP), a Mobil, a Texaco, a Gulf e a Royal Dutch Shell. Por volta de 2010, essas empresas consolidaram-se em quatro (Exxon-Mobil, BP, Shell e Chevron Texaco) e ainda estavam entre as maiores companhias de petróleo do mundo (ROSS, 2015, p. 25).

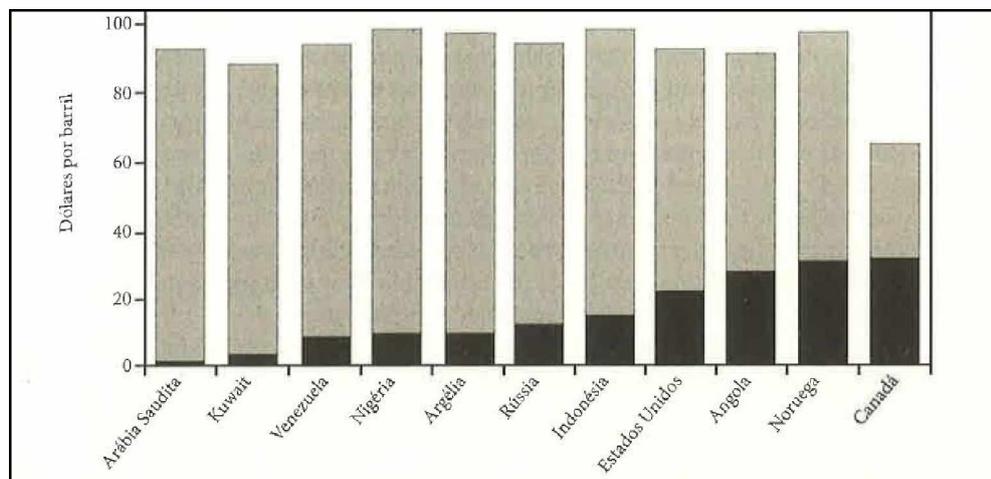
⁴⁸ Atrás, apenas, da Venezuela (CIA, 2018).

⁴⁹ Atrás, somente, da Rússia (CIA, 2018).

hegemônica norte-americana. Ainda, é aquele que exerce papel de liderança em organizações internacionais relevantes, como a OPEP (GASTALDI e MENDONÇA, 2019)

A Arábia Saudita tem a capacidade de extrair petróleo a um custo inferior em relação aos seus concorrentes, o que lhe garante maior poder de mercado e vantagens competitivas no setor. O país pode afetar unilateralmente os preços globais, sendo capaz de, por exemplo, aumentar sua produção durante crises a fim de manter a oferta e atenuar efeitos de uma elevação no preço do petróleo bruto (ROSS, 2015, p. 36; HAYNES, 2009, p. 63).

Figura 1. Os preços e as receitas de petróleo em países selecionados, 2008



Fonte: Ross (2015, p. 55).

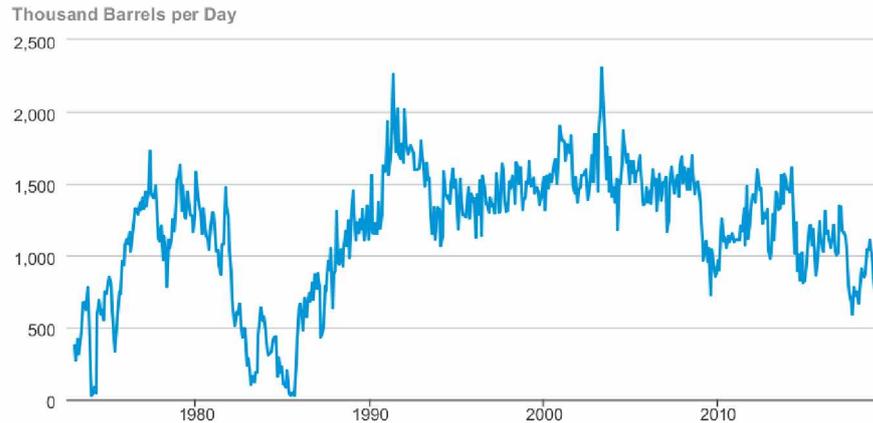
A altura das barras representa o preço do petróleo exportado por cada país em janeiro de 2008. As seções mais escuras representam os custos de extração, e as mais claras, as receitas. Fontes de dados: Energy Information Administration Web (2009); Hamilton e Clemens (1999). Extraído de: Ross (2015, p. 55).

Os Estados Unidos são os maiores consumidores de petróleo do mundo em termos absolutos⁵⁰. Investimentos massivos vêm sendo realizados no setor petrolífero doméstico desde 2001, quando o então presidente George W. Bush anunciou a National Energy Policy (Política Nacional de Energia) que visava à redução do crescimento da dependência norte-americana do petróleo importado diante das estimativas de que, se as tendências fossem mantidas, os Estados Unidos importariam dois terços do seu consumo de petróleo em vinte anos. Desde então, a produção doméstica foi notavelmente incentivada. E isso, combinado ao desenvolvimento de fontes alternativas de energia, resultou na desaceleração da taxa de aumento do consumo de

⁵⁰ Com apenas 5% da população mundial, os Estados Unidos consumiram, em 2003, 27% de todo o petróleo produzido no planeta (FUSER, 2008, p. 48).

petróleo e outros combustíveis líquidos, verificada também em outros países da OCDE. Nos Estados Unidos, a redução das importações de petróleo saudita foi significativa. A Figura 2 apresenta este decréscimo (NEP, 2001; FUSER, 2008, p. 208-209; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

Figura 2. Importações dos EUA de petróleo saudita



Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019a).

Porém, mesmo com a redução das importações pelo aumento da produção doméstica, os Estados Unidos não são autossuficientes em petróleo. Como já mencionado, o país é o maior importador de petróleo do mundo. Suas importações, segundo dados apresentados pela CIA (2018), ultrapassam o montante exportado pela Arábia Saudita para o mundo inteiro. A Tabela 1 apresenta dados referentes à produção, exportações, importações, consumo e reservas provadas de petróleo - da Arábia Saudita e dos Estados Unidos, respectivamente.

Tabela 1. Quadro comparativo Arábia Saudita e Estados Unidos - petróleo

	Arábia Saudita	Estados Unidos
Produção	10.460.000 barris/dia (2°)	8.853.000 barris/dia (3°)
Exportações	7.273.000 barris/dia (1°)	590.900 barris/dia (21°)
Importações	0 barril/dia (194°)	7.850.000 barris/dia (1°)
Consumo	2.643.000 barris/dia (5°)	19.150.000 barris/dia (1°)
Reservas provadas	266.499.997.696 barris/dia (2°)	36.520.001.536 barris/dia (11°)

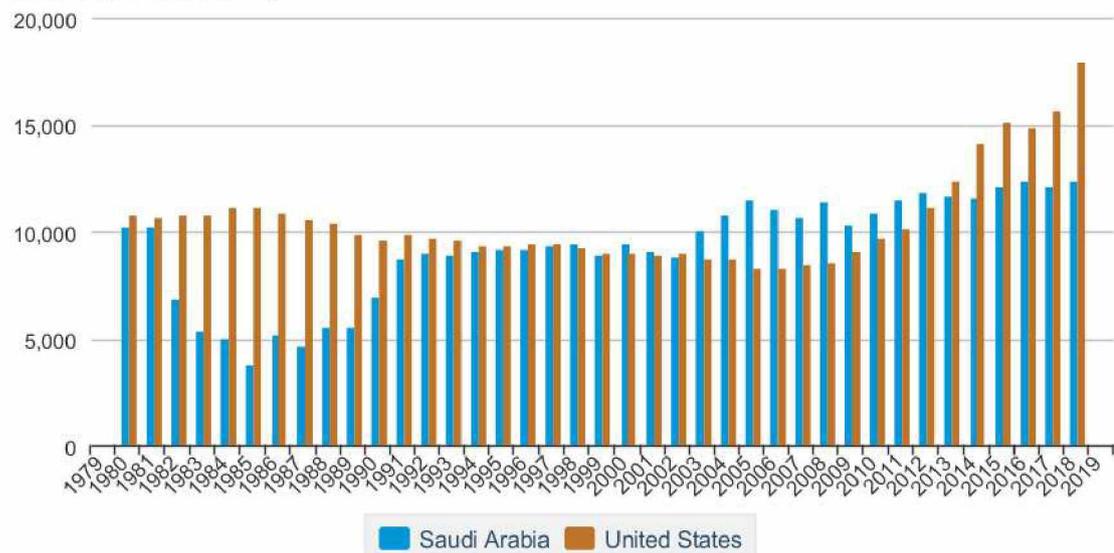
Os números ordinais entre parênteses indicam a posição do país no ranking internacional em cada item considerado, segundo o Index Mundi (2019). Fonte de dados: CIA (2018). Elaboração: Gastaldi e Mendonça (2019).

Os valores referentes a produção (Figura 3), exportações (Figura 4), importações (Figura 5), consumo (Figura 6) e reservas provadas (Figura 7) a partir de 1979 - condicionados a disponibilidade dos dados - estão representados graficamente a seguir. Tomou-se como fonte de dados o U.S. Energy Information Administration, agência vinculada ao Departamento de Energia dos Estados Unidos. Os gráficos foram elaborados por meio de ferramenta disponível na página eletrônica da agência.

Figura 3. Arábia Saudita e EUA: produção de petróleo e outros líquidos (1980-2018)

Petroleum and other liquids production

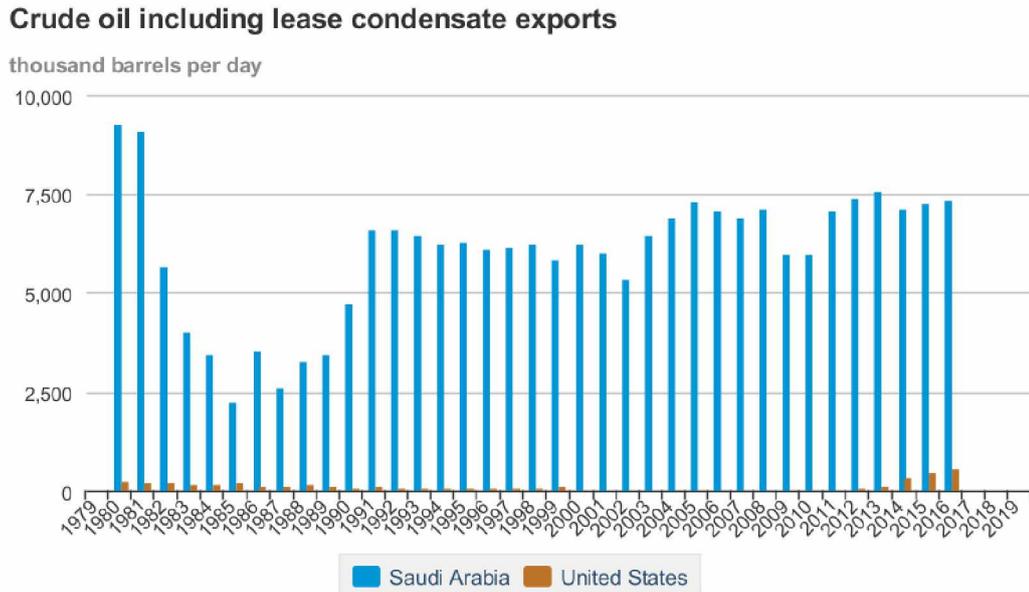
thousand barrels per day



Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019b).

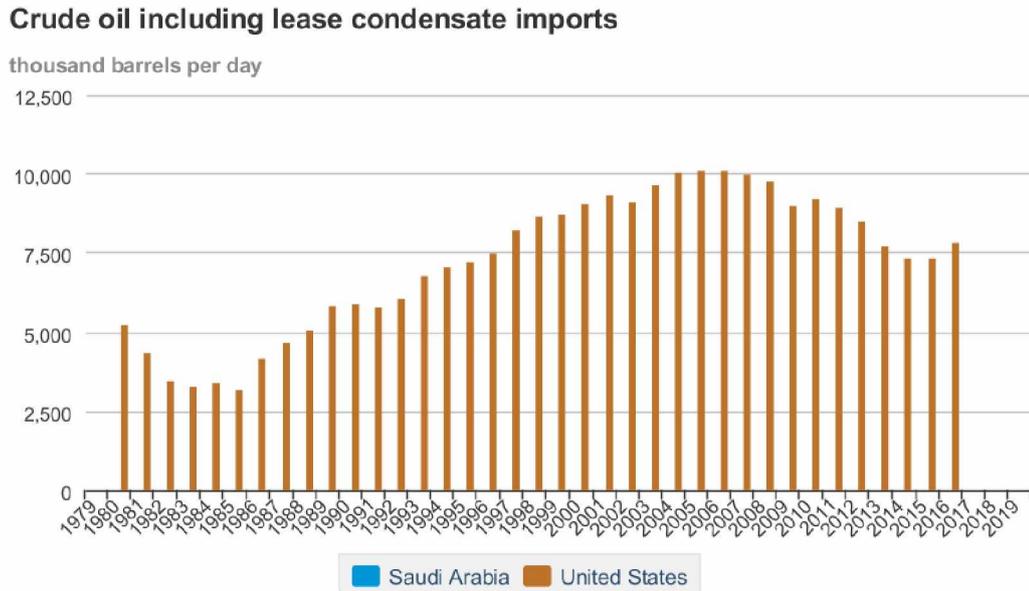
Figura 4. Arábia Saudita e EUA: exportações de petróleo (1980-2016)



eia Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019b).

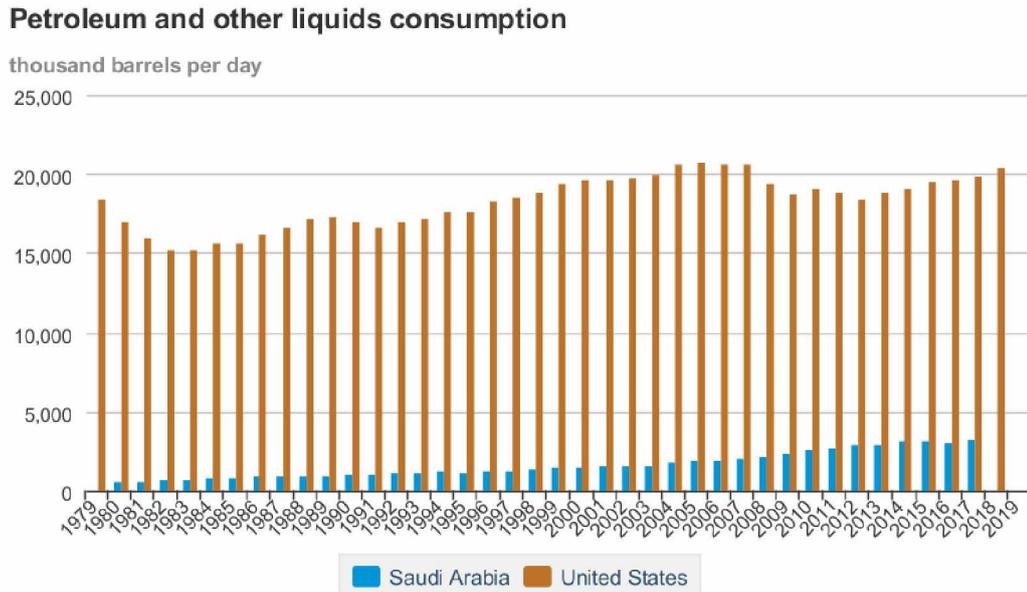
Figura 5. Arábia Saudita e EUA: importações de petróleo (1980-2016)



eia Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019b).

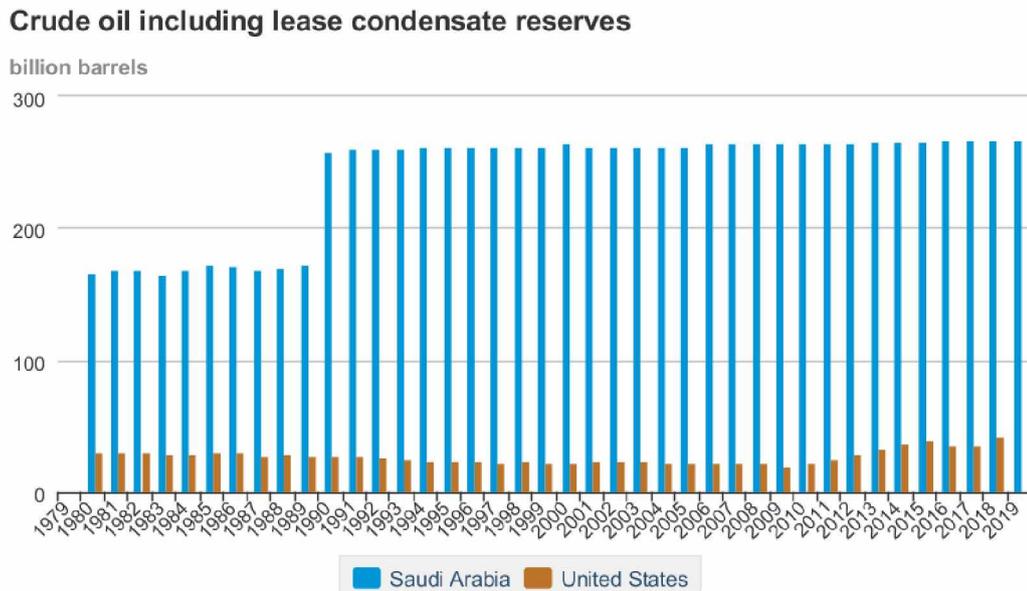
Figura 6. Arábia Saudita e EUA: consumo de petróleo e outros líquidos (1979-2018)



eia Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019b).

Figura 7. Arábia Saudita e EUA: reservas de petróleo provadas (1980-2019)



eia Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: U.S. Energy Information Administration (2019b).

O mercado petrolífero possui algumas características singulares, tais como a volatilidade dos preços⁵¹ e seu uso como barganha e retaliação política. Dessa forma, é possível verificar mudanças significativas num curto espaço de tempo, ainda que a demanda seja inelástica. Assim, o ranking internacional pode alterar-se com relativa facilidade. Entretanto, isso não impede avaliações essenciais (GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

Primeiro, é evidente que existe interdependência entre o maior exportador (Arábia Saudita) e o maior importador (Estados Unidos) de petróleo. Mas, isto vai além do mero fato de que o primeiro precisa vender e o último precisa comprar. Por essa perspectiva, o mais vantajoso para os Estados Unidos seria obter petróleo abundante e barato, enquanto o mais benéfico para a Arábia Saudita, como ofertante, seria expandir lucros pela exploração dos preços, dado seu poder de mercado (Ibid.)

No entanto, faz-se necessário considerar um segundo fator. Para que a indústria petrolífera estadunidense se desenvolva e cresça, é preciso que a produção interna seja vantajosa para os Estados Unidos. Se for mais barato importar do que produzir, torna-se inviável a produção interna sem grandes investimentos estatais ou medidas protecionistas de alto custo político e econômico (Ibid.).

Por fim, o mercado petrolífero está inserido no sistema capitalista neoliberal, em última instância, gerido pela potência hegemônica responsável por sua institucionalização e expansão pelo mundo. Nesse sentido, os Estados Unidos são gestores do sistema econômico mundial, dentro do qual o mercado de petróleo encontra-se e é dependente. Portanto, no que tange ao petróleo, Estados Unidos e Arábia Saudita são mutuamente dependentes e necessitam coordenar suas políticas a fim de obter condições propícias ao desenvolvimento de ambos (Ibid.).

3.6 Armas: o complexo industrial-militar estadunidense e o aliado indispensável

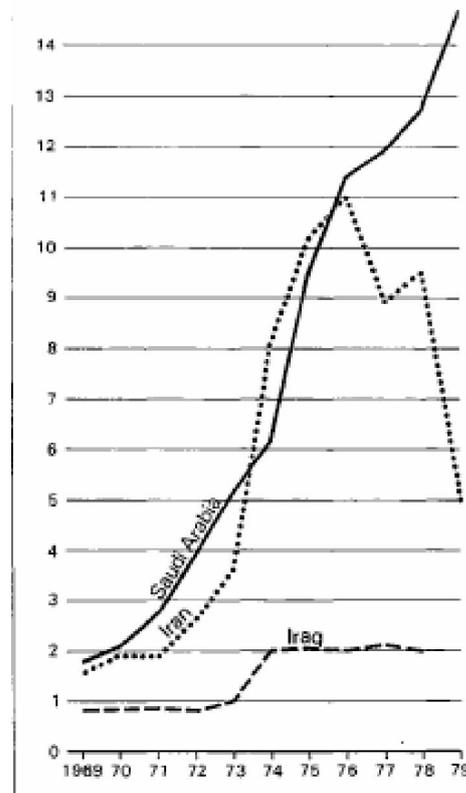
“Acredito que os Estados Unidos da América devam continuar sendo o modelo de conduta na guerra. Isso é o que nos faz diferentes daqueles que combatemos” (BARACK OBAMA, 2009 apud STONE e KUZNICK, 2015, p. 343).

⁵¹ O preço do petróleo subiu de US\$ 1,80 o barril, em 1970, para mais de US\$ 36 em 1980. Porém, de 1980 a 1986, o preço real do petróleo caiu em mais de dois terços, pois o governo saudita aumentou sua produção, ao mesmo tempo em que os países ocidentais reduziram seus consumos. De 1986 a 1999, os preços estabilizaram-se. Entretanto, no novo milênio, o preço do petróleo disparou, aumentando de US\$ 10 o barril, em janeiro de 1999, para mais de US\$ 145 o barril em julho de 2008. Apenas cinco meses depois, o preço colapsou para menos de US\$ 40 o barril (ROSS, 2015, p. 70-74). Já na primeira metade de 2014, o preço do barril de petróleo estava acima de US\$ 100. Posteriormente, caiu significativamente, atingindo US\$ 22,48 em janeiro de 2016 (OPEP, 2016, p. 342).

A política dos “dois pilares” gerou aumento substancial das despesas militares do Irã e da Arábia Saudita no início dos anos 1970. Nesse período, a Casa Branca atendeu a todos os pedidos apresentados por esses dois grandes aliados. Assim, os mais modernos artefatos do arsenal estadunidense foram entregues aos iranianos e sauditas, no Golfo Pérsico.

O Irã recebeu 190 aviões de combate Phantom F-4, oitenta caças supersônicos F-14 e 460 tanques M-60A1, entre outros equipamentos; a lista de compras da Arábia Saudita incluía sessenta caças Eagle F-15, duzentos helicópteros de ataque AH-1S e 250 tanques M-60A1. O Irã aumentou imediatamente sua presença militar no Golfo Pérsico, passando a patrulhar diretamente o Estreito de Hormuz – um ponto vital para a passagem de navios-petroleiros. A primeira oportunidade de usar os novos equipamentos para defender os interesses ocidentais na região surgiu no início de 1973, quando o sultão de Omã pediu ajuda ao xá para esmagar uma revolta esquerdista na província de Dhofar. Com o pleno apoio da Casa Branca, o Irã utilizou os recém-adquiridos helicópteros *made in USA* para transportar 1.200 soldados na bem-sucedida intervenção em Omã. Em contraste com o Irã, que deu prioridade à projeção do poderio militar em âmbito regional, a monarquia saudita dedicou a boa parte dos novos armamentos ao reforço de sua segurança interna. Em paralelo às Forças Armadas, o regime formou uma poderosa Guarda Nacional, especialmente voltada para a defesa da Casa de Saud (FUSER, 2008, p. 120).

Figura 8. Gastos militares Arábia Saudita, Irã e Iraque (1969-1979)



Os valores estão em mil milhões de dólares, em preços constantes e taxas de câmbio referentes ao ano 1978. Fonte: SIPRI (1980, p. 10).

Entre 1970 e 1978, o Irã gastou US\$ 20 bilhões em equipamentos militares importados dos Estados Unidos, o equivalente a 25% das exportações norte-americanas de material bélico no período em questão. Essas compras ajudaram a aliviar o déficit no comércio exterior dos Estados Unidos após o embargo petrolífero de 1973, além de se mostrarem providenciais para manter o “complexo-industrial-militar” estadunidense em atividade durante o período de magros orçamentos que se seguiu à derrota no Vietnã (FUSER, 2008, p. 141).

Kissinger, o cérebro por trás da política externa dos governos Nixon e Ford, defendia entusiasticamente o reforço do poderio militar iraniano. Segundo ele, essa era a melhor estratégia para evitar “um vácuo perigoso” no Golfo Pérsico que deixaria os regimes conservadores vulneráveis às pressões políticas do Iraque, um aliado da União Soviética (Ibid., p. 141-142). No entanto, os Estados Unidos não se atentaram para a fragilidade do regime do xá. Em 1979, o Irã se tornou uma república islâmica teocrática, inimiga dos Estados Unidos, e com significativo poderio militar resultante da política de segurança implementada na região pelo *hegemon* durante os anos precedentes.

Após o aumento das taxas de juros promovido por Paul Volcker, em 1979, o crescimento industrial dos Estados Unidos seria particularmente dirigido por uma grande expansão do orçamento de defesa, administrando, assim, um crescente déficit orçamentário e atraindo capitais do exterior (GOWAN, 2003, p. 230). Entretanto, não mais podia-se contar com intensas relações comerciais com o Irã. Os Estados Unidos haviam perdido um grande aliado. Porém, conflitos regionais posteriores, com participação iraniana, beneficiaram o complexo industrial-militar norte-americano. A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) é um exemplo apropriado.

Assim, durante as décadas 1970 e 1980, houve um crescimento significativo no comércio bélico como um todo. Grande parte do suprimento de armas foi enviada ao Oriente Médio (para Israel, Arábia Saudita, Irã, Iraque, entre outros). Gill e Law (1988) argumentam que Estados Unidos, União Soviética, Israel, França e Grã-Bretanha possuíam um interesse financeiro na continuação da guerra entre Irã e Iraque durante os anos 1980, a fim de preservarem seus papéis como fornecedores de armas. Os interesses partilhados entre Estados Unidos, União Soviética e os demais Estados supracitados justificam, em parte, a longa duração da Guerra. E há evidências de que, nos anos 1970 e início dos anos 1980, a alta do preço do petróleo à época (segundo “choque” do petróleo) esteve relacionada à compra de armas pelo Oriente Médio (GILL e LAW, 1988, p. 113-114).

Com o colapso da política dos “dois pilares”, a Arábia Saudita adquiriu maior relevância estratégica, tornando-se aliada preferencial dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. Contudo, as

relações bilaterais enfrentaram alguns impasses. Em junho de 1981, a Força Aérea Israelense, usando aviões norte-americanos F-15 e F-16, destruiu o reator nuclear de Osirak, no Iraque. Autoridades de Washington não foram consultadas ou avisadas com antecedência, violando lei que proíbe o uso ofensivo de armas norte-americanas sem o consentimento expresso do governo dos Estados Unidos (FUSER, 2008, p. 160-161). Reagan reprovou publicamente o ato israelense, mas afirmou que “Israel tinha motivos de preocupação à luz da história recente do Iraque” (BROWN, 1994, p. 426 apud FUSER, 2008, p. 161).

A agressão ao Iraque gerou desconforto aos sauditas pela insegurança perante a ameaça de Israel. E a repercussão negativa do ataque israelense complicou a venda de armamentos dos Estados Unidos para a Arábia Saudita, em rápida expansão desde o início da Guerra Irã-Iraque. Naquele período, o Reino estava construindo sua Força Aérea, e os Estados Unidos eram seu fornecedor mais importante. Em abril de 1981, o governo Reagan recomendou ao Congresso que aprovasse a venda de cinco unidades do moderno avião-radar AWACS (Airbone Warning and Control System) para a Arábia Saudita. Contudo, os equipamentos diminuiriam a vantagem israelense de controlar o espaço aéreo no caso de uma guerra contra países árabes. Então, para impedir a transação, o governo israelense recorreu à AIPAC (Comitê Israelense-Americano de Assuntos Públicos, na sigla em inglês), principal *lobby* político da comunidade judaica norte-americana. O resultado foi “a maior controvérsia já ocorrida no país em relação à venda de armamentos a algum país estrangeiro” (FUSER, 2008, p. 162).

Depois de meses de debate, o Congresso votou a questão. Com uma vitória apertada no Senado e a aprovação de Reagan, a venda foi realizada. No entanto, nos anos seguintes, a AIPAC alcançou melhores resultados em novos confrontos no Congresso. Conseguiu impedir que os sauditas recebessem uma remessa adicional de caças-bombardeiros F-15 e que tivessem acesso aos mísseis Lance, também de fabricação norte-americana. À revelia dos Estados Unidos, a monarquia saudita recorreu à República Popular da China para aquisição das armas desejadas. As negociações secretas, realizadas entre 1986 e 1987, resultaram na venda de cerca de sessenta mísseis chineses à Arábia Saudita – uma transação que desagradou a Washington (Ibid.).

Ainda assim, as relações bilaterais permaneceram inabaláveis. Ao longo da Guerra do Golfo, cerca de quinhentos mil soldados norte-americanos abrigaram-se na Arábia Saudita, principal plataforma terrestre para a operação militar que expulsou os iraquianos do Kuwait. No transcorrer da década de 1990, os Estados Unidos mantiveram em média cinco mil militares na Arábia Saudita e, no período de 1991 a 2000, mais de 240 mil missões individuais foram realizadas pela Força Aérea dos Estados Unidos a partir de bases localizadas em território

saudita. Nesse intervalo de tempo, empresas de armamento norte-americanas venderam aproximadamente US\$ 40 bilhões em equipamentos militares para a Arábia Saudita, e o país tornou-se o melhor cliente estrangeiro do complexo industrial-militar estadunidense (FUSER, 2008, p. 83-218; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

Dados referentes aos gastos militares da Arábia Saudita e dos Estados Unidos, à participação desses atores no comércio bélico internacional e às relações bilaterais no setor são apresentados abaixo. Utilizou-se dados disponibilizados em relatórios anuais do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) referentes ao período posterior a 1979.

Tabela 2. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (1980-1989)

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
EUA	206 573	220 955	240 616	258 828	270 923	290 026	305 076	300 890	294 901	289 139
Arábia Saudita	16 114	18 557	21 614	20 899	19 513	18 666	16 684	16 384	14 887	...

Valores em milhões de dólares, a preços constantes e taxas de câmbio de 1988.

Fonte de dados: SIPRI (1990). Elaboração nossa.

Tabela 3. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (1990-1999)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
EUA	356 994	313 647	331 280	313 784	296 188	278 856	263 727	262 159	256 051	259 913
Arábia Saudita	14 913	28 433	15 369	17 360	14 997	13 218	13 204	17 926	16 409	14 523

Valores em milhões de dólares, a preços constantes e taxas de câmbio de 1995.

Fonte de dados: SIPRI (2000). Elaboração nossa.

Tabela 4. EUA e Arábia Saudita: gastos militares (2000-2016)

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
EUA	420496	475971	590447	628211	692402	768466	715838	618341	600106
Arábia Saudita	31866	29796	33368	45802	51781	55379	63514	85435	63673

Valores em milhões de dólares, a preços constantes e taxas de câmbio de 2016.

Fonte de dados: SIPRI (2019b). Elaboração nossa.

Tabela 5. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (1979-1988)

	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
EUA	5	5,4	5,7	6,3	6,5	6,4	6,6	6,7	6,4	6,1
Arábia Saudita	21,1	16,6	14,5	21,1	20,3	20,9	22	22,4	22,7	...

Fonte de dados: SIPRI (1990). Elaboração nossa.

Tabela 6. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (1990-1998)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
EUA	5,3	4,7	4,9	4,5	4,1	3,8	3,5	3,4	3,2
Arábia Saudita	12,8	22,6	11,7	13,9	11,9	10,3	9,5	12,4	12,8

Fonte de dados: SIPRI (2000). Elaboração nossa.

Tabela 7. EUA e Arábia Saudita: gastos militares % PIB (2000-2016)

	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016
EUA	2,9	3,2	3,8	3,8	4,2	4,7	4,2	3,5	3,2
Arábia Saudita	10,6	9,8	8,1	7,8	7,4	8,6	7,7	10,7	9,9

Fonte de dados: SIPRI (2019c). Elaboração nossa.

As Tabelas 5, 6 e 7 apresentam a porcentagem do PIB dos Estados Unidos e da Arábia Saudita destinada aos gastos militares entre 1979 e 2016. Os valores expressam a importância dada à segurança por cada Estado nos respectivos anos de referência e a disposição política para investimentos em defesa e segurança. Isto é reflexo das ameaças reais e percebidas aos atores em questão.

Figura 9. Arábia Saudita: porcentagem de armas importadas dos EUA, Europa Ocidental e USSR (1970-1989)

The changing percentage of arms imported from the USA, Western Europe^a and the USSR, by selected Middle Eastern countries, 1970s–1980s

Country	Percentage of arms imports from the USA		Percentage of arms imports from W. Europe		Percentage of arms imports from the USSR	
	1970s	1980s	1970s	1980s	1970s	1980s
Egypt	3	67	7	22	87	–
Israel	96	99	4	–	–	–
Iran	78	3	20	10	1	–
Iraq	–	5	8	22	90	53
Libya	1	1	18	21	74	72
Saudi Arabia	70	46	26	36	–	–
Syria	–	–	1	–	95	91
Turkey	72	40	28	60	–	–

^a Western Europe here includes only members of NATO.

Fonte: SIPRI (1990, p. 233).

A porcentagem de armas de fabricação estadunidense importada pela Arábia Saudita (dentro do montante total de armas adquiridas pelo país) caiu entre os anos 1970 e 1989. Isto ocorreu pela diversificação de fornecedores e pela compra de cerca de 60 mísseis chineses, de alcances variados, na segunda metade da década de 1980.

Tabela 8. Exportações de armas estadunidenses para a Arábia Saudita (2001-2018)

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
33	89	117	324	153	172	150	248	244	358	397	394	607	1411	1714	1746	3246	3353
Total: 14757																	

Fonte de dados: SIPRI (2019d). Elaboração nossa.

A Tabela 8 apresenta as exportações anuais de armas dos Estados Unidos para a Arábia Saudita entre 2001 e 2018. Os valores estão em milhões de dólares.

Figura 10. Os maiores exportadores e importadores de armas (2014-2018)

THE MAIN EXPORTERS AND IMPORTERS OF MAJOR ARMS, 2014-18					
		Global			Global
Exporter		share (%)	Importer		share (%)
1	USA	36	1	Saudi Arabia	12
2	Russia	21	2	India	9.5
3	France	6.8	3	Egypt	5.1
4	Germany	6.4	4	Australia	4.6
5	China	5.2	5	Algeria	4.4
6	UK	4.2	6	China	4.2
7	Spain	3.2	7	UAE	3.7
8	Israel	3.1	8	Iraq	3.7
9	Italy	2.3	9	South Korea	3.1
10	Netherlands	2.1	10	Viet Nam	2.9

Fonte: SIPRI (2019e, p. 9)

Atualmente, a Arábia Saudita ocupa o primeiro lugar entre os maiores importadores de armas do mundo. Por outro lado, os Estados Unidos ocupam o primeiro posto entre os maiores exportadores (SIPRI, 2019e, p. 9).

Tabela 9. Exportações de armas para os 5 maiores exportadores (1979-2018)

Rank 1979-2018	Supplier	Total 1979-2018
1	USA	\$ 411.202,00
2	Soviet Union	\$179.162,00
3	Russia	\$ 140.057,00
4	France	\$ 83.735,00
5	Germany	\$ 70.168,00

Nota: Tabela elaborada pela autora a partir de dados extraídos de <<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/toplist.php>>.

Tabela 10. Importações de armas para os 5 maiores importadores (1979-2018)

Rank 1979-2018	Recipient	Total 1979-2018
1	India	\$ 92.534,00
2	Saudi Arabia	\$ 60.160,00
3	China	\$ 46.021,00
4	Japan	\$ 44.068,00
5	South Korea	\$ 43.239,00

Nota: Tabela elaborada pela autora a partir de dados extraídos de <<http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/toplist.php>>.

A Força Aérea saudita é a mais bem preparada do Golfo Pérsico, com contingente de 34 mil ativos equipados com alta tecnologia. A Marinha saudita está entre as mais desenvolvidas da região, com instalações modernas e bom sistema de comando e controle. Em 2017, a Arábia Saudita empregou cerca de 10,3% de seu PIB em gastos militares⁵². Em 2018, o Reino foi o maior importador mundial de armas, comprando cerca de 12% do total das armas exportadas no mundo. Por outro lado, os Estados Unidos foram os maiores exportadores, responsáveis por cerca de 36% das armas vendidas no comércio internacional. Entre 2014 e 2018, a Arábia Saudita foi o maior cliente da indústria de armas norte-americana, adquirindo 22% das exportações totais⁵³. As importações de armas do Reino Saudita aumentaram 192% entre os períodos 2009-2013 e 2014-2018. Nesses anos, os Estados Unidos supriram cerca de 68% da demanda saudita por importações (CEPIK et al., 2012, p. 46; SIPRI, 2019; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

De acordo com dados do governo saudita, apenas 2% dos gastos militares da Arábia Saudita são despendidos domesticamente. O restante do orçamento é gasto com importações, principalmente, dos Estados Unidos. Assim, o Reino exerce papel relevante na compra de excedentes do complexo industrial-militar estadunidense e contribui para o seu desenvolvimento. Nesse setor, é possível, então, afirmar relação de dependência mútua (REINO DA ARÁBIA SAUDITA, 2019; SIPRI, 2019; GASTALDI e MENDONÇA, 2019).

⁵² Nesse mesmo ano, somente o Omã empregou porcentagem maior de seu PIB em gastos militares, aproximadamente 12,1% (SIPRI, 2019a).

⁵³ Neste período, o Reino recebeu 33% das transferências de armas para o Oriente Médio. O Egito foi o segundo maior receptor, adquirindo 15% das transferências destinadas à região (SIPRI, 2019a).

CONCLUSÃO

As perspectivas críticas neogramscianas baseiam-se em metodologia historicista voltada à compreensão de estruturas históricas que limitam as opções de ação dos agentes, embora não determinem seus comportamentos. No sentido crítico as estruturas não são estáticas, mas históricas. Ou seja, possuem início e, possivelmente, fim – pois, através da luta por hegemonia surgem estratégias de resistência que impulsionam transformações estruturais.

O Estado é considerado o *locus* da formação de hegemonias. Quando a hegemonia de uma classe fundamental nacional supera os limites do Estado e atinge o âmbito externo, é possível falar em internacionalização/transnacionalização da hegemonia ou do bloco histórico ao qual ela se insere. Isso implica o estabelecimento de normas, ideias e instituições aceitas pela maioria dos membros envolvidos, isto é, legitimidade. A hegemonia nunca é total e indisputável. Por isso, a coerção constitui elemento essencial ao poder hegemônico.

É importante pontuar que o Estado é compreendido em seu sentido ampliado, formado por vínculo orgânico entre as sociedades civil e política. A sociedade política controla o aparato estatal responsável pelo exercício da coerção, enquanto a sociedade civil abarca os aparelhos privados de hegemonia. Nesse sentido, é possível afirmar que o Estado é instrumento da classe fundamental hegemônica. Dessa forma, o Estado nacional refere-se não apenas ao território, mas também às relações sociais que estabelecem controle pelas elites dominantes. Portanto, teorias críticas não são incompatíveis com análises interestatais, desde que o Estado seja considerado em sua concepção ampliada. As relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita podem, assim, ser analisadas sob este arcabouço teórico.

Com base nas perspectivas neogramscianas, é possível afirmar que há uma ordem hegemônica global dirigida pelas elites norte-americanas. A hegemonia estadunidense emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, através da exportação do modo de produção dominante no país pela implementação do Plano Marshall e pela criação das instituições-base do regime Bretton Woods.

A Segunda Guerra Mundial e os posteriores esforços para reconstrução dos países por ela afetados colocaram em evidência o papel do petróleo como recurso econômico-chave. Destacou-se, então, a relevância estratégica que as reservas do Golfo Pérsico tendiam a possuir nos anos vindouros. Qualquer projeto de domínio global estaria sujeito ao acesso e controle dos suprimentos não-renováveis de energia.

Com essa visão, os Estados Unidos trabalharam para consolidar uma rede de Estados-clientes na região do Golfo Pérsico. Esses Estados-clientes forneceriam recursos naturais à

potência em troca de segurança contra ameaças externas. Em suma, o objetivo era garantir a subserviência aos interesses políticos norte-americanos. Após estabelecida essa rede, movimentos por autonomia local passaram a ser reprimidos. O combate ao nacionalismo secular nasserista, a deposição do presidente Kassim e a posterior luta contra o regime do Baath são exemplos de ações do *hegemon* para preservar sua supremacia na região.

Em 1953, o golpe parlamentar a Mossadegh, com o envolvimento da CIA, expressou a disposição política dos Estados Unidos em exercer a coerção quando necessária ao alcance de seus objetivos econômicos. O golpe mostrou preponderância das empresas multinacionais amparadas pelos Estados Unidos em oposição aos Estados mais fracos.

Em 1971, Nixon declarou unilateralmente o fim da paridade dólar-ouro. Essa medida marcou o colapso do regime Bretton Woods e a reestruturação da hegemonia norte-americana sobre outras bases. Nesse processo de reestruturação, a crise petrolífera de 1973 teve particular relevância, por colocar servidores privados no centro do sistema financeiro internacional, intensificar o poder de Wall Street e consolidar a supremacia do dólar.

Mediante processo histórico apresentado, consolidou-se o chamado *Dollar Wall Street Regime* (DWSR). Os Estados Unidos, como ator dominante nos sistemas monetário e financeiro internacionais, solidificaram o que Strange (1987) define por poder estrutural – isto é, poder de configurar estruturas dentro do qual agentes diversos operam.

Faz-se necessário pontuar que a força exerceu papel essencial para a construção e para a preservação da hegemonia norte-americana. No Oriente Médio isso é evidente pelos diversos conflitos militares ocorridos com propósito (explícito ou implícito) de assegurar controle e acesso ao petróleo.

O recurso às armas pela potência hegemônica possui um segundo objetivo: preservar as relações de clientelismo entre os Estados Unidos e as monarquias do Golfo Pérsico. Essa é a estratégia denominada *divide et impera* (dividir para dominar), que consiste em manter controle sobre determinada área mediante a fragmentação das unidades de poder locais, impedindo que essas unidades se mantenham individualmente. Trata-se de promover “a cooperação com os interesses locais e a legitimidade do poder efetivo, em conjugação com a exploração da desunião dos adversários e dos súditos”. (HOBSBAWM, 2007, p. 83). Dessa forma, os Estados Unidos tiram proveito dos conflitos civis e interestatais para criar uma estrutura na qual os países do Golfo são inseridos como “raios” do “cubo da roda” de Washington⁵⁴, ou seja, mais dependentes dos Estados Unidos do que uns dos outros (ARRIGHI, 2008, p. 293-305).

⁵⁴ Analogia feita pelo comentarista alemão Josef Joffe para descrever as relações entre a Grã-Bretanha, a Rússia e a Áustria (os “raios”) e a Prússia de Bismarck (o “cubo da roda”).

Durante os anos 1970 e 1980 o complexo-industrial-miliar estadunidense desenvolveu-se massivamente. A indústria militar movimentou a economia estadunidense de maneira significativa. Para ser competitivas, muitas empresas de alta tecnologia optam por estratégias que envolvem economias de escala. Se o mercado doméstico não é grande o suficiente, exportações são necessárias para gerar receitas. Há, assim, uma evidente contradição: por razões de segurança nacional, Estados desejam monopolizar certas tecnologias militares, mas a competição internacional e a economia da inovação tecnológica exigem das companhias - e dos países - políticas que facilitem a difusão. Desse modo, grande parte do suprimento de armas foi enviada ao Oriente Médio (para Israel, Irã, Iraque, entre outros) (GILL e LAW, 1988, p. 113-114).

Essa dinâmica resultou na crescente militarização dos territórios do Oriente Médio, no crescimento da instabilidade política e no aumento da dependência dos Estados-clientes em relação aos seus patronos. Criou-se uma estrutura difícil de ser quebrada.

Ademais, a energia foi securitizada, e evidenciadas as interconexões entre petróleo e armas. Nesse sentido, um país emerge como ator de extrema relevância. Trata-se da Arábia Saudita - maior exportador mundial de petróleo e grande cliente da indústria militar estadunidense. Por análise previamente realizada, conclui-se que nos âmbitos da indústria bélica e do mercado petrolífero, Arábia Saudita e Estados Unidos desenvolveram relação de dependência mútua, com impacto direto sobre o cenário comercial global. É possível, assim, concluir que a Arábia Saudita é (ainda) o pilar do poder global estadunidense no Golfo Pérsico.

REFERÊNCIAS

AARTS, Paul. The Middle East: A region without regionalism or the end of exceptionalism?. *Third World Quarterly*, [s.l.], v. 20, n. 5, p.911-925, out. 1999.

<https://doi.org/10.1080/01436599913406>

ANAZ, Necati. Understanding the contemporary United States and European Union foreign policy in the Middle East. *Estudios Políticos*, Medellín, v. 1, n. 38, p.175-194, jun. 2011.

ASHFORD, Emma. Unbalanced Rethinking America's Commitment to the Middle East. *Strategic Studies Quarterly*, [s.l.], v. 12, n. 1, p.127-148, 2018.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 432 p. Tradução de: Beatriz Medina.

ASHFORD, Emma. Unbalanced Rethinking America's Commitment to the Middle East. *Strategic Studies Quarterly*, [s.l.], v. 12, n. 1, p.127-148, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Saudi Arabia: Data**. 2019. Disponível em:

<<https://data.worldbank.org/country/saudi-arabia>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

BARRETT, Roby C. **Saudi Arabia: Modernity, Stability, and the Twenty-First Century Monarchy**. Florida: Joint Special Operations University, 2015. 123 p. Disponível em: <<http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a620023.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

<https://doi.org/10.21236/ADA620023>

BBC BRASIL. 3 perguntas para entender a 'guerra fria' entre Irã e Arábia Saudita, que ameaça desestabilizar ainda mais o Oriente Médio. **BBC Brasil**, 15 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-41980960>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BIELER, Andreas; MORTON, Adam. The Gordian Knot of Agent-Structure in International Relations: A Neo-Gramscian Perspective. *European Journal Of International Relations*, [s.l.], v. 7, n. 1, p.5-35, 2001.

<https://doi.org/10.1177/1354066101007001001>

BILGIN, Pinar. **Regional Security in the Middle East: A critical perspective**. Londres e Nova Iorque: RoutledgeCurzon, 2005. 246 p.

<https://doi.org/10.4324/9780203358320>

_____. Whose 'Middle East'? Geopolitical Inventions and Practices of Security. **International Relations**, [s.l.], v. 18, n. 1, p.25-41, mar. 2004.

<https://doi.org/10.1177/0047117804041739>

BINNENDIJK, Hans. **Friends, Foes, and Future Directions: U.S. Partnerships in a Turbulent World: Strategic Rethink**. Santa Monica: Rand, 2016. 164 p.

<https://doi.org/10.7249/RR1210>

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro; BRANCHER, Pedro. Arábia Saudita e Segurança Regional após as Revoltas no Mundo Árabe. **Boletim Meridiano 47**, [s.l.], v. 13, n. 47, p.44-49, 03-04, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017. 400 p. Tradução de: Renato Marques.

CIA. **The World Factbook**. 2018. Disponível em:

<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

COCKBURN, Patrick. **A Origem do Estado Islâmico**. São Paulo: Autonomia Literária, 2014. 207 p. Tradução de: Antonio Martins.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. In: SMITH, Steve et al. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 49-66.

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511558993.003>

DORSEY, James M. Saudi Arabia and Iran: the Battle for Hegemony That the Kingdom Cannot Win. **Przegląd Strategiczny**, [s.l.], n. 9, p.357-373, 15 nov. 2016.

<https://doi.org/10.14746/ps.2016.1.25>

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 73, p.61-72, nov. 2005.

<https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300005>

FMI. **World Economic Outlook: Challenges to Steady Growth**. Washington: International Monetary Fund, 2018. Disponível em:

<<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2018/09/24/world-economic-outlook-october-2018#Full%20Report>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo: Unesp, 2008. 254 p. (Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais).

<https://doi.org/10.7476/9788595461963>

GASTALDI, Fernanda Castro. Arábia Saudita e o Dilema da Graduação: política regional e relações Norte-Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 7., 2019, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: Abri, 2019. p. 1 - 16.

_____. Gramsci e o negacionismo climático estadunidense: a construção do discurso hegemônico no Antropoceno. **Revista Neiba: Cadernos Argentina-Brasil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.1-19, nov. 2018.

<https://doi.org/10.12957/neiba.2018.39247>

GASTALDI, Fernanda Castro; MENDONÇA, Filipe. Petróleo, armas e dinheiro: A Arábia Saudita e o poder global dos Estados Unidos (2001 - 2018). **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p.55-65, 2019.

GILL, Stephen. **Power and Resistance in the New World Order**. 2. ed. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. 288 p.

<https://doi.org/10.1057/9780230584518>

_____. Epistemology, ontology and the 'Italian school'. In: SMITH, Steve et al. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 21-48.

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511558993.002>

GILL, Stephen; LAW, David. Global Hegemony and the structural power of capital. In: SMITH, Steve et al. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 93-126.

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511558993.005>

_____. **The Global Political Economy: Perspectives, Problems, and Policies**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1988.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GREY, Felicia. How Oil Twists the Hegemon's Arm: The Case of the United States and Saudi Arabia and Their Ambivalent Partnership. **Digest Of Middle East Studies**, [s.l.], v. 26, n. 2, p.320-339, 12 jun. 2017.

<https://doi.org/10.1111/dome.12108>

GUZANSKY, Yoel. **The Arab Gulf States and Reform in the Middle East: Between Iran and the "Arab Spring"**. Nova Iorque: Palgrave Pivot, 2015. 147 p.

<https://doi.org/10.1057/9781137467836>

HAMID, Ahmad Fauzi Abdul. The Making of Nation-States in the Arab World: The Role of Oil, Islam and Arab Nationalism. **Jurnal Ikim**, [s. L.], v. 7, n. 2, p.19-43, jul-dez. 1999

HAYNES, Peter. Al-Qaeda, oil dependence, and US foreign policy. In: MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. (Ed.). **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009. Cap. 3. p. 62-74.

<https://doi.org/10.4324/9780203892831.ch3>

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p. Tradução de: José Viegas.

INDEX MUNDI. **Petróleo - produção**. Disponível em:

<<https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=88&l=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Petróleo - exportações**. Disponível em:

<<https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=95&l=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Petróleo - importações**. Disponível em:

<<https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=93&l=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Petróleo - consumo**. Disponível em:

<<https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=91&l=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

_____. **Petróleo - reservas provadas**. Disponível em:

<<https://www.indexmundi.com/g/r.aspx?t=0&v=97&l=pt>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

JERICHOW, Anders. Bedouin Society, Industrial Nation: Progress without change. In: JERICHOW, Anders. **Saudi Arabia: Outside Global Law and Order**. Surrey: Curzon Press, 1997. Cap. 3. p. 17-26.

JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk. Transnational Capital and Class Fractions. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (Ed.). **Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 1-324.

<https://doi.org/10.4324/9781351251945-1>

JONES, Toby Craig. America, Oil, and War in the Middle East. **The Journal Of American History**, [s. L.], v. 99, n. 1, p.208-218, jun. 2012.

<https://doi.org/10.1093/jahist/jas045>

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015. 427 p. Tradução de: Cláudio Figueiredo.

KLARE, Michael T. **Rising Powers, Shrinking Planet: The New Geopolitics of Energy**. New York: Holt Paperbacks, 2008. 339 p.

_____. **Bush-Cheney energy strategy:** procuring the rest of the world's oil. 2004.

Originalmente publicado por FPIF. Disponível em: <<http://www.resilience.org/stories/2004-01-18/bush-cheney-energy-strategy-procuring-rest-world's-oil/>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

KORANY, Bahgat. Political Petrolism and Contemporary Arab Politics, 1967-1983. **Journal Of Asian And African Studies**, Montreal, v. 21, n. 1-2, p.66-80, jan. 1986.

<https://doi.org/10.1177/002190968602100105>

LIEBERMAN, Robert C. The Politics of United States Foreign Policy under Barack Obama. **Revista de Ciencia Política**, Santiago, v. 29, n. 3, p. 829-845, 2009.

<https://doi.org/10.4067/S0718-090X2009000300008>

MATEUS, Rafael de Paula Fernandes. O Consenso de Washington e as propostas do Banco Mundial para a reforma do Estado em perspectiva política (1989 – 1997). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais....** Florianópolis: UFSC/UDESC, 2015. p. 1 - 17.

MENA, Sergio I. Moya. Irán y Arabia Saudí, rivalidades geopolíticas y escenarios de confrontación. **Oasis**, [s. L.], v. 27, p.47-66, jan-jun. 2018.

<https://doi.org/10.18601/16577558.n27.04>

MITTELMAN, James H. What Is Critical Globalization Studies? **International Studies Perspectives**. [s. l.], p. 219-230. ago. 2004.

<https://doi.org/10.1111/j.1528-3577.2004.t01-1-00170.x>

MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. **O Escândalo do Petróleo e do Ferro**. Brasília: Editora Brasiliense, 1979.

MORAES, Manoela Azevedo. A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística: Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 5, n. 5, p.47-61, mar. 2016.

MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. Introduction: the militarization of energy security. In: MORAN, Daniel; RUSSELL, James A. (Ed.). **Energy Security and Global Politics: The militarization of resource management**. New York: Routledge, 2009. p. 1-18. (Routledge Global Security Studies).

<https://doi.org/10.4324/9780203892831.ch0>

MORTON, Adam David. **Unravelling Gramsci: Hegemony and Passive Revolution in the Global Political Economy**. Londres: Pluto Press, 2007. 254 p.

NEP 2001. **Reliable, Affordable, and Environmentally Sound Energy for America's Future**: Report of the National Energy Policy Development Group. 2001. Disponível em: <<https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/energy/2001/index.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

O'HANLON, Michael. How Much Does the United States Spend Protecting Persian Gulf Oil? In: PASCUAL, Carlos; ELKIND, Jonathan (Ed.). **Energy Security: Economics, Politics, Strategies, and Implications**. Washington D.C.: Brookings Institution Press, 2010. Cap. 3., p. 59-72.

ONU. **World Economic Situation Prospects**. Nova Iorque: United Nations, 2018. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2018/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

OPEP. **OPEC World Oil Outlook**. Out. 2016. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/WOO%202016.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

OVERBEEK, Henk. Introduction - political economy, capital fractions, transnational class formation. In: JESSOP, Bob; OVERBEEK, Henk (Ed.). **Transnational Capital and Class Fractions: The Amsterdam School Perspective Reconsidered**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 1-324.

<https://doi.org/10.4324/9781351251945-1>

PALMER, Michael A. **Guardians of the Gulf: A History of America's Expanding Role in the Persian Gulf 1833-1992**. Nova Iorque: The Free Press, 1992.

PANITCH, Leo. Rethinking the role of the State. In: MITTELMAN, James H. (ed.). **Globalization: critical reflections**. London: Lynne Rienner Publishers, 1997.

PIETERSE, Jan Nederveen. **O fim do império americano?: Os Estados Unidos depois da crise**. São Paulo: Geração Editorial, 2009. 293 p.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o Bloco Histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142 p. Tradução de: Angelina Peralva.

RAMOS, Leonardo César Souza. **Hegemonia, revolução passiva e globalização: O sistema G7 / 8**. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2013. 384 p.

REINO DA ARÁBIA SAUDITA. **Vision 2030**. 2016. Disponível em: <<https://vision2030.gov.sa/en>>. Acesso em: 02 abr. 2019.

REIS, Tiago. **Consenso de Washington: um conjunto de medidas liberais para reformar a economia**. 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/consenso-de-washington/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ROCHA, Dyego Freitas; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. Revisando o conceito de Heartland na Política de Contenção Ocidental do séc. XXI. **Revista de Geopolítica**, Natal, v. 5, n. 1, p.1-14, jan./jun. 2014

ROSENFELD, Everett. **Obama at the UN: I won't hesitate to use force**. 2015. Disponível em: <<https://www.cnn.com/2015/09/28/obama-i-lead-strongest-military-wont-hesitate-to-protect-my-nation-or-allies-with-force.html>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

ROSS, Michael L. **A Maldição do Petróleo: Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Porto Alegre: Citadel, 2015. 318 p. Tradução de Giselle Viegas.

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.379-415, 1982. <https://doi.org/10.1017/S0020818300018993>

RUPERT, Mark. Alienation, capitalism and the inter-state system: towards a Marxian/Gramscian critique. In: SMITH, Steve et al. **Gramsci, Historical Materialism and International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 67-92. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511558993.004>

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370 p. Tradução de: Tomás Rosa Bueno.

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos. A Geopolítica do Médio Oriente. **Revista Militar**, Lisboa, n. 2488, p.521-0, maio 2009. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=474>. Acesso em: 20 out. 2019.

SIPRI. **Trends in International Arms Transfers, 2018**. 2019a. Disponível em: <<https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-fact-sheets/trends-international-arms-transfers-2018>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

_____. **Military expenditure by country, in constant (2017) US\$ m., 1988-201**. 2019b. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988-2018%20in%20constant%20%282017%29%20USD%20%28pdf%29.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **Military expenditure by country as percentage of gross domestic product, 1988-2018**. 2019c. Disponível em: <<https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988-2018%20as%20a%20share%20of%20GDP%20%28pdf%29.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **TIV of arms exports from United States, 2001-2018**. 2019d. Disponível em: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/html/export_values.php>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **SIPRI Yearbook 2019: World Armaments, Disarmament and International Security** (summary). 2019e. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/2019>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **SIPRI Yearbook 2000: World Armaments, Disarmament and International Security** (summary). 2000. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/2000>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **SIPRI Yearbook 1990: World Armaments and Disarmament**. 1990. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/1990>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

_____. **SIPRI Yearbook 1980: World Armaments and Disarmament**. 1980. Disponível em: <<https://www.sipri.org/yearbook/1980-0>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SKLAIR, Leslie. The Emancipatory Potential of Generic Globalization. **Globalizations**, [s.l.], v. 6, n. 4, p.525-539, dez. 2009.

<https://doi.org/10.1080/14747730903298918>

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos**. São Paulo: Faro Editorial, 2015. 356 p. Tradução de: Carlos Szlak.

STRANGE, Susan. The Persistent Myth of Lost Hegemony. **International Organization**, [s.l.], v. 41, n. 4, p.551-574, outono, 1987.

<https://doi.org/10.1017/S0020818300027600>

TYLER, Patrick E. **U.S. Strategy plan calls for insuring no rivals develop**. 1992.

Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1992/03/08/world/us-strategy-plan-calls-for-insuring-no-rivals-develop.html?pagewanted=all>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

U.S ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **U.S. Imports from Saudi Arabia of Crude Oil and Petroleum Products**. 2019a. Disponível em:

<<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=p&s=mttimussa2&f=m>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. **International Energy Statistics.**

2019b. Disponível em:

<<https://www.eia.gov/beta/international/data/browser/#/?c=410000000200006000000000000000g0002000000000000000001&vs=INTL.44-1-AFRC->

QBTU.A&ord=CR&cy=2012&vo=0&v=H&start=1980&end=2012>. Acesso em: 28 dez. 2019.

APÊNDICE A - Linha do Tempo Relações EUA-Oriente Médio-Arábia Saudita (1945-1979)

Bloco Histórico e suas principais características	Datas	Oriente Médio	EUA	Arábia Saudita
<p>Bretton Woods/liberalismo embutido (1945-1971)</p> <p>Construção de uma estrutura econômica, política e de segurança centrada nos EUA para o mundo não-comunista; paridade dólar-ouro; suprimento barato e abundante de recursos primários; aliança orgânica entre Estados do Ocidente; institucionalização do conflito econômico; livre comércio em âmbito internacional com intervenção estatal a nível nacional; produção e consumo em massa; incentivo ao investimento direto estrangeiro.</p> <p>→ globalização liberal</p>	1945	Fim da Segunda Guerra Mundial, regime BW entra em vigor, petróleo destaca-se como recurso estratégico		
			Aliança tácita (petróleo/segurança)	
	1946		Inauguração de base aérea estadunidense em Dharan	
	1950		Governo estadunidense concede crédito fiscal à ARAMCO	
	1951	Nacionalização da AIOC	Colaboração das majors no boicote ao petróleo iraniano promovido pela Grã-Bretanha	
	1953	Golpe parlamentar a Mossadegh, no Irã, com participação da CIA. Parte das reservas da AIOC entregue a empresas estadunidenses. Demonstração do poder das multinacionais e ascensão de bancos vinculados às petrolíferas (posterior núcleo do DWSR)		
	1956	Crise de Suez: Eisenhower contra a agressão das forças inglesas, francesas e israelenses. Vitória do Egito. Fim da hegemonia britânica no Oriente Médio		
	1957		Doutrina Eisenhower (tentativa de suprir vácuo de poder deixado pelo colapso da hegemonia britânica no Oriente Médio)	
	1958	Queda da monarquia iraquiana, ascensão de Kassim (nacionalista) Formação da República Árabe Unida (Egito e Síria)	EUA perdem importante aliado (Iraque)	Esquema para executar Nasser revelado pelo Tenente-coronel Abd-al-Hamid al-Sarraj
	1959	Cotas impostas pelos EUA prejudicam exportadores de petróleo	<i>Mandatory Import Program</i> – cotas de importação de petróleo	Cotas impostas pelos EUA prejudicam exportadores de petróleo
1960	Superoferta mundial de petróleo intensificada, criação da OPEP	Cartel das <i>majors</i> reduz preços de venda do petróleo duas vezes em menos de um mês	Superoferta mundial de petróleo intensificada, criação da OPEP	

	1961	Presidente Kassim anuncia Lei 80			
	1962	Golpe no Iêmen e eclosão de conflito civil no país			
	1963	Presidente Kassim deposto e executado num golpe militar com participação da CIA. Partido Baath ascende ao poder			
	1965	Lyndon Johnson articula execução da política dos “dois pilares”, aumentando remessas de armas para Irã e Arábia Saudita e chamando-os a assumir antigas responsabilidades militares britânicas. Irã torna-se “polícia” do Golfo Pérsico”			
	1967	Guerra dos Seis Dias: derrota árabe põe em dúvida credibilidade do sistema nacionalista e da ideologia nasserista. Árabes recorrem pela primeira vez ao embargo do petróleo, mas recurso não foi eficaz. Crise no sistema árabe pela transição entre pólos de liderança	Apoio a Israel	Embargo petrolífero ineficaz pelo excesso de produção no mercado internacional. Porém, petrolismo político em ascensão após queda do nasserismo. Arábia Saudita passa a expandir influência.	
	1971		Nixon declara fim da paridade dólar-ouro		
DWSR (1971-presente) Padrão dólar; centralidade dos EUA nos mercados monetário e financeiro internacionais; finanças privadas como núcleo das atividades do sistema financeiro internacional; volumes notáveis de comércio e de investimento especulativo internacionais; poder estrutural do capital transnacional → globalização transnacional	1972	Nacionalização da IPC (Iraque foi o primeiro país a expropriar completamente uma companhia ocidental)		Arábia Saudita adquire 20% de participação no capital da Aramco	
	1973	Guerra do Yom Kippur: Síria e Egito atacam Israel. Mas, Israel vence. Países árabes da OPEP retaliam e proclamam embargo petrolífero (primeiro “choque do petróleo”)	Ajuda militar para Israel Novo papel para os bancos privados nas relações financeiras internacionais, através da reciclagem dos petrodólares	Encorajamento à ofensiva árabe Participação no embargo petrolífero Elevação dos preços do petróleo gerou aumento das receitas em dólar, parte significativa gasta em produtos da indústria bélica estadunidense	
	1974	Fim do embargo petrolífero em março	Abolição dos controles de capital		
	1976			Nacionalização da ARAMCO. Companhia passa a se chamar Saudi-ARAMCO	
			Ford solicita ao xá iraniano e ao rei saudita o congelamento de preço do petróleo. O Rei Khalidi atende ao pedido, mas o xá o recusa. Arábia Saudita aumenta produção de petróleo.		

APÊNDICE B - Linha do Tempo Relações EUA-Oriente Médio-Arábia Saudita (1979-2016)

Bloco Histórico e suas principais características	Datas	Oriente Médio	EUA	Arábia Saudita	
<p>DWSR (1971-presente)</p> <p>Padrão dólar; centralidade dos EUA nos mercados monetário e financeiro internacionais; finanças privadas como núcleo das atividades do sistema financeiro internacional; volumes notáveis de comércio e de investimento especulativo internacionais; poder estrutural do capital transnacional</p> <p>→ globalização transnacional</p>	1979	Revolução Iraniana – regime teocrático instalado declara EUA como maior inimigo;	“Choque Volcker”	Após recusa em aumentar oferta para compensar a perda do petróleo iraniano no mercado internacional, a Arábia Saudita corta sua produção significativamente. Esse foi o segundo “choque” do petróleo	
		Crise dos reféns		Tomada da Grande Mesquita em Meca	
		Colapso da política dos “dois pilares”			
		Intervenção soviética no Afeganistão.	Fornecimento de equipamentos e financiamento aos guerrilheiros islâmicos afegãos.		
	1980	Guerra Irã-Iraque	Doutrina Carter (Golfo Pérsico como região vital a ser defendida por todos os meios, incluindo a força militar); Há evidências de que EUA encorajaram Iraque a invadir o Irã.		
	1982	Departamento de Estado dos EUA retira Iraque da lista dos países supostamente envolvidos com terrorismo, o que habilitou o Iraque a receber créditos comerciais patrocinados pelos EUA e a importar tecnologia de duplo uso. Entre os produtos importados, havia materiais utilizados na fabricação de armas químicas Início da guerra civil libanesa (primeira vez em que os EUA se envolveram diretamente num conflito interno de um país do Oriente Médio)			
	1983	Imprensa internacional divulga uso sistemático de armas químicas pelo Iraque			
1984	241 soldados estadunidenses mortos no Líbano em atentado atribuído à Jihad Islâmica (milícia xiita apoiada pelo Irã)				
			Reagan condena publicamente o uso de armas químicas		

	1985	Reagan retira <i>marines</i> do Líbano		
	1986	EUA passam a participar ativamente da Guerra Irã-Iraque a favor do Iraque; Caso Irã-Contras: mídia divulga transações clandestinas para venda de armas dos EUA ao Irã (apoio simultâneo dos EUA aos dois lados do conflito).		
	1988	Fim da Guerra Irã-Iraque		
	1989		Consenso de Washington	
	1990	Guerra do Golfo: Iraque invade Kuwait. EUA e aliados intervêm (bloqueio militar e ataques – Operação Tempestade no Deserto). Foi a primeira vez que os EUA travaram uma guerra total contra um país árabe.	Proteção ao território saudita foi um dos motivos que levaram EUA a intervir na Guerra Arábia Saudita recebe mais de quinhentos mil soldados estadunidenses em seu território	
	1991	Fim da Guerra do Golfo; Impostas sanções econômicas e inspeções ao Iraque.	Presença militar permanente dos EUA no Golfo Pérsico a fim de conter ameaça à estabilidade representada pelo regime de Saddam Hussein	
	1994		Política da “dupla contenção” ao Irã e ao Iraque	
	1996		Atentado a alojamento da Força Aérea dos EUA em Khobar Tower. 19 estadunidenses mortos	
	2001		Divulgação da “Política Estratégica de Energia – Desafios para o Século XXI”, apontando desequilíbrios futuros no mercado internacional de petróleo devido à baixa capacidade ociosa dos países da OPEP	
			Atentados terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono executados pela Al Qaeda. 15 entre os 19 sequestradores eram sauditas.	
		EUA invadem Afeganistão		
	2002		Estratégia Nacional de Segurança dos Estados Unidos: ataques preventivos e preemptivos, diplomacia coercitiva, combate	

		ao “Eixo do Mal” (Doutrina Bush)	
2003	EUA invadem Iraque, tomam Bagdá e derrubam Saddam Hussein		Al Qaeda tenta derrubar a dinastia Al Saud, mas fracassa
		EUA anunciam fim da missão na Arábia Saudita e retirada de tropas do país	
2010	Início da Primavera Árabe, com protestos na Tunísia		
2011	Renúncia de Mubarak no Egito e ascensão da Irmandade Muçulmana ao poder Intervenção militar no Bahrein pela Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos	EUA tentam estabelecer boas relações com governo egípcio eleito	Encorajamento à revolta militar para remoção do novo governo egípcio Intervenção militar no Bahrein pela Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos
2014	Estado Islâmico proclama califado		
2015	Acordo Nuclear com Irã		
2016	Donald Trump é eleito		